



**POLITÉCNICO
DO PORTO**



Proposta de Modelo de Avaliação do Património Intangível do Concelho de Miranda do Douro

Marina da Conceição Alves Moreira

**Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para obtenção
do Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Especialização em Gestão
Pública**

Orientada por:

Professora Doutora Ana Paula Monte

Professora Doutora Paula Odete Fernandes

Bragança, maio, 2016.

Proposta de Modelo de Avaliação do Património Intangível do Concelho de Miranda do Douro

Marina da Conceição Alves Moreira

Orientada por:

Professora Doutora Ana Paula Monte

Professora Doutora Paula Odete Fernandes

Bragança, novembro, 2015.

Resumo

Na legislação atual os bens de domínio público do Património Histórico, Cultural e Ambiental devem ser contabilizados, no entanto, dadas as suas características, existem dificuldades na sua avaliação, sobretudo quando se trata de bens que não foram construídos pelo homem, de que são exemplos os bens dominiais, como o espaço aéreo, os rios, o mar – Património Natural – ou os bens sem características físicas – Património Cultural.

Este trabalho pretende, como principal objetivo, propor uma metodologia de avaliação dos bens intangíveis, nomeadamente, os de cariz cultural e ambiental, porque são fatores que criam valor económico, contribuindo para o rendimento do município e, conseqüentemente, do país através das receitas de turismo geradas. Para tal, foram identificados os recursos intangíveis do concelho de *Miranda do Douro* com maior atratividade, recorrendo à aplicação de um inquérito por questionário aos seus visitantes. No sentido de dar resposta ao objetivo do estudo propôs-se uma metodologia de avaliação, tendo por base o valor económico acrescentado, mais conhecido por modelo *Economic Value Added (EVA)*, pois é conhecido como o modelo que melhor avalia a criação de riqueza.

Os resultados permitem concluir que são a Natureza e a Cultura os bens intangíveis que mais criam valor para o Município, resultado apurado através da aplicação de um inquérito por questionário aos visitantes de um evento de cariz cultural – A Feira de Gastronomia e Artesanato. Após a sua identificação, foi estimado o valor destes bens intangíveis, pelo método *EVA*, usando como *proxies* para o valor do capital investido, as despesas de investimento em cultura e para a rentabilidade do capital investido, as receitas da Hotelaria e da Restauração e das Atividades Recreativas.

Palavras-Chave: Património Intangível; Turismo; Avaliação de bens intangíveis; *Economic Value Added*; Criação de valor; *Miranda do Douro*.

Abstract

In the current legislation on public domain goods of Historical, Cultural and Environmental Heritage should be accounted for, however, given their characteristics, there are difficulties in its assessment, particularly when it comes to goods that were not built by man, examples of which are the proprietary assets such as aerospace, the rivers, the sea - Natural Heritage - or the goods without physical characteristics - Cultural Heritage.

This paper aims, as its main objective, to propose a methodology for measuring intangible assets in particular of cultural and environmental nature, because they are factors that create economic value, contributing to the city's income and consequently the country through recipes generated tourism. To this end, the intangible assets of the *Miranda do Douro* municipality with more attractive were identified by applying a questionnaire survey to its visitors. In order to meet the objective of the study was designed an evaluation methodology, based on the economic value added, better known by model *Economic Value Added (EVA)* as it is known as the model that best evaluates the creation of wealth.

The results show that are the Nature and Cultural the intangibles that create more value for the municipality, income calculated by applying a questionnaire to visitors of a cultural nature event - The Fair of Gastronomy and Handicraft. After identification, we estimated the value of these intangible assets, by the EVA method, using as proxies for the value of invested capital, the capital spending on culture and for the return on capital invested, the revenues of catering and hospitality and recreational activities.

Keywords: Intangible Heritage, Tourism, evaluation of intangible assets, Economic Value Added, value creation, *Miranda do Douro*.

Resumen

En la legislación actual los bienes de dominio público del Patrimonio Histórico, Cultural y Ambiental deben contabilizarse, sin embargo, dadas sus características, existen dificultades en su evaluación, sobre todo cuando se trata de bienes que no fueron construidos por el hombre, cuyos ejemplos son los activos de propiedad, como el aeroespacial, los ríos, el mar - Patrimonio Natural - o las mercancías sin características físicas - Patrimonio Cultural.

Este trabajo intenta como objetivo principal proponer una metodología para la medición de los activos intangibles, en particular de carácter cultural y ambiental, porque son factores que crean valor económico, que contribuyen a los ingresos de la ciudad y en consecuencia, el país a través de recetas el turismo generado. Con este fin, los activos intangibles del municipio de *Miranda do Douro* con más atractivo se identificaron mediante la aplicación de una encuesta a sus visitantes. Con el fin de cumplir con el objetivo del estudio fue diseñado una metodología de evaluación, basado en el valor económico agregado, más conocido por el modelo de Valor Económico Agregado (EVA) que se conoce como el modelo que mejor evalúa la creación de riqueza.

Los resultados muestran que son la naturaleza y la cultura los intangibles que crean más valor para el municipio, resultado calculado mediante la aplicación de una encuesta a los visitantes de un evento de carácter cultural - La Feria de Gastronomía y Artesanía. Tras la identificación, se estimó el valor de estos activos intangibles, por el método EVA, utilizando como *proxies* para el valor del capital invertido, el gasto de capital en la cultura y el retorno sobre el capital invertido, los ingresos de hoteles y restauración y las actividades recreativas.

Palabras clave: Patrimonio Inmaterial, Turismo, Evaluación de los activos intangibles, Valor Económico Agregado, Creación de valor, *Miranda do Douro*.

Lenda Mirandesa – BIELHA DIUSA DE LA GRANJA

(...) “ al lhado la capielha, ua bielha guardiana nun arredaba pie, ls braços cruzados alantre, la cabeça de lhado i mirando a oucidente adonde se çpon l sol, l cuorpo yá buolto piedra acobelhada de patrielhas sien tiempo, calhada, dreita, nua postura serena de quien l saber le bonda para antender l bai i ben de ls dies, bielha diusa preinha que aguarda sou tiempo para parir: miro la i cuorre me un grande respeito pula spina arriba, assomo me a las seinhas de las manos zasperadas que la talhórun na piçarra, sinto l oulor de ls morgaços cheirosos que an sacrafício le fúrun queimados als pies, i eilha siempre an sue postura d'andefrência que ye própria de todos ls diuses, hai yá cientos i cientos d'anhos; ancaro la i eilha mira para mi, ganhando bida, a dezir me que la piedra ye un anganho de ls uolhos, puis para alhá deilha stá l refuolgo de ls delores, de las spranças, de las ouraciones, de gente que nunca deixou de acraditar, i assi me perdo por un tiempo que als poucos s'achega de mi: purmeiro diusa preinha, chena de bida, apuis cruuç dun Cristo que ben muito tiempo apuis i la fai sue, mas siempre cula mesma seinha. (...) star eilhi delante ua diusa an sue postura de hai cientos, talbeç miles de anhos, que inda hoije cuntina cun outro nome i a que naide le ten dado atençon i eilhi stá portegida pul pobo, que la fizo Sant'Ana, la mai de Nuossa Senhora i portanto abó de Jasus, dando assi cuntinidade a la sue ceifa de siempre, de mirar pula gente de l Praino Mirandés”.

Amadeu Ferreira (adaptado)

CMMD (2015a)

Aos Meus Avós

Por tudo o que foram e por tudo o que são para mim.

Agradecimentos

Agradeço às minhas orientadoras Professora Doutora Paula Monte e Professora Doutora Paula Odete Fernandes pelo apoio prestado na realização deste projeto, aos meus pais, à minha irmã Daniela, aos meus avós, em especial ao meu namorado Lúcio Antão e a Deus que sempre me guia.

Lista de Siglas

AEPGA	Associação para o Estudo e Desenvolvimento do Gado Asinino
ASB	<i>Accounting Standards Board</i>
CAE	Código de Atividade Económica
CB	Central de Balanços do Banco de Portugal
CIBE	Cadastro e Inventário dos Bens do Estado
CCDR-N	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CI	Capital Investido
CMMD	Câmara Municipal de Miranda do Douro
CMPC	Custo Médio Ponderado do Capital
CRP	Constituição da República Portuguesa
DFC	<i>Discounted Cash Flows</i>
DIC	<i>Direct Intellectual Capital Methods</i>
EBIT	<i>Earnings Before Interest and Taxes</i>
EBT	<i>Earnings Before Taxes</i>
EBITDA	<i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>
EUROSTAT	Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
EVA	<i>Economic Value Added</i>
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IASC	<i>International Accounting Standards Committee</i>
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
IFAC	<i>International Federation of Accountants</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IPSAS	<i>International Public Sector Accounting Standards</i>
IPSASB	<i>International Public Sector Accounting Standards Board</i>
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
MCM	<i>Market Capitalization Methods</i>
MVA	<i>Market Economic Value</i>
NCRF	Norma de Contabilidade de Relato Financeiro
NICSP	Normas Internacionais de Contabilidade para o setor Público
NCP	Norma de Contabilidade Pública
NPM	Nova Gestão Pública
NPV	<i>Net Present Value</i>
OEA	Organização dos Estados Americanos
OROC	Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
PENT	Plano Estratégico Nacional do Turismo
PIB	Produto Interno Bruto
PIB <i>pc</i>	PIB <i>per capita</i>
PMT	Plano Municipal de Turismo
PNDI	Parque Nacional do Douro Internacional

PNT	Plano Nacional de Turismo
POC	Plano Oficial de Contabilidade
POCISSSS	Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Segurança Social
POCMS	Plano Oficial de Contas do Ministério da Saúde
POCP	Plano Oficial de Contabilidade Pública
RB	Resultados Brutos
<i>ROI</i>	<i>Return On Investment</i>
<i>ROIC</i>	<i>Return On Invested Capital</i>
<i>ROA</i>	<i>Return On Assets</i>
SC	<i>Scorecard Methods</i>
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
TBA	Taxa de Base Anual
VI	Valor do Intangível
VN	Volume de Negócios
<i>WACC</i>	<i>Weighted Average Cost of Capital</i>
<i>WPT</i>	<i>Willingness To Pay</i>

Índice

Índice de Figuras	xi
Índice de Tabelas	xii
Introdução.....	1
1. Enquadramento Teórico.....	3
1.1. Conceito e classificação dos bens patrimoniais de domínio público	3
1.2. A Contabilização dos bens de domínio público – Regime Nacional e Internacional	3
1.3. Modelos de Avaliação dos bens de domínio público tangível	10
1.4. Valor económico dos Bens do Património Cultural e Ambiental.....	17
1.5. Modelos de Avaliação dos bens intangíveis em contexto empresarial	19
1.5.1. Conceito de Bens intangíveis em contexto empresarial	19
1.5.2. Modelos de Avaliação de Intangíveis.....	20
1.5.3. Metodologia <i>EVA</i>	24
1.5.3.1. O custo do capital – CMPC (<i>WACC</i>)	26
1.5.3.2. Os Resultados Operacionais Líquidos	26
1.5.3.3. O Capital Investido	27
1.5.4. Metodologia <i>MVA</i>	28
2. Património Intangível do Município de Miranda do Douro	30
2.1. Recursos Turísticos no concelho de Miranda do Douro	30
2.2. Evolução do Turismo em Miranda do Douro.....	34
2.3.1. Procura Turística	34
2.3.2. Oferta Turística.....	41
2.3.3. Investimento em Cultura do Município de Miranda do Douro	46
3. Identificação do Património Intangível do Concelho de Miranda do Douro	52
3.1. Metodologia de Investigação.....	52
3.1.1. Objetivo do Estudo e Hipóteses de Investigação	52
3.1.2. Instrumento de Recolha de Dados.....	52
3.1.3. Técnicas de Tratamento de Dados	53
3.2. Caracterização da Amostra.....	54
3.3. Feira de Gastronomia e Artesanato	55

3.4. Atratividade dos Recursos Turísticos do Concelho	60
3.5. Validação das Hipóteses de Investigação	63
4. Avaliação dos bens intangíveis (Património Cultural e Histórico) do Município de Miranda do Douro.....	71
4.1. Pressupostos para a aplicação do método <i>EVA</i>	71
4.2. Cálculo das Receitas provenientes dos bens intangíveis	74
4.3. Cálculo das Despesas de Investimento	77
Conclusões, limitações e sugestões para futura investigação	84
Referências Bibliográficas	86
Anexos.....	95
Questionário - Festival de Gastronomia e Artesanato de Miranda do Douro	96

Índice de Figuras

Figura 1. Alterações Legislativas na contabilidade em Portugal.	7
Figura 2. Métodos de avaliação de Bens Públicos.	11
Figura 3. Características dos Bens Culturais (<i>Heritage Assets</i>).....	15
Figura 4. Definição e Métodos de Avaliação dos Bens Culturais (<i>Heritage Assets</i>).....	16
Figura 5. Direcionadores de Valor.....	22
Figura 6. Níveis de Identificação de <i>value drivers</i>	22
Figura 7. <i>Value Drivers</i> para o setor turístico.....	23
Figura 8. N.º de Dormidas e N.º de Hóspedes, período 2000-2013.	34
Figura 9. Estada Média de Hóspedes Nacionais e Estrangeiros, 2000-2013.	40
Figura 10. Taxa de Ocupação Cama-Líquida, entre 2000-2013.	40
Figura 11. N.º de Estabelecimentos Hoteleiros, 2000-2013.	42

Índice de Tabelas

Tabela 1. Contabilização dos bens de domínio público tangível – Património Histórico, Artístico e Cultural.	9
Tabela 2. Contabilização dos bens de domínio público intangível – Património Histórico, Artístico e Cultural.	10
Tabela 3. Recursos Turísticos da Região Norte de Portugal por submarcas turísticas.	32
Tabela 4. Recursos Turísticos do Concelho de Miranda do Douro, integrados na categoria “Património Histórico, Cultural, Artístico e Ambiental”.	33
Tabela 5. Atividades de Lazer associadas aos bens do “Património Histórico, Cultural, Artístico e Ambiental”.	33
Tabela 6. Variação Anual (%) do N.º de Dormidas e do N.º de Hóspedes, 2000-2013.	35
Tabela 7. N.º de Dormidas segundo o país de residência habitual, 2000-2013.	36
Tabela 8. Variação Anual do N.º de Dormidas segundo o país de residência habitual, 2000-2013, em %.	37
Tabela 9. Variação Média Anual do N.º de Dormidas segundo o país de residência habitual, 2000-2013.	37
Tabela 10. N.º de Hóspedes segundo o país de residência habitual, entre 2000-2013.	38
Tabela 11. Variação Anual do N.º de Hóspedes entre 2000-2013 (%).	39
Tabela 12. Variação Média Anual do N.º de Hóspedes nos estabelecimentos turísticos, entre 2000-2013.	39
Tabela 13. N.º de Estabelecimentos por tipo de alojamento, 2000-2013.	42
Tabela 14. Capacidade de Alojamento Local, em número de camas ⁽¹⁾ , 2013.	43
Tabela 15. Estabelecimentos e Capacidade de Alojamento, entre 2000-2013.	43
Tabela 16. Taxa de Função Turística, 2000-2013.	44
Tabela 17. N.º de Visitantes que recorrem aos Postos de Turismo, 2008-2013.	45
Tabela 18. Índice de Preferência e Índice de Saturação Turística (2009-2013).	46
Tabela 19. Despesas realizadas em Cultura, 2000-2013.	46
Tabela 20. Variação Média Anual do IPC (%) da Região Norte relativo à Hotelaria, 2000-2013. ..	48
Tabela 21. Evolução do PIB <i>per capita</i> (milhares de euros) em Portugal e na Região Norte, entre 2000-2013.	49
Tabela 22. Evolução do PIB a preços constantes, em %, 2006-2013.	49
Tabela 23. Taxa de Crescimento Real do PIB, em %, (2003, 2014).	50

Tabela 24. Paridade do Poder de Compra (EU=28), 2005-2014.	50
Tabela 25. População em milhares de pessoas, 2005-2014.	51
Tabela 26. <i>Alfa de Cronbach</i> para o Grupo Satisfação e Grupo Atratividade.	53
Tabela 27. Perfil do Visitante que se deslocou à Feira de Gastronomia e Artesanato.	55
Tabela 28. Avaliação do grau de satisfação global relativamente ao evento.	56
Tabela 29. Grau de Satisfação das Expetativas relativamente ao evento.	57
Tabela 30. Avaliação do evento em termos de divulgação, frequência e duração da visita.	57
Tabela 31. Aquisição de produtos e despesa realizada.	58
Tabela 32. Local de Refeição e Prato Mais Apreciado.	58
Tabela 33. Repetição da Experiência.	59
Tabela 34. Sugestões.	59
Tabela 35. Gastronomia, Artesanato e Tradição.	60
Tabela 36. Avaliação da atratividade dos recursos turísticos do concelho.	61
Tabela 37. Desenvolvimento dos serviços de apoio ao turismo e presença de guias turísticos.	62
Tabela 38. Os recursos mais atrativos - TOP 10 (n=248).	62
Tabela 39. Variáveis Sociodemográficas vs Recursos Turísticos.	67
Tabela 40. Teste de <i>Tukey</i> - Recursos Culturais.	69
Tabela 41. Setor Terciário no concelho, 2014.	74
Tabela 42. Volume de Negócios (milhares de euros) do CAE do Alojamento e da Restauração, Atividades Artísticas, Desportivas, de Espetáculos e Recreativas, 2008-2012.	75
Tabela 43. Cálculo dos Resultados Líquidos do Setor Alojamento e Restauração, Atividades Desportivas, recreativas e de Espetáculo, 2008-2012.	76
Tabela 44. Investimento realizado em atividades culturais, 2008-2012.	77
Tabela 45. Cálculo do Custo do Investimento, em milhares de euros, 2008-2012.	78
Tabela 46. Cálculo dos <i>EVA</i> , em milhares de euros, de acordo com a Alternativa A e a Alternativa B, 2008-2012.	80
Tabela 47. Variação anual (%) do PIB real, 2008-2017 (%).	80
Tabela 48. Cálculo dos <i>EVA</i> de 2013 a 2017, de acordo com os vários cenários de crescimento, a partir do <i>EVA</i> de 2012 com a Alternativa A.	81
Tabela 49. Cálculo dos <i>EVA</i> de 2013 a 2017, de acordo com os vários cenários de crescimento, a partir do <i>EVA</i> de 2012 com a Alternativa B.	82

Tabela 50. Cálculo do <i>MVA</i> , em milhares de euros, em 2012, de acordo com os diferentes cenários e alternativas.	82
Tabela 51. Valor dos bens culturais e ambientais intangíveis, em milhares de euros, em 2012, de acordo com os diferentes cenários e alternativas.....	83

Introdução

O Sistema de Normalização Contabilística Aplicado às Administrações Públicas – SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, prevê que os organismos estatais devem aplicar a Contabilidade Patrimonial e a Contabilidade de Custos, pelo que é necessário avaliar o património que lhes está afeto. De acordo com o normativo anterior (Plano Oficial de Contabilidade do Setor Público – POCP), os bens de domínio público devem ser avaliados ao custo de aquisição ou produção e, nos casos em que este valor não exista, deve-lhes ser atribuído o valor zero.

O património do Estado integra bens de natureza tangível e intangível. Vários são os trabalhos desenvolvidos no sentido de avaliação dos bens de domínio público corpóreo - Alves (2004), Alves e Lopes (2005), Elwood e Greenwood (2015), e Buch Gómez e Cabaleiro Casal (2008), no entanto, a avaliação de bens do domínio público de natureza intangível é mais polémica.

Este trabalho pretende propor uma metodologia de avaliação dos bens intangíveis, nomeadamente de cariz cultural e ambiental, porque são bens que criam valor económico, contribuindo para o rendimento do município e, conseqüentemente, do país, através das receitas de turismo geradas. *“O turismo tem uma importância verdadeiramente estratégica para a economia portuguesa em virtude da sua capacidade em criar riqueza (...)”* (PENT 2013-2015). O PENT 2013-2015 justifica o valor económico do turismo e revela como fontes de valor para a escolha do destino Portugal, o clima e a luz, a história, a cultura e a tradição, a hospitalidade e a diversidade concentrada.

Nesse sentido, propõe-se dar resposta à questão de investigação: Como avaliar os bens de domínio público intangíveis (bens culturais e ambientais) do concelho de Miranda do Douro? Para dar resposta a esta questão numa primeira fase vai ser necessário a identificação dos bens intangíveis no concelho em análise, a serem considerados no Balanço Patrimonial do Município. Para a sua identificação e, simultaneamente, para calcular o seu valor económico, foi realizado um inquérito por questionário aplicado a visitantes que se deslocaram à Feira de Gastronomia e Artesanato em Miranda do Douro. Além disso, vai ser também efetuado uma análise descritiva da evolução do turismo no concelho de Miranda do Douro, no período entre 2000-2014, com o objetivo de entender o peso deste setor na criação de riqueza local e para determinar as variáveis mais pertinentes a utilizar no modelo de avaliação de intangíveis, designadamente o modelo *Economic Value Added (EVA)*. Esta metodologia de avaliação tem por base o valor económico acrescentado, defendido por vários autores, tais como Damodaran (2006) e Stewart (2002), como o modelo que melhor avalia criação de riqueza.

Esta dissertação está estruturada em 4 pontos. No primeiro ponto, será realizada uma revisão de literatura sobre os conceitos e a avaliação de bens tangíveis e intangíveis, de seguida são

caraterizados os recursos turísticos do concelho e é descrita a evolução da oferta e da procura turísticas para o período de 2000 a 2013, de forma a entender a importância do setor para a economia da região. De seguida será aplicado um inquérito por questionários de forma a identificar os recursos turísticos mais atrativos do concelho e no ponto 4 é realizada a aplicação do modelo à avaliação dos bens intangíveis respetivos, de forma a poderem integrar o valor ativo das demonstrações financeiras do Município de Miranda do Douro.

1. Enquadramento Teórico

Neste capítulo apresentam-se os conceitos principais que servem de base ao desenvolvimento do estudo. O conceito de bens domínio público, de património tangível e intangível, a forma de contabilização e avaliação segundo o regime jurídico nacional e internacional, concluindo sobre a existência de controvérsia quanto à determinação do valor económico de bens intangíveis, sobretudo no domínio público.

1.1. Conceito e classificação dos bens patrimoniais de domínio público

O conceito de Património do Estado compreende o património tangível e intangível do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais, sendo caracterizado pelos princípios da inalienabilidade, imprescritibilidade, impenhorabilidade e possibilidade dos bens serem utilizados pela Administração através de reservas, mutações dominiais, cedências de utilização e, pelos particulares, através de licenças ou concessões de exploração (DGTF, 2015). O artigo n.º 2 do artigo 84.º da Constituição da República Portuguesa (CRP) define os bens de domínio público do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais (Miranda e Silva, 2015). As autarquias são pessoas coletivas territoriais, dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas (n.º 2 do artigo 235.º da CRP). O artigo 84.º prescreve ainda que autarquias locais dispõem de património constituído por bens do domínio público e do domínio privado. Os princípios gerais que regem o domínio público do Estado aplicam-se com as devidas adaptações ao domínio público das autarquias locais. Integram o domínio público autárquico os bens do domínio hídrico e do domínio de circulação que inclui, por exemplo, a administração de águas públicas sob a sua jurisdição, as estradas e os caminhos municipais e vicinais (Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e Lei n.º 2110/1961, de 19 de Agosto).

1.2. A Contabilização dos bens de domínio público – Regime Nacional e Internacional

É importante verificar a existência de semelhanças nas legislações dos vários países quanto ao reconhecimento de bens, com determinadas características, como bens públicos. De acordo com o artigo 84.º da CRP, o domínio público integra *“as águas territoriais com os seus leitos e os fundos marinhos contíguos, bem como os lagos, lagoas e cursos de água navegáveis ou flutuáveis, com os respetivos leitos; as camadas aéreas superiores ao território acima do limite reconhecido ao proprietário ou superficiário; os jazigos minerais, as nascentes de águas mineromedicinais, as cavidades naturais subterrâneas existentes no subsolo, com exceção das rochas, terras comuns e outros materiais habitualmente usados na construção; as estradas; as linhas férreas nacionais; outros bens como tal classificados por lei”* (Miranda e Silva, 2015, p. 81).

De acordo com Fernandes (1991, citado por Alves, 2004), as categorias de coisas que são consideradas públicas, na generalidade das legislações, são três:

a)- A do domínio da circulação (associada à função defesa nacional) que é, por definição, constituída pelas coisas indispensáveis à sobrevivência e funcionamento da Nação, em tempo de paz ou de guerra, e que, por esta via, constituem elementos essenciais a todo o sistema de defesa nacional, o que implica estarem fundamentalmente a cargo do Estado;

b)- A do domínio militar (associadas à função defesa nacional) constituída pelas coisas ao dispor das Forças Armadas, destinando-se, essencialmente, à utilização em tempo de guerra, sendo imprescindíveis à defesa nacional, pelo que se encontram unicamente sob a responsabilidade do Estado;

c)- A do domínio cultural (“expressão espiritual de um Povo”), associada também ao conceito de Nação, que cada vez mais é caracterizada por uma cultura própria.

Na ordem jurídica portuguesa existem duas categorias de coisas públicas que se distinguem pelo grau de utilidade pública que produzem: as que estão consagradas na Constituição e as consagradas nas leis ordinárias, sendo que as primeiras ficam mais protegidas que as segundas, as quais podem ser privatizadas por lei ordinária simples.

Alves (2004) refere a classificação de Caetano (1990), realizada mediante o processo de criação dos bens. Classifica-os em domínio público natural e em domínio público artificial - bens construídos pela ação do homem. Por sua vez, o domínio público natural é agrupado segundo a sua constituição material - domínio público hídrico, aéreo e mineiro - e o domínio público artificial é agrupado segundo a função que os bens desempenham - domínio público da circulação militar e cultural.

Esta temática tem sido discutida a nível internacional e conseqüentemente sido proposta legislação e linhas orientadoras pelos organismos internacionais.

De acordo com o *International Accounting Standards Board (IASB)*¹, os bens de domínio público, caso sejam contabilizados, devem ser considerados no ativo da empresa. Um ativo “é

¹ Este surgiu da transformação do *International Accounting Standards Committee – IASC*, em 2001, que tinha sido constituído a 29 de Junho de 1973, resultando de um acordo entre os órgãos reguladores de contabilidade na Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, México, Holanda, Reino Unido e EUA, tendo como objetivos principais a formulação e a publicação de normas de contabilidade (*International Accounting Standards - IAS*) e de procedimentos referentes à apresentação das demonstrações financeiras, promovendo a harmonização e a regulação contabilística. Com esta alteração as *IAS* passaram a designar-se de *International Financial Reporting Standards (IFRS)*. É importante referir que a União Europeia, apesar de adotar o normativo do *IASB*, realiza um processo de filtragem, tendo em conta a coerência com a sua política económica tal como está previsto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 (Rodrigues, 2015).

um recurso controlado pela empresa como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera obter benefícios económicos futuros” (IAS 38, 2015, p.1). Os bens de domínio público são controlados por um organismo público, resultantes de acontecimentos passados, mas muitos destes bens não geram rendimentos futuros para o organismo, têm como fim apenas a prestação de serviços com o objetivo de dar resposta às necessidades coletivas. A Norma Internacional de Contabilidade para o Sector Público n.º 1 - *NIPSC n.º 1*, esclarece esta situação na medida em que refere que um ativo, na Administração Pública, é um recurso controlado por uma entidade e do qual se espera obter benefícios económicos futuros ou serviços potencialmente associados. A nível internacional, o organismo de contabilidade do setor público é o *International Public Sector Accounting Standards Board – IPSASB*, que apoia as entidades públicas no processo de convergência entre as normas internacionais que emite e as normas nacionais dos países, sendo um organismo independente do *International Federation of Accountants (IFAC)*. O *IPSASB* é composto por representantes de organismos dos diversos países membros do *IFAC*, sendo Portugal representado pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC). Este emite as *IPSAS*, ou seja, as normas internacionais que se destinam ao setor público, que são elaboradas com base nas normas de contabilidade para o setor privado, as *IFRS*, emitidas pelo IASB, aplicadas quer ao regime de contabilidade do acréscimo, quer ao regime de contabilidade de caixa (*IFAC, 2015*).

Quanto à contabilização dos bens de natureza intangível, aplica-se a *IPSAS 31*, elaborada com base na *International Accounting Standard 38 (IAS 38)* que tem como objetivo a harmonização contabilística dos bens intangíveis. As normas definem ativo intangível como um ativo não monetário, identificável e sem substância física, um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera obter benefícios futuros. A *IAS 38* prescreve ainda duas condições necessárias para um ativo ser reconhecido como ativo intangível: corresponder à definição de ativo intangível (identificável) e atender aos critérios de reconhecimento. Quanto ao primeiro critério, para um ativo ser considerado intangível é necessário que seja identificável, o que implica que seja separável e que resulte de direitos contratuais ou outros direitos legais; os critérios de reconhecimento apresentados como segunda condição correspondem à probabilidade dos benefícios económicos futuros ou serviços potencialmente associados (*NIPSC n.º 1*) reverterem a favor da entidade que os detém e a mensuração do ativo ser realizada com fiabilidade (*IFRS, 2015*).

Na mensuração inicial são apresentados para o modelo do custo, baseado no custo de aquisição do bem ou no custo de produção, subtraídas de todas as amortizações e perdas por imparidade acumuladas; na mensuração subsequente, o modelo do custo ou o modelo de revalorização (justo valor), determinado com referência aos valores de mercado.

Os bens do património histórico, artístico e cultural são apresentados nas normas internacionais como ativos intangíveis. São bens com significado histórico, ambiental e cultural, por exemplo, um evento histórico, uma coleção de moedas antigas ou os direitos de imagem de figuras ilustres da história do país constantes nos selos de correio. Como características

comuns mas não exclusivas, apresentam-se as seguintes: o valor de mercado não reflete o valor cultural, histórico e ambiental, inerente a estes bens; existem disposições legais proibindo ou restringindo a sua venda; o seu valor pode apreciar ao longo do tempo; as vidas úteis são de difícil estimativa dado que podem durar até milhares de anos.

As entidades do setor público detêm um vasto conjunto destes bens, adquiridos por doação, legado, compra, que raramente são utilizados com o objetivo comercial, existindo mesmo imposições legais ou sociais para a sua utilização com esses fins. A sua posse origina benefícios económicos futuros ou serviços potencialmente associados, de que são exemplos as receitas de produtos ou serviços, a redução de custos, entre outros benefícios associados à melhoria de processos, ganhos de eficiência e melhor organização. A existência simultânea de benefícios futuros e de serviços potenciais associados pode afetar a escolha da base de mensuração. A *IPSAS 31* refere que se uma entidade reconhecer bens do domínio público intangível, deve obedecer aos critérios de reconhecimento e identificação apresentados, no entanto, dadas as particularidades destes bens, a norma não é vinculativa quanto aos critérios de mensuração.

A legislação nacional, relativamente à mesma matéria, rege-se pelas normas internacionais do *IASB*, com as devidas adaptações.

Em Portugal, o processo de normalização da contabilidade pública inicia-se com a aprovação do Plano Oficial de Contabilidade Pública - POCP - em 1997 (Figura 1), através do Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro, revelando uma forte influência da tradição da Europa Continental, nomeadamente da França. Em 1999, foi aprovado o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro. De acordo com este normativo (à data), no que se refere aos critérios de valorimetria, os bens de domínio público deviam ser avaliados ao custo de aquisição ou produção e, nos casos em que este valor não existisse, devia-lhes ser atribuído o valor zero.

Em 1 de Janeiro de 2010, através do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, entrou em vigor o novo sistema de normalização contabilística em Portugal, que veio adaptar os princípios contabilísticos geralmente aceites no país às Normas de Contabilidade Internacionais de Relato Financeiro - NCRF, substituindo o POCP e os restantes planos setoriais, tais como o Plano Oficial de Contabilidade - POC, o Plano Oficial de Contabilidade para a Educação – POC - Educação, o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde - POCMS, o Plano de Contas das Instituições de Segurança Social - POCISSSS - e o Plano Oficial de Contabilidade Pública das Autarquias Locais – POCAL (ver Figura 1, na página seguinte).

Na legislação atual, com a aprovação do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de Setembro, surge o SNC-AP, aplicando-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local. Este normativo traduz-se numa aproximação do sistema de contabilidade pública ao sistema empresarial e integra os subsistemas de contabilidade orçamental, financeira de gestão, assentando nos objetivos presentes no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11/09, de entre os quais: dar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira das

entidades, proporcionar informação para a elaboração de todo o tipo de contas, demonstrações e documentos que tenham de ser enviados à Assembleia da República, ao Tribunal de Contas e às demais entidades de controlo e supervisão, e conceder informação útil para efeitos de tomada de decisões de gestão. De forma a dar cumprimento aos objetivos apresentados de gestão, análise, controlo e informação, as entidades públicas devem inventariar e avaliar o seu património tangível e intangível (artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11/09).

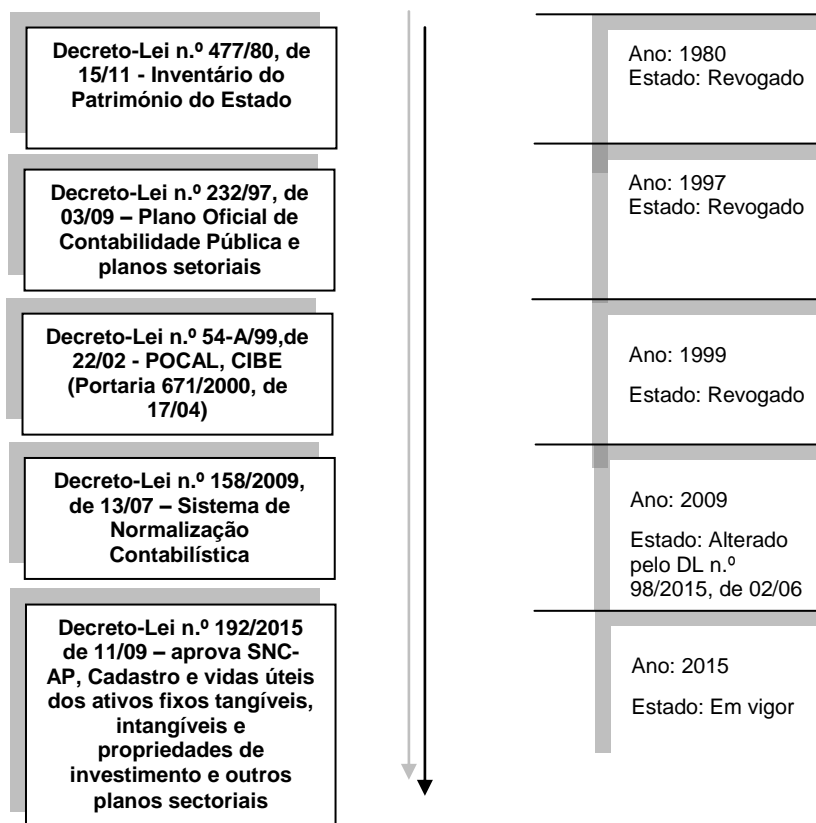


Figura 1. Alterações Legislativas na contabilidade em Portugal.

Fonte: Adaptado de Alves (2004).

Na legislação anterior - POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro, a contabilização dos bens de domínio público era realizada na contra 45 e devia integrar os bens de domínio público definidos na legislação em vigor. Quanto aos bens intangíveis não é referido qualquer forma de contabilização. De acordo com o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, não contempla também a contabilização dos bens intangíveis. Atualmente, o Decreto-Lei n.º 192/2015 inclui a contabilização de bens do domínio público de natureza tangível e intangível. As Normas de Contabilidade Pública (NCP) 3 e 5 prescrevem que “As entidades do setor público podem deter ativos significativos do património histórico que adquiriram ao longo de muitos anos e por variados meios, incluindo compra, doação, legado ou expropriação. Estes ativos raramente são detidos pela sua capacidade de gerar fluxos de caixa e podem existir obstáculos legais ou sociais para os usar para tais finalidades” (NCP 5, p. 2 e NCP 3, p. 3). Desta forma, estes bens possuem características específicas bem como as entidades que os detêm. A sua classificação

como ativo tem sido estudada por vários autores e tem sido alvo de debates académicos e profissionais. Algumas posições estão apresentadas na Figura 4 (ponto 1.3), nomeadamente a de Barton (2000), Pallot (1990), Rowles (1992) e Micallef, Sutcliffe e Doughtty (1997). É de notar que a legislação atual portuguesa considera-os como ativos (SNC-AP), sendo de contabilizar na conta 44.

De acordo com o SNC-AP, um ativo é um recurso controlado pela entidade pública com a capacidade de proporcionar um influxo de benefícios económicos futuros e/ou de potencial de serviços, assumindo, ou não, substância física (recursos tangíveis e intangíveis). O potencial de serviço consiste assim na capacidade de um ativo ser utilizado na prossecução dos objetivos da entidade pública - fins recreativos, culturais, históricos, comunitários e outros. As entidades públicas possuem características próprias dada a natureza da sua existência, conforme o que prescreve o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11/09: *“Outra característica diferenciadora das Entidades Públicas é a natureza e a finalidade dos seus bens. Enquanto no setor privado, o objetivo de deter ativos é gerar fluxos de caixa e lucros, no setor público o objetivo é prestar serviços (...). Como grande parte dos ativos são especializados como por exemplo, as estradas e os equipamentos militares, pode existir apenas um mercado muito limitado para tais ativos”* (DL n.º 192/2015, de 11 de Setembro, p. 7589). Este facto tem implicações na sua mensuração. Torna-se necessário avaliar o património tangível e intangível para obter uma imagem apropriada da situação patrimonial dos municípios (Rodrigues, 2015).

A NCP 5 estabelece os procedimentos para o tratamento dos ativos fixos tangíveis do setor público. Os ativos tangíveis são os bens com substância física que são detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguer a terceiros ou para fins administrativos e dos quais se espera uma utilização durante mais do que um período de relato. Esta norma tem aplicação a ativos fixos tangíveis quer de domínio público quer de domínio privado. Contempla os bens do equipamento militar, as infra-estruturas, os bens do património histórico e os ativos de contratos de concessão após reconhecimento e mensuração de acordo com a NCP 4. A norma exige que a entidade reconheça os bens do património histórico tangível, tendo em conta a definição destes bens e os critérios de reconhecimento. No caso de impossibilidade de reconhecimento, é necessário a sua divulgação. Serão também objeto de divulgação, entre outros aspetos, a base de mensuração utilizada, o método de depreciação utilizado, caso exista, e a quantia escriturada bruta (NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis, 2015). Assim, os bens do património histórico, artístico e cultural de natureza tangível, tal como definidos na NCP 5, integra *“edifícios históricos e monumentos, sítios arqueológicos, áreas de conservação e reservas naturais e obras de arte”* (NCP 5, 2015, p.2). Quanto aos critérios de reconhecimento é importante referir que o bem tangível deve ser reconhecido se for provável que fluam benefícios económicos futuros para a entidade e o custo ou justo valor do bem serem mensurados de forma fiável. Por fim, esta última será efetuada inicialmente pelo custo, ou na falta deste, pelo valor de mercado e, posteriormente, após o reconhecimento, usando o modelo do custo ou o modelo de revalorização. No Modelo do custo o ativo é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer

perdas por imparidade acumuladas; no Modelo de revalorização, também designado de justo valor o ativo é escriturado pela quantia revalorizada, a qual corresponde ao seu justo valor à data da revalorização, deduzida de depreciações e perdas de imparidade acumuladas (Faustino, 2015). A contabilização destes bens é realizada na conta 43 - “*Património Histórico, Artístico e Cultural*” do plano do SNC-AP (ver Tabela 1).

Tabela 1. Contabilização dos bens de domínio público tangível – Património Histórico, Artístico e Cultural.

4304	Património histórico, artístico e cultural
43041	Espaços arqueológicos
43042	Obras de arte, coleções e antiguidades
43043	Livros, arquivos e outras publicações de bibliotecas
43044	Mobiliário e tapeçarias
43045	Joalheria e artigos religiosos
43049	Outros

Fonte: SNC-AP (Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro).

De acordo com a legislação atual, o património histórico de domínio público intangível deve ser reconhecido, avaliado e mensurado na contabilidade das autarquias. Refere a NCP 1 que em caso de impossibilidade de reconhecimento, dada a não satisfação dos requisitos prescritos pela norma, deve ser realizada uma divulgação referente a essa impossibilidade. A NCP 3 – Ativos Intangíveis - apresenta critérios para o reconhecimento de um bem intangível nos casos em que não exista outra norma aplicável. Os bens intangíveis do Património Histórico e Cultural, para assim serem reconhecidos, devem conter “significado histórico, artístico, cultural ou ambiental” tais como registos de acontecimentos históricos significativos e direitos de utilização da imagem de uma pessoa pública importante, por exemplo, em selos de correio ou moedas de coleção (NCP 3). São caracterizados de acordo com o seguinte: o seu valor cultural, ambiental, histórico, não podem ter como base um preço de mercado, existindo obrigações legais ou estatutárias que impedem a sua alienação, são bens que se valorizam com o tempo, são insubstituíveis e as suas vidas úteis são de difícil estimação. No que se refere ao processo de mensuração dos bens intangíveis são apresentados os mesmos modelos de mensuração dos bens tangíveis do domínio público (Decreto-lei 192/2015, de 11/09).

Para além da correspondência a esta definição, o ativo intangível tem de ser também identificável (separável) e controlado pela entidade (probabilidade dos benefícios económicos decorrentes da posse desse ativo fluírem para a entidade ou apresentação de potencial de serviço). É de referir que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço que fluem de um ativo intangível podem incluir rendimentos da venda de produtos ou serviços, poupanças de custos, ou outros benefícios resultantes do uso desse ativo. Quanto aos critérios de mensuração, na fase inicial deve ser realizada pelo seu custo e na mensuração subsequente

ao custo ou o justo valor do ativo, caso este possa ser mensurado com fiabilidade. Em determinadas situações os ativos intangíveis podem ser objeto de revalorização de acordo com critérios e parâmetros a definir em dispositivo legal adequado. A contabilização destes bens é realizada na conta 44 “Ativos Intangíveis do Domínio Público, Património Histórico, Artístico e Cultural” do plano do SNC-AP (Tabela 2).

Tabela 2. Contabilização dos bens de domínio público intangível – Património Histórico, Artístico e Cultural.

44	Ativos Intangíveis
440	Ativos Intangíveis de Domínio Público, Património Histórico, Artístico e Cultural
441	<i>Goodwill</i>
442	Projetos de Desenvolvimento
443	Programas de computador e sistemas de informação
444	Propriedade industrial e intelectual
446	Outros Ativos Intangíveis
448	Amortizações Acumuladas
449	Perdas por imparidade acumuladas

Fonte: SNC-AP (Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro).

1.3. Modelos de Avaliação dos bens de domínio público tangível

Vários são os trabalhos existentes na literatura acerca do registo e avaliação de bens tangíveis. Alves e Lopes (2005) analisaram a metodologia utilizada na avaliação de ativos do Estado, nomeadamente a nível local, frisando a relevância deste aspeto na gestão das autarquias. Com base no POCP, no POCAL e no CIBE (à data), apresentaram os métodos de avaliação dos bens de domínio público ou privado. No seu trabalho, *Valuation of Local Government Assets in Portugal*, referem o custo de aquisição ou produção como regras gerais na avaliação dos ativos das autoridades públicas. No entanto, em determinados casos, a utilização destes métodos revela-se inadequada e sugerem o valor atual calculado pelo método dos fluxos de caixa descontados, o método de comparação das vendas e o método do custo de reposição. Em caso de impossibilidade de avaliação, este fato deve ser divulgado. É o que acontece, geralmente, nos casos dos bens históricos e culturais aos quais deve ser atribuído o valor zero, a menos que estejam segurados, caso em que o valor de avaliação se traduz no valor do seguro (Figura 2). Alves (2004) defende também que não devem ser objeto de avaliação os bens do domínio público natural, bem como os direitos do Estado sobre bens privados, nomeadamente, as servidões administrativas.

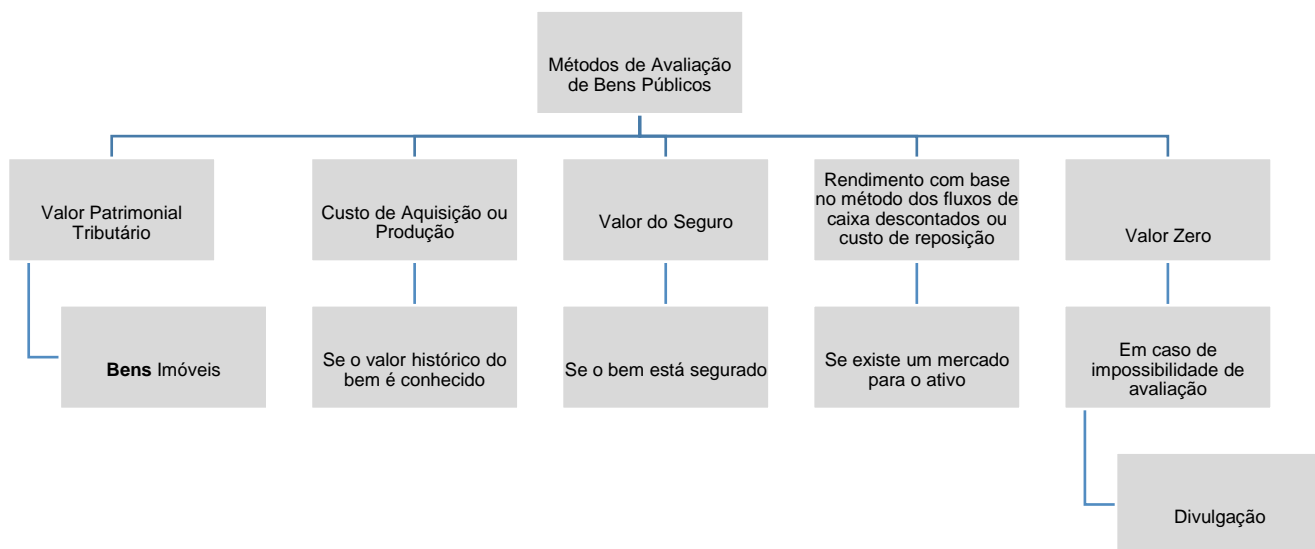


Figura 2. Métodos de avaliação de Bens Públicos.

Fonte: Adaptado de Alves e Lopes (2005) e Alves e Carvalho (2006).

Alves e Lopes (2005) concluem que, apesar das disposições legais em vigor no sentido de apresentação do valor do património global das entidades públicas, a maioria dos municípios não cumpre as suas responsabilidades legais relativamente a este aspeto. Estes sugerem a utilização do método do custo ou o valor de substituição na avaliação dos bens tangíveis de domínio público, dado que os restantes métodos apresentados pelo POC e POCP (à data), tais como o método do rendimento ou o método comparativo, se apresentam desajustados, uma vez que muitos dos bens públicos não proporcionam qualquer rendimento e não existem no mercado outros bens semelhantes, pelo que não é possível a sua aplicação. No seu trabalho sobre a avaliação dos bens de domínio público em Portugal, Alves (2004) refere também a não existência de diplomas legais vinculativos a ter em conta no apuramento do valor de qualquer bem. Por sua vez, Alves e Carvalho (2006) propõem a utilização do Valor Patrimonial Tributário como método na avaliação de bens imóveis.

Na literatura estrangeira são várias as propostas de avaliação dos bens de domínio público de natureza tangível, nomeadamente os bens do património histórico, cultural e ambiental (os designados *Heritage Assets*). De seguida são apresentados dois exemplos.

Elwood e Greenwood (2015) elaboraram um estudo sobre a contabilização do património cultural no Reino Unido, onde os ativos culturais eram invisíveis nas demonstrações financeiras das entidades públicas até à ocorrência de alterações recentes nas diretivas contabilísticas respetivas, no sentido do estabelecimento de padrões para reconhecimento destes bens nas demonstrações financeiras. São investigados dois casos específicos: o *National Portrait Gallery* e o *Tower Hamlets Council*.

A *National Portrait Gallery* foi fundada em 1856 e contém uma das maiores e mais privilegiadas coleções de retratos no mundo, tendo como objetivo a promoção do conhecimento de figuras ilustres da história e da cultura britânicas; o *Tower Hamlets Council* é uma autoridade local que presta um variado conjunto de serviços sociais, desde alojamento, educação, lazer, cultura e outros serviços de caráter social. Para a inclusão do valor destes bens no Balanço, é necessário medir o seu valor económico. No entanto, para reconhecer um item nas demonstrações financeiras, este deve ir ao encontro da definição de ativo e ser medido com fiabilidade. As autoras referem que a atribuição de um valor financeiro a um bem cultural por vezes é fácil, dando como exemplo o “*Antiques Road Show*” (um programa de televisão britânico); outras vezes é difícil, como no caso da Coluna de Nelson no *Trafalgar Square*; e, outras vezes, é mesmo impossível – caso da *Roseta Stone* no Museu Britânico.

Na avaliação de empresas, as abordagens de avaliação de ativos, geralmente adotada, assenta nos métodos do custo histórico, do custo de substituição, do justo valor e do valor de uso. No entanto, quando o objeto de avaliação são ativos culturais, estes revelam-se desajustados. O custo histórico é utilizado na aquisição de ativos, mas em grande parte dos casos, os ativos não são comprados em anos recentes ou, simplesmente, nunca foram objeto de compra. A entidade detém-nos por doação ou legado, sendo o custo histórico inadequado; o custo de substituição, também não se revela apropriado, dado que estes bens são únicos e insubstituíveis. Elwood e Greenwood (2015) referem o exemplo do custo da reconstrução de um dos mais conhecidos monumentos pré-históricos da Europa – a *Stonehenge*, afirmando que este custo resultaria num valor muito pouco significativo; no que se refere ao justo valor ou valor de mercado, este custo pressupõe que existe um mercado para o ativo ou para ativos semelhantes, o que em geral não se verifica, sendo, muitas vezes a alienação de bens não permitida por lei ou por fatores sociais; por último, quanto ao método do valor de uso, este também se apresenta desajustado uma vez que estes bens são subsidiados pelo governo devido aos benefícios sociais e culturais que geram, provocando externalidades, característica típica dos bens de domínio público.

Globalmente existe uma forte controvérsia no reconhecimento e avaliação do património cultural, uma vez que existem diferentes tipos de valor – económico, cultural, político, estético – e, simultaneamente, existem vários métodos de avaliação. Para além disso, os valores alteram-se com o tempo e são fortemente modelados pelo contexto económico e pelas tendências culturais. São mencionados os estudos de *Getty (Getty Conservation Institute)*, iniciados nos EUA na década de 90, que reconheceram a falta de metodologias geralmente aceites para as demonstrações dos valores culturais e, conseqüentemente, a dificuldade na comparação de resultados. No Reino Unido, o *Financial Reporting Advisory Board (FRAB)* demonstrou as suas preocupações acerca da forma inconsistente e incompleta em que o património cultural estava reportado nas Demonstrações Financeiras das entidades públicas. Em 2006, o *Accounting Standards Board (ASB)* num *discussion paper* intitulado “*Heritage Assets – can accounting do better*” propôs a adoção do valor corrente e a capitalização de todos os ativos culturais. Estes ativos passaram a ser reconhecidos no Balanço, sendo mensurados ao custo ou ao valor

corrente, quando praticável. De acordo com esse documento, o motivo do seu reconhecimento passa pelos benefícios que concedem em termos de conhecimento e cultura e não tanto em termos de fluxos futuros ou benefícios económicos. A partir de 2009/2010, uma hierarquia de normas contabilísticas é estabelecida. As *IFRS (International Financial Reporting Standards)*, seguidas das *IPSAS (International Public Sector Accounting Standards)*, seguidas de *UK GAAP* (legislação local). Quer as *IFRS* quer as *IPSAS* não abordavam muito o tema, então foi adotado o código do poder local que incluía uma adaptação à *FRS 30* (Elwood & Greenwood, 2015).

A *FRS 30* (ASB, 2009, p.2) define ativo cultural tangível como um ativo com qualidade históricas, artísticas, científicas, tecnológicas, geofísicas e ambientais que contribuem para o conhecimento e para a cultura. Recentemente foi emitida a *FRS 102* que aplica ao Reino Unido e à República da Irlanda a definição modificada, englobando também os ativos intangíveis de que são exemplo as livrarias digitais. Como já foi referido, a característica principal dos bens culturais (tangíveis e intangíveis) é a sua contribuição para o conhecimento e para a cultura.

A determinação do seu valor económico tem sido objeto de debate académico e profissional. Vários autores são citados a favor e contra a inclusão dos bens culturais nas demonstrações financeiras. Mautz (1988) argumentou que o Monumento de Washington representava uma obrigação de fluxos negativos e, que, por isso, representava mais uma responsabilidade do que um ativo. Dadas as suas características próprias – únicos, insubstituíveis, vidas úteis longas ou ilimitadas, muitas vezes inalienáveis (possivelmente por restrições legais) e adquiridos por doação ou legado, apresentam também características de bens do domínio público - não exclusivos e não concorrentes (Barton, 2005). De acordo com Elwood e Greenwood (2015), os ativos culturais não seguem a definição convencional de ativo da sua estrutura concetual, seguem a reinterpretação de ativo para entidades públicas. O reconhecimento destes ativos nas Demonstrações Financeiras do Setor Público seguem os princípios da *New Public Management* em que as organizações do setor público baseiam a sua gestão em práticas do setor privado para atingirem uma maior eficácia e eficiência de gestão, citando Lapsley (2009). Ellwood e Greenwood (2015) referem que a contabilidade do setor público não está adequada aos problemas decorrentes da provisão de bens e serviços do domínio público em que existem outras perceções de valor para além do económico. Ferri e Zan (2014) mencionam o papel da contabilidade na gestão de ativos culturais como a cidade de Pompeii, considerados como ativos da comunidade (Pallot, 1992) que resultam em benefícios com carácter de serviços em vez de *cash flows*.

Ellwood e Greenwood (2015) referem como conclusões do seu estudo que a contabilidade construiu uma realidade, reconhecendo estes ativos, incluindo-os nas Demonstrações Financeiras e determinado o seu valor económico. No entanto, reconhecem que o valor dos bens culturais transcende o valor económico, pois integra também valor artístico, histórico, tecnológico, ambiental. Procedendo à aplicação dos requisitos de contabilidade recentes para os ativos culturais, presentes na *FRS 30* à avaliação dos da *National Portrait Gallery* e do

Tower Hamlets Council, conclui-se que o valor contabilístico baseado no valor de mercado não constitui *proxies* adequadas para o valor cultural.

Buch Gómez e Cabaleiro Casal (2008) referem que as novas filosofias de gestão de âmbito público assentam nos princípios da Nova Gestão Pública (*NPM*), caracterizada pela aplicação das técnicas contabilísticas do setor empresarial ao setor público. A *NPM* pressupõe que todos os elementos contabilísticos, sob o controlo da entidade pública, devem ser valorizados e registados para atingir os princípios da economia e da eficiência. Estes autores estudam o caso da avaliação das infraestruturas de natureza histórica, artística ou cultural, designadas na contabilidade anglo-saxónica de *Heritage Assets*.

Durante muito tempo a contabilidade pública foi realizada numa base de caixa, daí que o tema do reconhecimento de ativos era ignorado. Com a Nova Gestão Pública, o estudo das diferentes categorias de ativos sob o poder das entidades públicas tornou-se um dos temas de destaque. Nos bens de domínio público, a receção do fluxo não se produz ou o seu valor é muito inferior ao custo do serviço que o originou. Stanton e Stanton (1997), para a dificuldade na avaliação dos bens de domínio público, apontam o conceito de valor derivado da teoria neoclássica de Marx, como justificação para a problemática. As entidades públicas, dadas as suas características e os seus objetivos próprios, oferecem bens e serviços que não se baseiam nas leis da procura e da oferta de mercado. Existem diversos tipos de ativos que integram o património legal das entidades públicas, de entre eles encontram-se os bens da natureza – bosques, parques naturais, lagos, costas, designados por Barton (1999) de *Natural Capital Assets* e integrando estes bens na categoria de bens públicos e na subcategoria *Heritage Assets*.



Figura 3. Caraterísticas dos Bens Culturais (*Heritage Assets*).

Fonte: Adaptado de Barton (1999).

De acordo com Barton (1999), estes bens não devem ser reconhecidos como ativos. Em caso de reconhecimento no Balanço das entidades deveriam ser integrados numa rubrica de “Estado de Ativos e Passivos do Governo”, pois, como é apresentado na figura 3, geram fluxos negativos, não podem ser objeto de alienação e não são propriedade da entidade pública. A verdadeira proprietária é a coletividade. As entidades são meros depositários e gestores cuja missão é a preservação destes bens para as gerações futuras. Os *Heritage Assets* assumem as caraterísticas de bens do domínio público e caraterizam-se por traços de natureza histórica, artística, arquitetónica, estética, científica, tecnológica e ambiental. São elementos com qualidades específicas que os individualizam e de vida útil indefinida – dado o seu carácter natural podem existir há centenas ou milhares de anos, pelo que se desconhece o seu custo histórico, o qual muitas vezes nem existe pois os bens podem ter sido doados ou legados. Não têm preço de referência no mercado, não são alienáveis por motivos legais e/ou sociais, geram externalidades típicas dos mercados de bens públicos que não podem ser avaliadas por

métodos comerciais. Barton (2000) defende ainda que a atribuição de um valor comercial não é uma aproximação razoável ao valor social do bem, apontando para uma dificuldade inerente a estes elementos para serem enquadrados no sistema contabilístico normalizado (Buch Gómez & Cabaleiro Casal, 2008).

Neste estudo é também mencionada a abordagem de Pallot (1990) designa os ativos de domínio público de ativos comunitários, caracterizados pela propriedade comum e utilizados pelas entidades para o cumprimento dos seus objetivos diretos. Este autor defende, tal como Barton (2000), a contabilização separada dos *community assets*, fundamentada na dificuldade de cálculo razoável do seu custo, dadas as características específicas deste bens apresentadas na figura 4. Mautz (1989) assume também uma posição crítica argumentando que estes bens originam uma saída de fundos ao serem oferecidos gratuitamente à comunidade ou a um valor inferior ao seu custo de manutenção. Denomina-os de *facilities*, os quais são bens que no cumprimento da sua função normal geram fluxos negativos de caixa, podendo estes converterem-se em positivos caso sejam vendidos ao preço de mercado. O autor critica a adequação do sistema empresarial a outras realidades

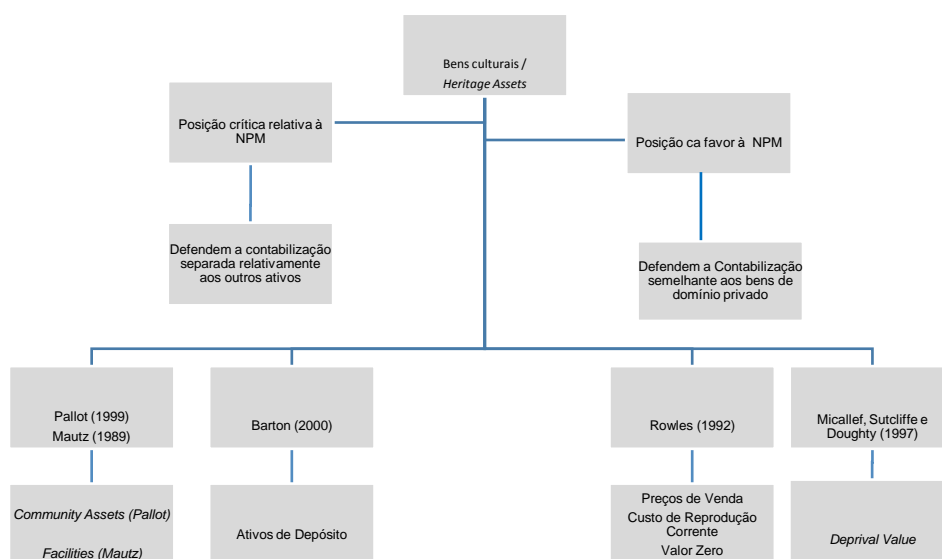


Figura 4. Definição e Métodos de Avaliação dos Bens Culturais (*Heritage Assets*).

Fonte: Adaptado de Buch Gómez e Cabaleiro Casal (2008).

Hooper, Kearins e Green (2005) referem a necessidade de reconhecimento de todos os ativos das entidades públicas, incluindo os Bens Culturais (*Heritage Assets*), para uma adequada gestão das entidades, de forma semelhante ao que acontece no âmbito empresarial.

São diversas as propostas de avaliação dos *Heritage Assets*, algumas destas estão apresentadas na figura 4. Micallef, Sutcliffe e Doughty (1997) propuseram o *deprival value* (custo de reposição). Rowles (1992) propõe os critérios consoante o tipo de bens. Para coleções e obras de arte, museus, parques naturais apresenta os preços de venda, para Edifícios históricos, o custo de reprodução corrente e para edifícios sem uso alternativo (monumentos) propõe o valor zero. Estes autores defendem que os *Heritage Assets* são quantificáveis seguindo os critérios de mercado. Reconhecem que têm especificidades mas que essa não é justificação para a não aplicação de critérios de mercado, pois os outros ativos também apresentam características próprias. Ao contrário da posição de Barton (2005) que sublinha que a existência de mercado para os ativos e para os serviços prestados proporcionam as bases de avaliação.

Conclui-se que existem vários trabalhos de avaliação sobre bens do património histórico e cultural de carácter tangível e quanto à avaliação de intangíveis a abordagem é ainda mais difícil (que abordaremos nos pontos 1.4 e 1.5 a seguir). Existem dificuldades na avaliação de bens que integram o domínio público, seja pela sua natureza seja pela função que desempenham no setor não lucrativo, de que são exemplos os bens do património histórico, artístico, natural e cultural. O tema em análise é objeto do nosso estudo e dada a falta de estudos de avaliação de bens de domínio público de carácter intangível é proposta uma metodologia de avaliação de intangíveis normalmente aplicada ao setor empresarial – o *Economic Value Added (EVA)* - de acordo com os princípios da Nova Gestão Pública.

Deste modo, de seguida abordaremos o valor económico dos bens do património cultural e ambiental (secção 1.4) e os modelos de avaliação de bens intangíveis, no âmbito empresarial, e em particular a metodologia *EVA* na avaliação deste tipo de ativos (secção 1.5).

1.4. Valor económico dos Bens do Património Cultural e Ambiental

A Lei de Bases do Património Cultural Português define o conceito e âmbito de património cultural no seu artigo 2.º:

“(...) os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização; a língua portuguesa, enquanto fundamento da soberania nacional, é um elemento essencial do património cultural português; O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade; Integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva portuguesas; Constituem, ainda, património cultural quaisquer outros bens que como tal sejam considerados por força de convenções internacionais que vinculem o Estado Português, pelo menos para os

efeitos nelas previstos; Integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também quando for caso disso, os respetivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa; o ensino, a valorização e a defesa da língua portuguesa e das suas variedades regionais no território nacional, bem como a sua difusão internacional, constituem objeto de legislação e políticas próprias; a cultura tradicional popular ocupa uma posição de relevo na política do Estado e das Regiões Autónomas sobre a proteção e valorização do património cultural e constitui objeto de legislação própria.” (Lei de Bases do Património Cultural Português define o conceito e âmbito de património cultural no seu artigo 2.º, p.1).

O conceito de património cultural, também designado de *Cultural Heritage* engloba quer bens do património tangível quer bens do património intangível. O primeiro refere-se a edifícios históricos e aos locais de interesse histórico; o segundo reporta-se às tradições, ao folclore e aos estilos de vida característicos de determinados lugares (Vecco, 2010). Vários são os estudos sobre os efeitos positivos do investimento no património cultural sobre a economia, quer em termos de receitas geradas quer em termos de criação de emprego. Consequentemente, ocorre um aumento da atenção política sobre a cultura porque a veem como possível forma de estimular a economia regional, podendo servir de base às políticas de desenvolvimento (Bowitz & Ibenholt, 2009). Na Noruega, num documento do governo – *White Paper* (2004) p. 46 - é referido que “*por cada coroa de investimento público na manutenção e reabilitação de edifícios culturais valiosos, a sociedade recebe 10 coroas de retorno*”. Acrescenta-se também o fato de “*por cada área de trabalho diretamente ligada ao património cultural, o setor cria 26,7 empregos associados*” (Bowitz & Ibenholt, 2009, p.2).

De acordo com Plaza (2010, p. 156) o valor económico do património cultural pode ser definido como a “*extensão em que a cultura gera benefícios económicos para a sociedade*”, os quais englobam benefícios de mercado e outros. Esta autora propõe um método de avaliação do valor económico do *Guggenheim Museum Bilbao*, em Espanha, baseado na aplicação do Método dos Fluxos Descontados (DFC) ao método contingencial – *Willingness to Pay* (WPT). Esta avaliação permitirá às autoridades obter indicações sobre o estabelecimento do montante de fundos públicos destinados ao Museu e sobre o valor dos bilhetes. Neste estudo verificou-se também que os setores mais beneficiados pela existência do Museu eram, por ordem, os restaurantes, bares e cafés, hotéis e outros alojamentos, estabelecimentos comerciais, atividades de lazer – cinema, teatro – e, transportes. Para a aplicação do método contingencial é importante a descrição dos bens a avaliar, do mercado hipotético, do meio de pagamento, a disponibilidade para pagar e de questões relacionadas com as características dos inquiridos – rendimento, idade, entre outras.

O valor económico do Património Cultural é abordado pelos economistas de acordo com duas vertentes: a estimação do valor económico de vários aspetos culturais, os quais se caracterizam pela sua incomerciabilidade, ou seja, são bens que, dadas as suas características são, normalmente, bens do domínio público para os quais não existe um preço de mercado e, caso

existisse, não refletiria o seu verdadeiro valor social dados as externalidades que produzem; a outra vertente está relacionada com os efeitos que o investimento em cultura acarreta para a economia local, quer aspetos positivos quer negativos e é necessário também ter em conta a forma de financiamento destes investimentos. Através destas duas vertentes, procura-se estimar o verdadeiro valor da cultura. O valor económico é muitas vezes medido em termos de valor acrescentado, vendas ou emprego (Bowitz & Ibenholt, 2009).

1.5. Modelos de Avaliação dos bens intangíveis em contexto empresarial

De seguida procedemos à apresentação do conceito de ativo intangível e dos respetivos modelos de avaliação aplicados ao setor empresarial para posteriormente proceder à aplicação de um modelo de avaliação aos bens intangíveis do setor público.

1.5.1. Conceito de Bens intangíveis em contexto empresarial

De acordo com Damodaran (1996) os ativos podem ainda ser classificados segundo três categorias: ativos dos quais se esperam que gerem rendimento futuro, os quais podem ser avaliados através de modelos de fluxos de caixa descontados; ativos que não geram rendimentos futuros mas que apresentam valor dada a sua escassez; ativos que não geram valor mas que podem ser avaliados na eventualidade de uma contingência.

Até meados da década de 80, a grande preocupação das empresas era a avaliação dos ativos tangíveis. Nos anos 70, nos países anglo-saxónicos como os EUA e a Inglaterra iniciou-se a divulgação dos ativos intangíveis nas demonstrações contabilísticas. Em 2007, O *International Accounting Standards Board - IASB*, conjuntamente com o *Financial Association Standards Board - FASB*, reconheceu no *IASB meeting, na Agenda Paper 5ª* em 2007, a necessidade de rever os padrões contabilísticos referentes a estes ativos, admitindo que a *International Accounting Standards - IAS 38* não trate corretamente o assunto (Morricone, Oriani & Sobrero, 2009).

Lev (2003) dá a definição de ativos intangíveis como o direito a benefícios económicos futuros esperados que não tenha forma física ou financeira; Kayo (2002) refere que é extremamente difícil dissociar o ativo tangível do intangível, dado que é a combinação dos dois que define valor efetivo da empresa. Kayo, Martin e Nakamura (2006) referem que a característica fundamental de todo ativo intangível é a sua singularidade. O Capital intangível bem empregue pode fazer o capital tangível render muito mais, maximizando o valor da empresa. Refere também as características mais importantes dos ativos intangíveis são - a não-rivalidade (ou capacidade de utilização simultânea) e a capacidade de escala. Schnorrenberger (2004)

menciona a inexistência de exaustão desses bens, pois não se depreciam pelo uso, os intangíveis aumentam de valor.

De acordo com Barney (1991) estes ativos possuem as características capazes de sustentar as vantagens competitivas por um longo período de tempo – são recursos valiosos, raros, inimitáveis e insubstituíveis que podem resultar em lucros anormais ou acima da média. Lev (2001) define estes ativos em termos financeiros como um direito a benefícios futuros, ou seja, a soma de lucros económicos projetados e descontados a uma taxa de risco apropriada.

1.5.2. Modelos de Avaliação de Intangíveis

O valor de uma empresa baseia-se na sua capacidade de geração de fluxo de caixa no longo prazo que avalia os retornos obtidos pela empresa sobre o capital investido relativamente ao custo do seu capital (Copeland, Koller & Murrin, 2002 e Neves, 2002). Damodaran (2006) refere quatro fatores que influenciam o valor de uma empresa: a capacidade de gerar fluxos de caixa a partir dos ativos já instalados; a taxa de crescimento desses fluxos; a estimativa do tempo que a empresa demora para atingir um crescimento estável e o custo do capital.

A avaliação de empresas consiste em apurar o seu valor, sendo este processo muito subjetivo dado que o valor estimado para a avaliação depende de vários fatores: a ótica do avaliador, as suas características pessoais, o contexto económico, social e político em que se integra a avaliação, as circunstâncias que promovem a necessidade de avaliação, a seleção dos modelos de avaliação, a seleção dos parâmetros de avaliação aplicados. A avaliação de empresas segue as seguintes fases: definição dos objetivos de avaliação; recolha de Informação; seleção de Modelos de Avaliação; estimativa das Variáveis e fixação dos parâmetros de Avaliação; e Cálculo do Valor da Empresa. “O balanço e a demonstração de resultados devem refletir de forma verdadeira e apropriada a situação patrimonial da empresa e a formação dos lucros” (Bastardo & Gomes, 1996, p. 64) A necessidade de avaliação de uma empresa advém de vários processos – análise de projetos e investimentos, processo de liquidação das empresas, fusões/aquisições e cisões, avaliação de estratégias, capacidade de gestão, privatizações e processos de entrada em bolsa, reestruturações, sucessão e divórcio. No processo de criação de uma empresa os seus ativos são adquiridos com base no capital próprio e no capital alheio. Dada a sua criação, a empresa começa a criar ou a destruir valor. Só tem valor a empresa que tiver capacidade para gerar fluxos monetários futuros (Neves, 2002).

Sveiby (2010) aborda também o tema da avaliação de intangíveis. De acordo com o autor existem quatro abordagens base para a medição de intangíveis e classifica-os em 4 modelos base: o *Direct Intellectual Capital Methods - DIC*; o *Market Capitalization Methods – MCM*; o *Return on Assets Methods – ROA*; e o *Scorecard Methods – SC*.

Os *DIC* baseiam-se em métodos de identificação direta do capital intelectual. Estes métodos estimam o valor monetário dos ativos intangíveis identificando os seus vários componentes os

quais podem ser avaliados de forma direta ou através de um coeficiente agregado; Os *MCM* são métodos baseados no mercado em que o valor do intangível é dado pela diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado. Incluem medidas que permitem calcular de forma direta o valor de uma empresa através de múltiplos, ou seja, procura-se obter o valor dos ativos comparando-os com o preço de mercado de outros ativos semelhantes; os *ROA* calculam o retorno dos ativos intangíveis considerando a média das receitas antes dos impostos de uma empresa num determinado período dividida pela média de valor dos seus ativos tangíveis. Este rácio é comparado com a média do sector. Uma estimativa do valor dos ativos intangíveis da empresa pode calcular-se dividindo os lucros acima da média da empresa pelo custo médio de capital ou por uma taxa de juro; no método *SC*, em que depois de identificados, os ativos intangíveis são produzidos *scorecards* ou gráficos com os devidos indicadores.

Cada vez mais as empresas adotam estratégias assentes na criação de valor. A gestão baseada no valor é um modelo de gestão que identifica as variáveis que influenciam o valor da empresa.

Rappaport (2001) identifica os direcionadores de valor do negócio, classificando-os em macro e microdirecionadores (receita operacional, investimento em capital), os quais influenciam o valor de uma empresa, devendo ser identificados e hierarquizados de acordo com o impacto que cada um deles tem na criação de valor.

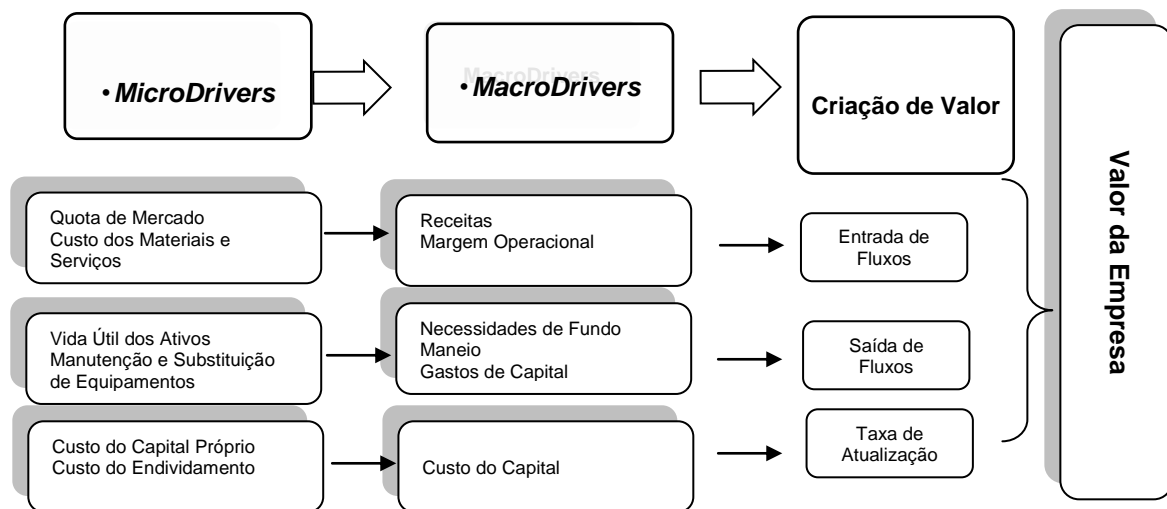


Figura 5. Direcionadores de Valor.

Fonte: Adaptado de Rappaport (2001. p.196).

Copeland, Koller e Murrin (2002) propõem outra classificação para os value drivers, que consiste na divisão destes em três níveis: genérico, da unidade de negócio, e operacionais (Figura 6).

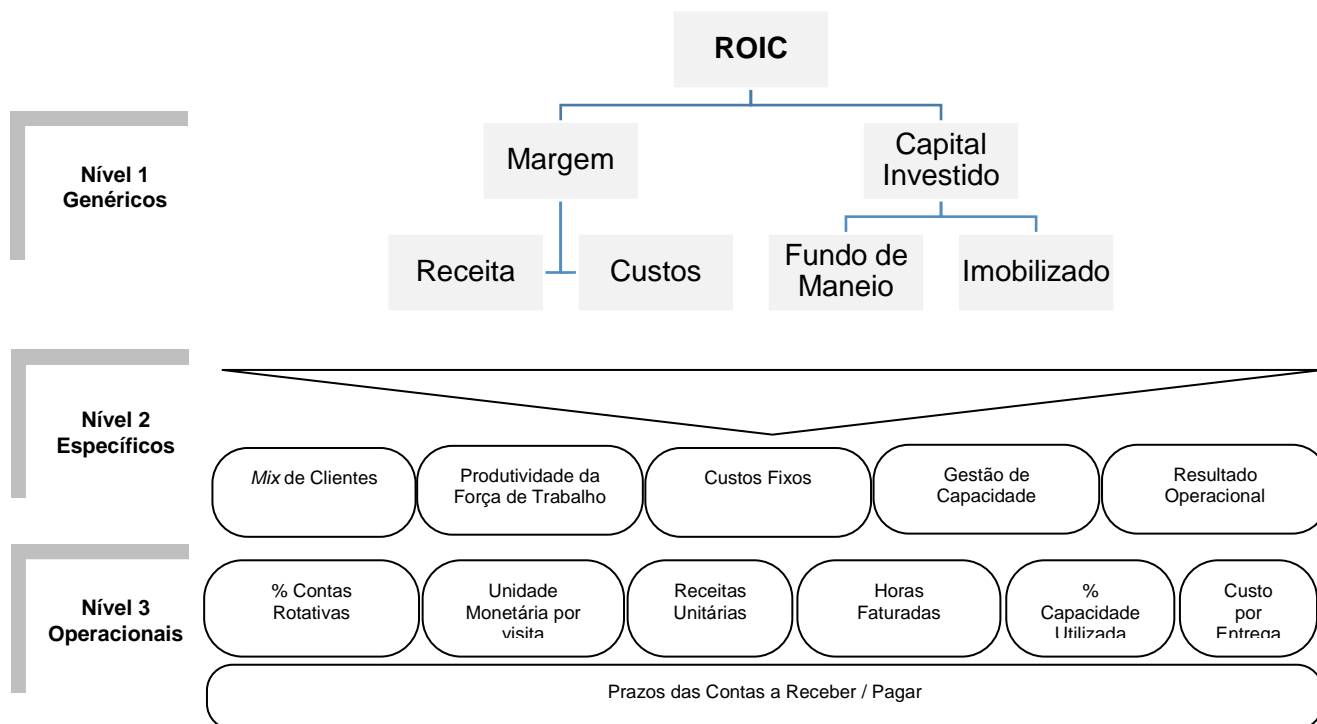


Figura 6. Níveis de Identificação de *value drivers*.

Fonte: Adaptado de Copeland, Koller e Murrin (2002).

É de referir que os *value drivers* genéricos de Copelan e Koller & Murrin (2002) correspondem aos macrodirecionadores de Rappaport (2001); os *value drivers* específicos relacionam-se com as unidades de negócio da empresa e os *value drivers* do nível operacional estão relacionados com as decisões dos gestores de linha, assumindo uma forte influência sobre o valor da empresa.

Estes autores referem que uma estratégia baseada na criação de valor assenta em 4 pilares: elaboração de estratégias, definição de metas, planos de ação e orçamentos, avaliação de desempenho e sistemas de incentivo.

Kayo, Martin e Nakamura (2006) referem que existem várias pesquisas que mencionam os intangíveis como direcionadores de valor para as empresas.

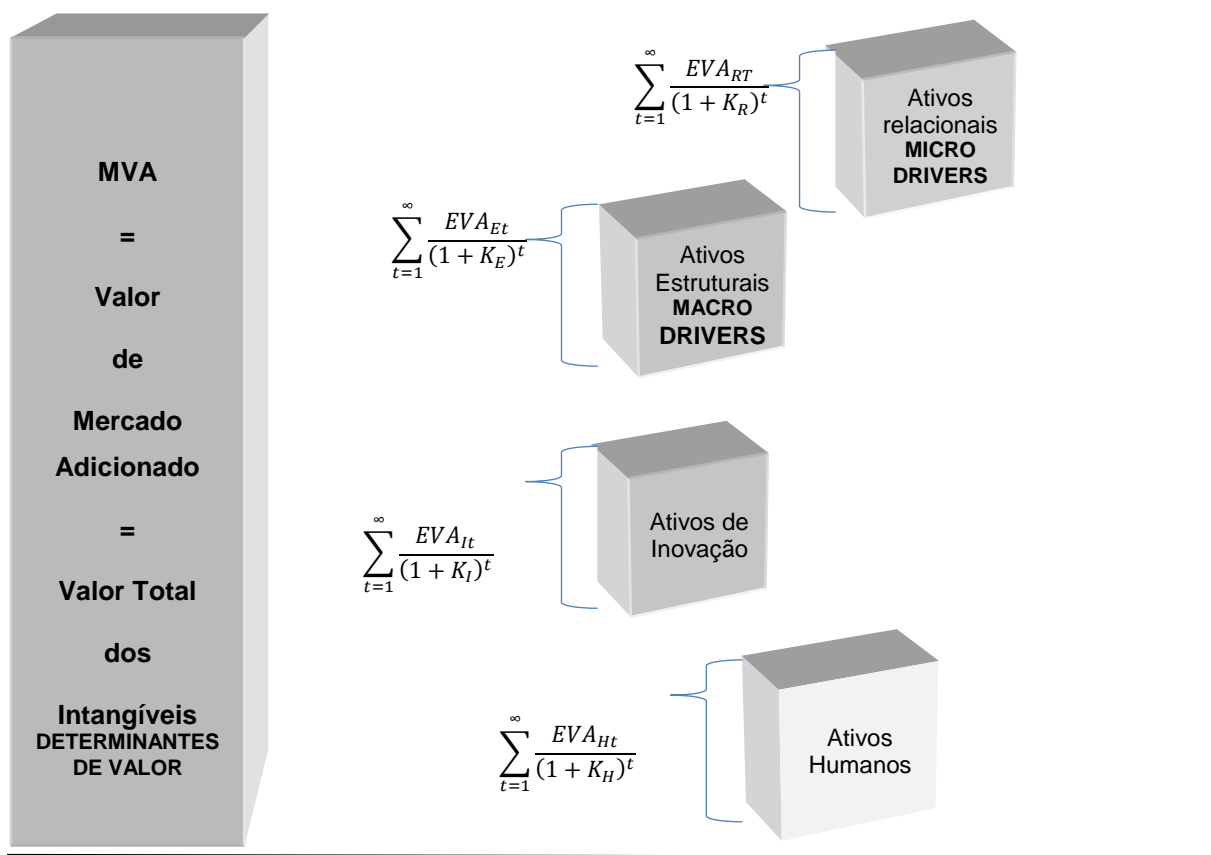


Figura 7. *Value Drivers* para o setor turístico.

Fonte: Adaptado de Kayo (2002).

A figura 7 retrata o uso de intangíveis como direcionadores de valor das empresas. Após a identificação destes direcionadores, que no caso de Kayo (2002) os classifica em ativos relacionais, estruturais, de inovação e humanos, é aplicada a metodologia EVA,

Uma vez projetados os resultados económico-financeiros e conhecidas as contribuições de cada ativo intangível na geração dos resultados, calcula-se o valor atual dos resultados atribuídos a cada tipo de intangível, através de uma taxa de desconto apropriada.

A metodologia *EVA* é defendida por Stewart (2002) e Damodaran (s.d.) na avaliação de empresas. Stewart (1999) defende que o *EVA* pode ser utilizado na avaliação de intangíveis, subtraindo aos lucros que a empresa obtém, o custo incorrido pelo uso do capital. Damodaran (s.d.) apresenta-o *EVA* como uma adaptação ao Valor Atual Líquido, apresentando o *EVA* como o valor atual dos valores adicionados durante a vida do projeto. A metodologia *EVA* será explicada na secção 1.5.3.

1.5.3. Metodologia *EVA*

Nesta secção será apresentado o método de avaliação de bens intangíveis aplicado ao estudo, designado por metodologia *EVA*.

Esta metodologia é defendida por autores como Stewart (2002) e Damodaran (2006) e Kayo (2002) que a apresentam como aquela que melhor avalia a criação de riqueza das empresas. Dada a progressiva liberalização do comércio e a globalização dos negócios, exige-se das empresas uma atuação cada vez mais direcionada para a criação de valor de forma a ajustarem às novas condições de mercado. Os gestores são obrigados a implementar novos parâmetros para medir o valor do negócio (Bonilla, 2010). Stewart (2002) avalia a criação de valor das empresas da indústria química europeias através da metodologia *EVA* e do *Market Value Added (MVA)*. Relativamente a este estudo, Stewart (2002) sugere cinco medidas de gestão que as empresas desse setor devem integrar para obter a criação de valor.

Como primeiro passo propõe a identificação do ciclo da atividade económica, se é uma tendência cíclica ou permanente. Perante uma situação cíclica, as empresas devem atuar numa perspetiva de investimentos que podem dar origem a criação de valor futuro; em caso de tendência permanente, são necessárias medidas de gestão que melhorem os vetores de valor do sistema operacional da empresa. De seguida, o autor sugere uma estratégia de financiamento ativa, destacando o fato de que os investimentos devem ser realizados no auge da atividade, em que a empresa se encontra numa melhor posição estratégica e que, por isso, detém uma maior capacidade de financiamento. Mais tarde, estes investimentos sustentarão a criação de riqueza; implementar um sistema de aviso antecipado para tirar vantagem das oportunidades e gerir o risco, monitorizando os vetores de valor e os investimentos realizados; adotar as medidas de valor corretas. Para Stewart (2002), o *EVA* é a medida ideal de criação de valor. “*Até que o retorno de um negócio não supere o custo do capital total - capital próprio e alheio – destrói-se valor*” (Stewart, 2002, p. 19). Esta metodologia é apresentada pelo autor como o único sistema de gestão financeira caracterizado por uma linguagem comum para os níveis operacionais e para os níveis da administração, avaliando todas as decisões tomadas em termos do valor criado no investimento. Por último, conclui sobre a necessidade de adoção de uma estratégia direcionada para a criação de valor caracterizada de deteção de oportunidades de valor com base no valor atual de todos os *EVA* futuros, para cada direção estratégica, tendo em conta os indicadores operacionais e o capital investido.

Damodaran (s.d) aborda também esta metodologia, defendendo que o valor de uma empresa em termos de *cash flows* descontados, pode ser escrito em termos do *EVA* dos projetos de investimento existentes e o valor atual dos projetos futuros.

Damodaran (s.d) refere que a base fundamental da análise de investimentos assenta no cálculo do valor atual líquido - VAL -, também designado de *Net Present Value* – NPV. O VAL é interpretado como o valor atual dos *cash flows* esperados num projeto de investimento líquido do valor dos investimentos realizados. Os investimentos realizados em projetos com VAL positivo resultarão no crescimento do valor criado, enquanto o investimento em projetos com VAL negativo destruirão valor. O autor apresenta o *EVA* como uma adaptação ao VAL, apresentando-o como o valor atual dos valores adicionados durante a vida do projeto, como é demonstrado na equação 1:

$$NPV = \sum_{t=1}^{t=n} \frac{EVA_t}{(1 + k_e)^t} \quad [1]$$

Onde, EVA_t é o valor económico criado pelo projeto de investimento no ano t.

De acordo com o autor, o valor da empresa pode ser dado pela soma de três componentes:

- 1- O capital investido nos ativos existentes,
- 2- O valor atual dos *EVA* gerados por esses ativos,
- 3- O valor atual dos *EVA* esperados de projetos de investimentos futuros.

Segundo Damodaran (2006), a determinação do valor de uma empresa pode ser realizado com base no *EVA*, sendo este calculado usando a fórmula apresentada na equação 2.

$$EVA = (ROIC - WACC) \times CI \quad [2]$$

Onde,

ROIC é o retorno do capital investido,

WACC é o custo médio ponderado do capital

CI é o capital investido.

O EVA comporta o cálculo de três componentes básicas, tendo sempre em conta a atualização dos *cash flows* gerados: o Retorno do Capital investido, o custo do capital referente ao investimento e o total de capital investido.

Procedendo de seguida à explicação de cada uma das componentes desta metodologia. Para avaliar o retorno do capital investido implica estimar o rendimento operacional gerado pela empresa resultante desses investimentos, líquido de impostos; quanto ao cálculo do custo do capital investido, deve ser tido em conta dois aspetos: os valores de mercado da dívida e do capital próprio da empresa e não os valores contabilísticos; no que se refere à terceira componente, para estimar o capital investido, é necessário apurar o valor de mercado destes ativos, o qual engloba não só o valor do capital investido como também o valor do seu crescimento esperado.

1.5.3.1. O custo do capital – CMPC (WACC)

A estrutura do capital calcula-se tendo em conta as fontes de financiamento de médio e longo prazo ou com custos explícitos de curto prazo.

O custo total do capital investido representa a taxa de atratividade da empresa, sendo a taxa mínima de remuneração exigida pelos investidores e credores para alocação do capital. É calculado a partir de uma média ponderada através da seguinte expressão (Damodaran, 2006, Neves, 2002 e Copeland, Koller e Murrin, 2002).

$$WACC = \sum_{j=1}^N W_j \times K_j \quad [3]$$

Onde:

WACC é o Custo Médio Ponderado do Capital

W_j é a participação relativa de cada fonte de capital no financiamento total

K_j é o custo relativo de cada fonte de financiamento (próprio e alheio).

1.5.3.2. Os Resultados Operacionais Líquidos

Com a alteração do POC para o SNC, o resultado líquido deixou de estar dividido em resultado operacional, resultado financeiro e resultado extraordinário constando agora o resultado antes de depreciações, gastos financeiros e impostos; o resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos); o resultado antes de impostos (antes da informação); e o resultado líquido do período.

O *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA* é o resultado operacional das atividade antes das funções de investimento, financeira e fiscal. É um indicador do verdadeiro desempenho operacional da atividade e uma medida aproximada ao potencial de caixa de negócios. resultado antes de encargos financeiros, impostos, amortizações e provisões; é uma medida que consiste no EBIT tradicional eliminados os efeitos das provisões de depreciação de ativos tangíveis e da amortização de ativos intangíveis que antes haviam sido deduzidos como despesas no período da Demonstração de Resultados (Marques, 2004, p. 236).

O *Earning Before Interest and Taxes - EBIT* é o resultado operacional antes de juros e impostos; o EBIT representa o verdadeiro lucro contábilístico a partir das atividades genuinamente ligadas à atividade da empresa, o quanto a empresa gera de recursos em resultado da sua atividade; exclui tudo o que não faz parte do ciclo operacional da entidade e representa os resultados correntes que normalmente se podem esperar antes de considerar os efeitos financeiros e fiscais (Marques, 2004). A diferença entre o EBIT e o EBITDA reside no fato do EBIT contemplar as amortizações que traduzem o gasto do capital investido em equipamentos com vida útil superior a um ano e que não são integralmente reconhecidos como gastos do período de compra sendo a sua desvalorização reconhecida durante uma série de períodos de acordo com a taxa de amortização/depreciação respetiva.

O *Earning Before Taxes – EBT*, ou seja, os Resultados Antes de Impostos tem como objetivo evidenciar os resultados globais antes de deduzir a estimativa para Impostos sobre o Rendimento (IRC).

Conclui-se assim que os Resultados Operacionais líquidos são calculados subtraindo aos resultados operacionais (EBIT) os impostos e os juros da dívida.

1.5.3.3. O Capital Investido

O cálculo do capital investido é realizado com base no ativo total retirando a este os financiamentos sem “custo explícito” – Fornecedores, Segurança Social, Estado/Fisco ou retirando à soma do Capital Próprio e do Passivo as dívidas não oneradas no curto prazo. De acordo com Young e O’Byrne (2003) o capital investido é a soma do património líquido (que pertence ao investidor) e dos empréstimos e financiamentos de curto e de longo prazo (pertencentes ao credor). Logo o passivo cíclico não deve ser considerado como capital investido por ser um financiamento do ciclo de exploração.

A aplicação do *EVA* passa a identificar a necessidade de investimentos a realizar evitando gastos desnecessários (Kaur & Narang, 2009). Um *EVA* positivo significa que a empresa conseguiu rentabilidade acima dos custos dos recursos de capital que utilizou num determinado negócio e criou valor. Neste caso, a empresa gera valor para os acionistas porque os resultados operacionais são superiores ao custo de todo o capital investido; um *EVA*

negativo significa que a empresa não consegue gerar recursos capazes de remunerar o capital investido e, neste caso, destruiu valor.

Wernke e Mendes (2010) referem as seguintes vantagens:

- nas análises é considerado o custo do capital; melhor definição dos objetivos da empresa; definição de uma taxa de retorno mínima dos projetos resultando em objetivos mais claros e quantificáveis;
- permite a fixação de um critério justo de para negociação da remuneração variável dos administradores;
- os gestores começam a agir como acionistas considerando o impacto de longo prazo das suas decisões;
- o *EVA* ao considerar todos os custos dos capitais investidos permite a identificação da eficiência da sua aplicação.

Como desvantagens, os autores apresentam:

- o *EVA* reconhece as limitações dos métodos tradicionais para a mensuração do valor de um investimento, este modelo ajusta as informações globalmente e não as trata à medida que ocorrem os eventos;
- a base de resultados globais da empresa impede a medição da contribuição de cada área para o resultado.
- Stewart (2005) refere também que não é possível comparar os resultados de empresas com dimensões diferentes.

1.5.4. Metodologia MVA

Após a explicação da metodologia *EVA*, aborda-se o *Market Value Added* . *MVA* - concluindo sobre a relação existente entre ambas.

Stewart (2005) defende a utilização do *EVA* pela melhor percepção para avaliação de projetos individualizados e avaliação da *performance* empresarial, e pela sua conectividade com o valor de mercado. O *EVA* é uma medida interna de desempenho que proporciona a constituição de um prémio (ou desconto) na medida externa de desempenho que é o *MVA*..

Ao somarem-se as expectativas futuras dos *EVA* trazendo-os ao valor atual utilizando-se como taxa de desconto o custo de capital dos investidores, obtêm-se a riqueza gerada pela empresa, que se expressa no conceito de Valor Agregado pelo Mercado (*MVA – Market Value Added*), ou seja, a diferença entre o valor de mercado da empresa e o capital total investido, que pode ser traduzido na seguinte fórmula (Stewart, 2005; Kayo, 2002).

$$MVA = \sum_{t=1}^{\infty} \frac{EVA_t}{(1 + WACC)^t} \quad [4]$$

Desta forma a diferença entre o *EVA* e o *MVA* refere-se em que o primeiro refere-se apenas a um único período, enquanto o segundo se refere ao desempenho de todos os períodos futuros.

Kayo (2002) defende que o *MVA* representa o valor total dos ativos intangíveis ao descontar o custo de capital (tangível) no cálculo do *EVA* existente e futuro, ao projetado e descontado a valor atual.

O modelo pressupõe a identificação e separação dos diferentes tipos de ativos intangíveis, com o cálculo do *EVA* e taxa de desconto (*k*) requerida pelo risco específica para cada um dos diferentes tipos de ativos intangíveis.

2. Património Intangível do Município de Miranda do Douro

2.1. Recursos Turísticos no concelho de Miranda do Douro

“Miranda de I Douro

*Lhégua guapa yá antiga,
Arribas, puosta, assumadeiros,
Miranda cidade amiga,
Onde béilan pauliteiros.”*

Fonte: CMMD (2015a).

A cidade de Miranda do Douro encontra-se situada no Nordeste de Portugal, no troço internacional que separa a província portuguesa de Trás-Os-Montes da província espanhola de Castilha e León e é banhada pelos rios Douro e Fresno. Grande parte do seu território situa-se em pleno Douro Internacional, com recursos naturais excepcionais, com um património histórico, cultural e local, únicos e gastronomia assente nos produtos locais e raças autóctones, (CMMD, 2015b).

A cultura da região fomenta para vários usos e costumes ainda hoje praticados mesmo pelas gerações mais jovens. A Religião é também um recurso bem presente associada muitas vezes às festas e romarias da região. As festas e romarias assumem grande importância, com predominância as festas do solstício do inverno, onde figuras como o carochó e a velha e os pauliteiros se destacam. A recolha de lenha pelas mocidades para as fogueiras do Inverno, as matanças do porco e os serões são outros exemplos. O Mirandês, segunda língua oficial de Portugal desde 1999, é aqui falado. Caracteriza-se por ser uma língua romântica, originária do latim e relativa à família das línguas ásturo-leonesas. Apesar de minoritária, não é uma língua falada de igual forma em toda a região, possuindo três variantes: o mirandês do norte ou raiano, o mirandês do sul ou sendinês e o mirandês central. Como gastronomia típica, encontra-se a posta à mirandesa e o cordeiro assado na brasa, provenientes de raças autóctones da região, os enchidos de porco (CMMD, 2015b). A Natureza, a gastronomia, a língua, as tradições e a cultura deste paraíso natural são ativos intangíveis que criam receitas municipais as quais se tornam imprescindíveis de avaliar para aproveitar as potenciais oportunidades que estes bens criam. *“As potencialidades dos serviços turísticos de uma região são função dos recursos mas o seu crescimento depende da capacidade de os valorizar e da criação de novos fatores de atração”* (Cunha, 2008, p.22).

Em Miranda do Douro, o Turismo é o cerne da economia, é fonte de criação e de retenção de valor para as populações locais. Dado que é um concelho isolado e sofre dos problemas típicos das zonas rurais de que é exemplo a desertificação, têm sido sobretudo os recursos naturais, culturais e patrimoniais os responsáveis por atrair turistas, *“são eles que determinam a atração de um país ou região e definem as suas potencialidades”* (Cunha, 2008, p.25).

No presente ponto cabe ainda destacar o que se entende por recurso turístico. Um recurso turístico é um pacote de componentes tangíveis e intangíveis, baseadas numa atividade, num dado destino e a um determinado preço (Middleton & Clarke, 2001). Os recursos turísticos são bens naturais, culturais e humanos, tangíveis e intangíveis, móveis e imóveis, com características relevantes (Navarro, 2015). Machín (1997) define recurso turístico a combinação de elementos tangíveis e intangíveis que se agrupam em três áreas: naturais, históricos e culturais. Os recursos naturais são todos aqueles que se relacionam com a água (mar, praias, rios, lagos, etc.) e com a terra e seu ecossistema (paisagens, vales, montanhas, etc.). Os recursos históricos referem-se a todos os vestígios históricos e património cultural (igrejas, pontes, museus, obras de arte, etc.). Os recursos culturais identificam-se pela vivência e manifestações de um povo (formas de vida, tradições, festas, romarias, gastronomia (Machín, 1997).

Costa, Rita e Águas (2001) classificam os recursos turísticos em primários ou básicos; secundários ou instalações e terciários ou complementares. Os primários resultam quer da ação da natureza (recursos naturais), quer da ação do homem (recursos culturais e históricos). A oferta primária ou básica (clima, paisagem, recursos naturais, património histórico e cultural, tradições, folclore, artesanato, etc.) constitui o vetor fundamental para definição da vocação turística de um país ou de uma região, dela se partindo para a conceção e materialização da oferta secundária, a qual permitirá assegurar o alojamento, a alimentação e a distração dos turistas. Os produtos secundários são condicionados pelo fenómeno turístico, contrariamente aos primários, pois o seu objetivo visa satisfazer as necessidades dos turistas. Unidades de alojamento, agências de viagens e complexos de animação, são entre outros, exemplos de produtos secundários. Os últimos destinam-se à população em geral, mas em particular à população residente e constituem um elemento suplementar do produto turístico (exemplos: museus, teatros, espetáculos culturais e desportivos). Esta ideia é também apresentada por Cunha (2008) que refere os recursos tal como são oferecidos pela natureza são atrativos mas insuficientes para garantir a permanência dos visitantes. Esta implica a construção de infraestruturas de apoio tais como hotelaria, restauração, transportes, entre outros. Para que a atividade turística seja uma realidade é necessário que a área (local/região) em causa possua recursos naturais ou atrações, resultantes da ação do homem, suscetíveis de atrair visitantes. A identificação, conhecimento e avaliação dos recursos turísticos de uma região são fundamentais para determinar o potencial turístico da mesma e planificar o seu desenvolvimento. A singularidade, atratividade e estado de conservação dos recursos, bem como a localização e facilidade de acesso aos mesmos, determinam a sua possibilidade de exploração e a sua capacidade em atrair um determinado tipo de visitantes (Machín, 1997).

Aqui está bem presente a importância da inventariação destes recursos. Uma metodologia com aceitação geral é a apresentada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) que hierarquiza e classifica os recursos turísticos em 5 categorias: 1 - Sítios Naturais, 2 - Museus e Manifestações históricas, 3 - Folclore, 4 - Realizações técnicas, científicas, artísticas contemporâneas e 5 - Acontecimentos Programados. Estes recursos são, por sua vez, classificados de acordo com uma hierarquia: hierarquia 1 - integra os recursos de menor interesse que apenas potenciam os outros recursos; hierarquia 2 - constitui-se dos recursos que originam correntes turísticas regionais ou locais; hierarquia 3 - compõe-se recursos que motivam visitantes de longa distância; hierarquia 4 - contempla as atividades de caráter excepcional que motivam nacionais e/ou estrangeiros por si só, ou em conjunto, com outros atrativos de interesse nacional; hierarquia 5 - atividades de interesse nacional e internacional (Cunha, 2008).

De seguida, procede-se à identificação dos recursos turísticos da região norte e em específico da região em análise.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) identifica os recursos turísticos por submarcas turísticas promocionais: Porto, Minho, Douro e Trás-os-Montes, que se apresentam na Tabela 3.

Tabela 3. Recursos Turísticos da Região Norte de Portugal por submarcas turísticas.

Porto	Trás-os-Montes	Douro	Minho
Centro Histórico do Porto	Natureza e Paisagem (Planaltos Montanhosos)	Alto Douro Vinhateiro (Património Mundial)	Património Histórico-Religioso
Património Histórico-Cultural classificado	Património Histórico-Natural	Rio Douro - Canal navegável	Cidades e vilas históricas
Caves do Vinho do Porto e Barcos Rabelos	Termas	Vindimas e Tradições associadas	Vale do Lima
Cultura e Conhecimento	Caça e Pesca	Aldeias Vinhateiras e Quintas	Orla Costeira
Centro Económico e Empresarial	Aldeias Rurais	Parques Naturais e Albufeiras	Parques Naturais
Pólo de Congressos, Convenções e Seminários	Gastronomia	Gastronomia e Vinhos do Douro e Porto	Festas e Romarias
Animação	Produtos Locais	Património Histórico-Cultural	Gastronomia e vinhos verdes
Foz do Douro e Orla Costeira	Artesanato	Património Arqueológico do Côa	Aldeias Rurais

Fonte: Adaptado de CCDR-N (2015b, p. 20).

De seguida, expõe-se na Tabela 4, a inventariação dos recursos turísticos tangíveis e intangíveis de Miranda do Douro, pertencentes à categoria “*Património Histórico, Cultural, artístico e Ambiental*”, que assenta, basicamente, nos recursos identificados pela CCDR-N (2015b), na Tabela 1 Tabela 3, conjugando os recursos turísticos de “*Trás-Os-Montes*” com o Rio Douro, constante na subzona “*Douro*”. “*De salientar a importância do Rio Douro na vertente*

turística, pois representa um dos principais polos de atração através dos passeios fluviais do ‘Grand Canyon’, que se estendem pelo desfiladeiro do rio partilhado entre portugueses e espanhóis (...)” (Diagnóstico Social, 2014, p. 107).

Tabela 4. Recursos Turísticos do Concelho de Miranda do Douro, integrados na categoria “Património Histórico, Cultural, Artístico e Ambiental”.

Património Histórico, Cultural, Artístico e Ambiental	
Paisagem Natural	Património Arquitetónico e Monumental
Artesanato Tradicional	Música Tradicional
Gastronomia Tradicional	Religião
Língua Mirandesa	Costumes e Tradições

Fonte: CMMD, 2015a.

Associados a estes bens desenvolvem-se no concelho de Miranda do Douro um conjunto de atividade de lazer, constantes na Tabela 5, importantes na atração de visitantes.

Tabela 5. Atividades de Lazer associadas aos bens do “Património Histórico, Cultural, Artístico e Ambiental”.

Atividades de Lazer	
Passeios Pedonais	Caça, pesca
Passeios TT	Passeios de burro
Cruzeiros de barco	Festas e Romarias

Fonte: CMMD, 2015a.

O Diagnóstico Social de Miranda do Douro (2014) nomeia um conjunto de eventos que reúnem expressividade cultural da região: a Feira de Gastronomia e Artesanato, o Festival *L’Burro i l’ Gueiteiro*, o Festival Intercéltico de Sendim, o Festival Geada, a Romaria de N.ª S.ª do Naso, a Romaria de N.ª S.ª da Luz, a Feira de Artesanato e Multiactividades - Famidouro.

2.2. Evolução do Turismo em Miranda do Douro

Neste ponto procede-se a uma análise da evolução de alguns indicadores de turismo no concelho em estudo, quer do lado da procura quer do lado da oferta.

“O território de Miranda do Douro é marcado por um tecido empresarial que se caracteriza por uma elevada concentração de empresas ligadas ao Sector Terciário (67%), demonstrando o papel preponderante deste sector na atividade económica do Município” (Diagnóstico Social, 2013, p.63).

2.3.1. Procura Turística

A procura turística inclui um conjunto de bens e serviços que são adquiridos aquando da ocorrência de um fluxo turístico, possíveis de expressar em termos quantitativos. A procura pode ser vista de acordo com a vertente física, monetária ou geográfica. A vertente física é medida por indicadores como o n.º de dormidas e o n.º de hóspedes; a procura monetária expressa o valor dos consumos realizados por visitantes nacionais e estrangeiros, medida através do valor das receitas de hotelaria de origem interna e externa e, por fim, a procura geográfica que se refere aos locais onde se geram os movimentos turísticos e aos destinos (PENT, 2015 e PMT, 2004). De seguida caracteriza-se a procura turística em Miranda do Douro no período 2000-2013.

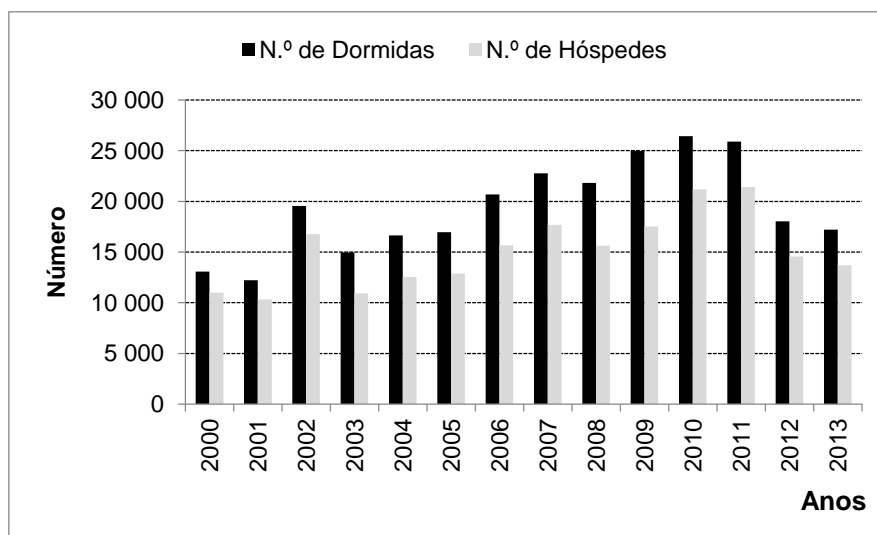


Figura 8. N.º de Dormidas e N.º de Hóspedes, período 2000-2013.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pelo INE (2000-2013).

O N.º de Dormidas é a permanência de um indivíduo num estabelecimento que fornece alojamento, por um período compreendido entre as 12 horas de um dia e as 12 horas do dia seguinte (INE, 2000-2013). Conforme a Figura 8 e a Tabela A.1., Anexo II, o número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do concelho de Miranda do Douro regista os valores máximos nos anos 2002 e no período entre 2006 e 2011, registando os maiores valores entre

2009 e 2011. Atingiu o seu máximo dos máximos no ano 2010. Em 2012 e 2013 revelou-se uma tendência de abrandamento considerável. Comportamento idêntico também se verificou para as séries dos hóspedes, sendo que em 2010 e 2011 foram os picos registados no período em análise.

Na tabela seguinte apresenta-se a variação anual e média anual, para as duas séries em estudo.

Tabela 6. Variação Anual (%) do N.º de Dormidas e do N.º de Hóspedes, 2000-2013.

Anos	Taxa de Crescimento N.º Dormidas (%)	Taxa de Crescimento N.º de Hóspedes (%)
2000	-	-
2001	-6,40	-6,12
2002	59,45	62,48
2003	-23,32	-34,91
2004	11,09	14,76
2005	1,89	2,91
2006	22,03	21,54
2007	9,92	12,85
2008	-4,09	-11,69
2009	14,44	12,21
2010	5,80	20,84
2011	-2,07	1,06
2012	-30,31	-32,00
2013	-4,62	-5,88
Variação Média Anual (%)	1,98	1,58

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pelo INE (2000-2013).

Assim, na Tabela 6 localiza-se um máximo de crescimento no ano 2002 quer para o número de hóspedes quer para o número de dormidas, respetivamente de 59,5% e 62,5%. Ao contrário do que se verifica no ano 2012 regista uma variação anual negativa, significativa, em cerca de 30% para os dois indicadores.

O número de dormidas regista uma variação anual positiva para os anos 2002, 2004, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2010, registando uma variação anual negativa para 2001, 2003, 2008, 2011, 2012 e 2013. Neste último ano nota-se um decréscimo menos acentuado.

O número de hóspedes regista uma variação anual positiva para os anos 2002, 2004, 2005, 2006, 2007, 2009, 2010 e 2011; enquanto regista uma variação anual negativa para 2001, 2003, 2008, 2012 e 2013. Tal como acontece no número de dormidas, o decréscimo verificado em 2013 apresenta uma tendência menos negativa.

Em termos de variação média anual pode ver-se que ambos indicadores apresentam uma taxa de crescimento média anual cerca de 2%, designadamente 1,98% para as dormidas e 1,58% para os hóspedes.

A Tabela 7 ilustra a nacionalidade portuguesa como aquela que apresenta o valor mais relevante no número de dormidas, ressaltando um valor máximo no 2002 assim como em 2007 e em 2010. O número de dormidas apresenta uma tendência de progressivo decréscimo a partir de 2010.

Analisando os dados conclui-se que o país estrangeiro com maior relevância no número de dormidas é a Espanha, o que pode derivar da proximidade física e cultural (língua).

Os países a seguir a Portugal e Espanha com maior peso no número de dormidas são a França e o Reino Unido. Apesar das fortes oscilações, a França atingiu mínimos em 2005, 2007, 2009 e máximos em 2006 e 2008; o Reino Unido atingiu o valor extremo máximo em 2005 e um extremo mínimo em 2010. Nos últimos anos a França apresenta uma tendência de crescimento enquanto o Reino Unido apresenta uma tendência inversa.

Tabela 7. N.º de Dormidas segundo o país de residência habitual, 2000-2013.

Anos	Total	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	EUA
2000	13 069	10 718	154	1 157	187	88	315	199	37
2001	12 233	9 884	141	1 315	228	27	230	113	27
2002	19 542	16 768	105	1 704	268	55	119	100	42
2003	14 984	12 434	73	1 786	294	22	86	145	17
2004	16 645	13 642	56	1 804	221	33	37	557	19
2005	16 958	14 011	28	1 708	182	26	16	715	51
2006	20 694	16 826	32	2 822	456	21	36	323	8
2007	22 746	19 128	32	2 759	162	14	32	404	47
2008	21 816	16 673	76	3 414	701	49	61	467	20
2009	24 967	21 497	45	2 750	194	5	32	222	22
2010	26 416	22 532	117	2 987	256	21	37	113	41
2011	25 870	21 508	244	2 454	315	32	13	170	24
2012	18 029	14 262	107	2 285	243	30	31	395	8
2013	17 197	13 064	54	2 824	316	30	32	346	47

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pelo INE (2000-2013).

A Tabela 8 apresenta as taxas de variação anual do n.º de dormidas, verificando-se que Portugal apresentou a maior variação anual negativa em 2003, com cerca de 26%, e em 2012 com cerca de 33% e a maior variação anual positiva no ano de 2002 com aproximadamente 70%. Os anos de 2004, 2006, 2007, 2009 revelam-se anos com alguma relevância em termos de crescimento positivo. Em 2013 Portugal continuou com uma variação negativa, apresentando-se esta menos acentuada relativamente a 2012. O número de dormidas de turistas provenientes dos Estados Unidos da América (EUA) apresenta a maior variação registada nos vários países e no período em análise.

Tabela 8. Variação Anual do N.º de Dormidas segundo o país de residência habitual, 2000-2013, em %.

Anos	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	EUA
2000	-	-	-	-	-	-	-	-
2001	-7,80	-8,4	13,66	21,93	-69,32	-26,98	-43,22	-27,03
2002	69,65	-25,53	29,58	17,54	103,70	-48,26	-11,50	55,56
2003	-25,85	-30,48	4,81	9,70	-60,00	-27,73	45,00	-59,52
2004	9,72	-23,29	1,01	-24,83	50,00	-56,98	284,14	11,77
2005	2,71	-50,00	-5,32	-17,65	-21,21	-56,76	28,37	168,42
2006	20,09	14,29	65,22	150,55	-19,23	125,00	-54,83	-84,31
2007	13,68	0,00	-2,23	-64,47	-33,33	-11,11	25,08	487,50
2008	-12,84	137,50	23,74	332,72	250,00	90,63	15,59	-57,45
2009	28,93	-40,79	-19,45	-72,33	-89,80	-47,54	-52,46	10,00
2010	4,82	160,00	8,62	31,96	320,00	15,63	-49,10	86,36
2011	-4,55	108,55	-17,84	23,05	52,38	-64,87	50,44	-41,46
2012	-33,69	-56,15	-6,89	-22,86	-6,25	138,46	132,35	-66,67
2013	-8,40	-49,53	23,59	30,04	0,00	3,23	-12,41	487,50

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pelo INE (2000-2013).

Conclui-se, procedendo aos cálculos apresentados na Tabela 9, que a Alemanha, a Itália e os Países Baixos, são os países com uma média de crescimento negativa para o período em análise, sendo os Países Baixos os que registam o valor mais negativo, cerca de 15%. Observa-se uma tendência inversa no que se refere a Portugal, aos EUA, à França, ao Reino Unido e à Espanha que, com referência ao mesmo período, apresentaram uma variação média anual (VMA) positiva de 1,4%, 1,8%, 3,8%, 4% e 6,6%, respetivamente.

Tabela 9. Variação Média Anual do N.º de Dormidas segundo o país de residência habitual, 2000-2013.

Anos	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	EUA
VMA	1,4%	-7,2%	6,6%	3,8%	-7,4%	-15,1%	4%	1,7%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pelo INE (2000-2013).

Analisando da mesma forma o indicador de procura “N.º de Hóspedes segundo o país de residência habitual”, constante na Tabela 10, pode concluir-se que:

- a maior parte dos hóspedes são de origem nacional. O número de hóspedes de origem nacional atingiu um pico em 2002, em 2007, em 2010 e em 2011. Por sua vez, atingem um valor mínimo em 2003. Tal como acontece no número de dormidas, verifica-se uma tendência recente para o decréscimo do número de hóspedes. Espanha, França, Reino Unido e Alemanha são os principais países emissores de turistas para Portugal;

- os hóspedes de nacionalidade espanhola ocupam a segunda posição no peso do total dos hóspedes e, em geral, com uma tendência crescente no decorrer dos anos. Ao contrário do que se verifica com os hóspedes portugueses, a tendência recente é para o crescimento dos hóspedes de nacionalidade espanhola. Os hóspedes deste país registam o valor máximo no último ano do período em análise;

- os hóspedes provenientes da França, Reino Unido e Alemanha são os que detêm a maior percentagem relativamente ao total dos hóspedes e constata-se que apenas a França revela uma tendência positiva nos últimos anos. Há evidência da existência de picos em 2006, 2008 e 2011 referente aos hóspedes Franceses. O mesmo se regista relativamente aos hóspedes do Reino Unido nos anos 2005 e 2012. Já em 2005, 2007 e 2009, os hóspedes franceses atingem valores mínimos, o mesmo sucedendo com os hóspedes do Reino Unido em 2002, 2006 e 2009. O peso dos hóspedes alemães decresceu entre 2000 e 2005 e, após esse período, atingiu um máximo em 2011.

Tabela 10. N.º de Hóspedes segundo o país de residência habitual, entre 2000-2013.

Anos	Total	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	EUA
2000	10 995	8 902	137	1 061	185	66	263	158	36
2001	10 322	8 265	117	1 183	183	25	197	98	20
2002	16 771	14 578	88	1 352	214	47	92	78	27
2003	10 917	8 915	61	1 416	210	20	70	101	13
2004	12 528	10 514	47	1 378	141	31	33	155	19
2005	12 892	10 963	24	1 395	115	14	13	186	47
2006	15 669	12 926	32	2 099	357	21	28	81	8
2007	17 683	15 081	24	2 154	120	9	15	101	37
2008	15 616	12 792	54	2 061	284	40	40	113	16
2009	17 522	15 240	43	1 833	141	5	28	79	20
2010	21 175	18 350	69	2 173	208	16	27	97	32
2011	21 399	18 422	80	2 087	293	32	12	152	24
2012	14 552	11 608	47	1 898	202	28	27	310	8
2013	13 696	10 602	38	2 321	219	25	23	174	15

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pelo INE (2000-2013).

A variação anual do n.º de hóspedes no concelho é apresentada na Tabela 11. Os dados evidenciam que o número de turistas de origem Alemã e de origem Italiana reduziram bastante, enquanto o peso dos turistas Espanhóis tem verificado um aumento progressivo de quase 100% relativamente ao ano 2000 bem como o valor apresentado nos países baixos e EUA. Entre 2011 e 2012 regista-se um decréscimo geral do número de hóspedes provenientes das várias nações, sendo apenas o n.º de hóspedes provenientes dos Países Baixos e do Reino Unido os que registaram crescimento positivo.

Tabela 11. Variação Anual do N.º de Hóspedes entre 2000-2013 (%).

Anos	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	EUA
2000								
2001	-7,16	-14,60	11,50	-1,08	-62,12	-25,10	-37,98	-44,44
2002	76,38	-24,79	14,29	16,94	88,00	-53,30	-20,41	35,00
2003	-38,85	-30,68	4,73	-1,87	-57,45	-23,91	29,49	-51,85
2004	17,94	-22,95	-2,68	-32,86	55,00	-52,86	53,47	46,15
2005	4,27	-48,94	1,23	-18,44	-54,84	-60,61	20,00	147,37
2006	17,91	33,33	50,47	210,44	50,00	115,39	-56,45	-82,98
2007	16,67	-25,00	2,62	-66,39	-57,14	-46,43	24,69	362,50
2008	-15,18	125,00	-4,32	136,67	344,44	166,67	11,88	-56,76
2009	19,14	-20,37	-11,06	-50,35	-87,50	-30,00	-30,09	25,00
2010	20,41	60,47	18,55	47,52	220,00	-3,57	22,79	60,00
2011	0,39	15,94	-3,96	40,87	100,00	-55,56	56,70	-25,00
2012	-36,99	-41,25	-9,06	-31,06	-12,50	125,00	103,95	-66,67
2013	-8,67	-19,15	22,29	8,42	-10,71	-14,82	-43,87	87,50

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pelo INE (2000-2013).

Analisando os valores apresentados na Tabela 12, para o período considerado, destacam-se os hóspedes Espanhóis que registaram a melhor média anual de crescimento (6%), seguido de Portugal e França, ambos com 1%. Em situação inversa, encontram-se os Países Baixos, com uma média anual negativa de 16% e a Alemanha com cerca de 9% de média anual negativa.

Tabela 12. Variação Média Anual do N.º de Hóspedes nos estabelecimentos turísticos, entre 2000-2013.

Anos	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	EUA
VMA	1,26%	-8,75%	5,75%	1,21%	-6,70%	-15,97%	0,69%	-6,06%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pelo INE (2000-2013).

Na Figura 9 e a Tabela A.2, Anexo II, apresentam a estada média de hóspedes estrangeiros e nacionais, ou seja, o número de noites que um visitante permanece em média no local. Em média, entre 2000 e 2013 os hóspedes nacionais permanecem cerca de 1,3 noites nos estabelecimentos hoteleiros no concelho. Em média os hóspedes estrangeiros permaneceram cerca de 1,4 noites, permanecendo um pouco mais relativamente aos hóspedes nacionais. Tendo em conta o período analisado, em 2004 os hóspedes estrangeiros permaneceram mais tempo no concelho cerca de 1,8 noites. Os anos 2007 e 2011 também apresentam valores mais elevados quanto à estada média de turistas estrangeiros. Os turistas nacionais

apresentam uma tendência mais estável, tendo registado uma taxa de crescimento positiva entre 2002-2003, entre 2007-2009, e a partir de 2012.

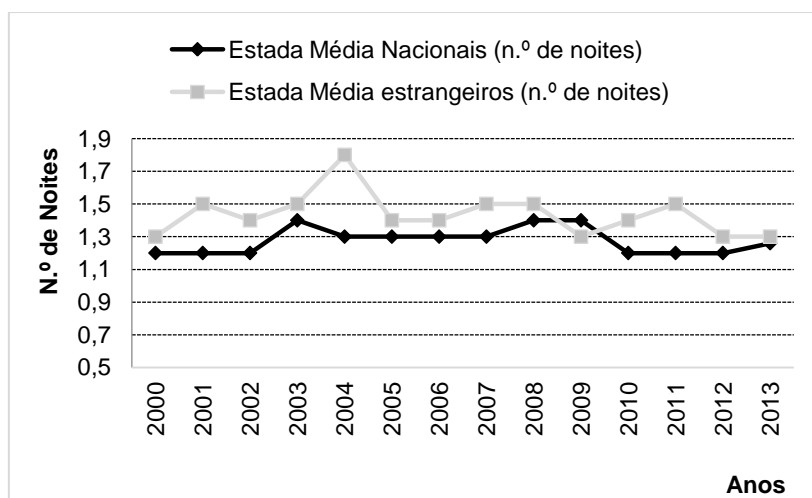


Figura 9. Estada Média de Hóspedes Nacionais e Estrangeiros, 2000-2013.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pelo INE (2000-2013).

A Figura 10 e a Tabela A.3, do Anexo II, apresentam a taxa de ocupação cama-líquida. A Taxa de Ocupação Cama-Líquida representa a relação entre o número de dormidas e o número de camas existentes no período de referência, considerando como duas as camas de casal (INE, 2000-2013).

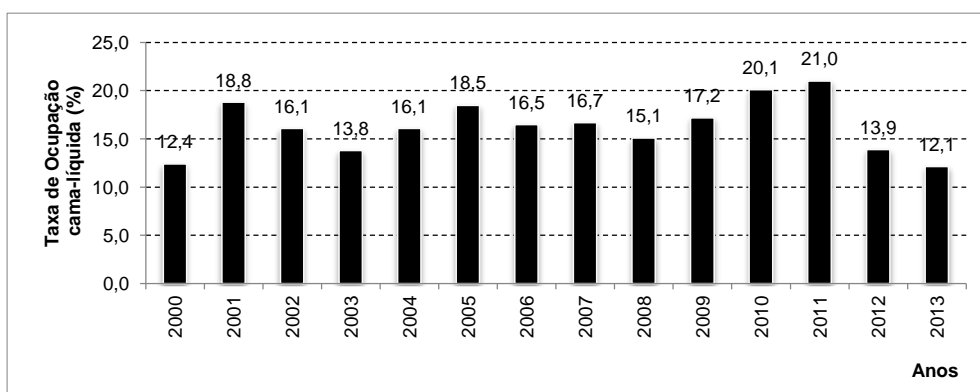


Figura 10. Taxa de Ocupação Cama-Líquida, entre 2000-2013.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pelo INE (2000-2013).

Tendo em conta os dados do INE no período 2000-2013, e para o concelho de Miranda do Douro, este indicador apresentou os maiores valores em 2012, 2006, 2010 e 2011, sendo este último ano aquele que apresenta maior taxa de ocupação. Por sua vez, é em 2000, 2001 e 2002 que os valores se apresentam mais baixos.

2.3.2. Oferta Turística

A oferta turística passa pela combinação de recursos com os serviços e equipamentos disponíveis num determinado destino, dando origem a produtos turísticos que são colocados no mercado através de técnicas de marketing. A Oferta Turística integra um conjunto de componentes que qualificam um destino turístico – os recursos turísticos, as infraestruturas, as superestruturas, a acessibilidades, os transportes, a hospitalidade e o acolhimento. Os recursos turísticos constituem a componente base da oferta turística, classificando-se em naturais – paisagem, flora, fauna - ou construídos pelo homem – monumentos e equipamentos culturais, sendo que constituem o potencial da região, apesar de, por si sós não serem suficientes ao funcionamento da atividade turística, *”devendo ser equacionados e potenciados enquanto fatores de atração e diferenciação”* (PNT, 2004, p. 10). Para além do património natural ou construído pelo homem, é necessária a existência de serviços de apoio que suportem o recurso – acessibilidade, alojamento. *“É a funcionalização do recurso que lhe atribui as características de produto turístico”* (PNT, 2004, p.25). Conclui-se assim que a oferta turística é constituída por Bens e serviços diretamente relacionados com o Turismo e também por produtos associados de um território económico - país ou região (Turismo de Portugal, 2015).

Esteves (2002) refere uma vasta oferta turística em termos de recursos na região de Bragança, desde recursos naturais, com um grande relevo de paisagens, reservas naturais, barragens, praias fluviais, rios a recursos históricos e recursos culturais. O Concelho de Miranda do Douro, integrado no distrito de Bragança, apresenta também uma riqueza natural e cultural únicas. *“Com uma localização privilegiada junto de Espanha (...) o concelho dispõe de uma variadíssima oferta hoteleira visando os diferentes tipos de procura (...) para o aproveitamento das particularidades únicas deste ‘cachico de cielo na tierra’”* (Diagnóstico Social, 2014). A oferta é relativamente diversificada, para além das unidades hoteleiras de turismo rural, existe o alojamento local, um Parque de Campismo e um Centro de Acolhimento Juvenil, situado no Barrocal do Douro.

Neste ponto são analisados indicadores da oferta turística, como o n.º de alojamentos e os investimentos realizados neste setor.

Como já foi referido, um dos indicadores utilizado na caracterização da oferta turística é o número de estabelecimentos hoteleiros existentes no local em estudo, dado que a hotelaria é um dos serviços que mais suporta a atividade turística.

O alojamento existente no concelho de Miranda do Douro é composto por hotéis, pensões e Casas de Turismo Rural. De seguida apresenta-se a sua evolução durante o período em análise.

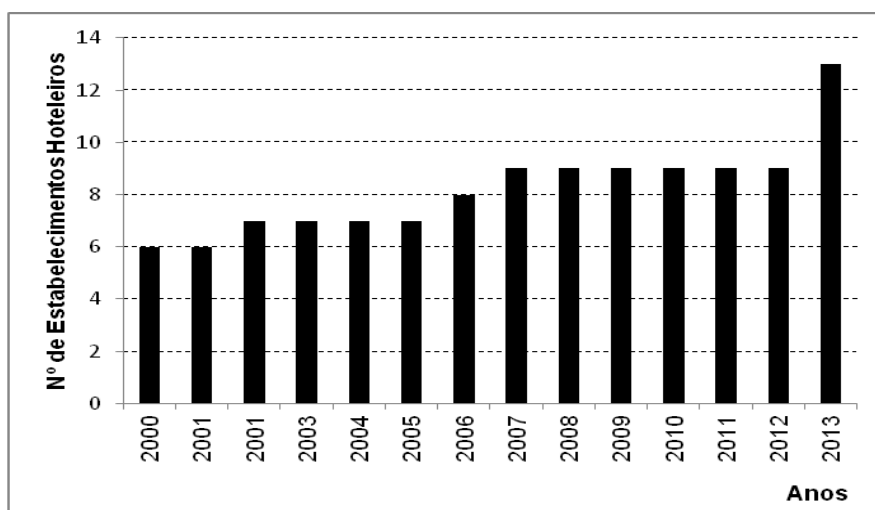


Figura 11. N.º de Estabelecimentos Hoteleiros, 2000-2013.

Fonte: Elaboração própria através de dados facultados pelo INE (2000-2013).

Dado o investimento que implica, nota-se alguma estabilidade no desenvolvimento deste indicador. Pela análise da Figura 11 e da Tabela A.4, Anexo II, verifica-se um crescimento significativo no último ano do período em análise se regista um crescimento positivo de 4 unidades no número de estabelecimentos hoteleiros. Em 2013, o número de unidades hoteleiras cresceu para mais de 50% relativamente ao ano 2002. Analisando a informação apresentada na Tabela 13 esta situação decorre do progressivo desenvolvimento do turismo rural nesta região. Em 2011 foram aprovadas 9 candidaturas, contribuindo para o aumento de camas no concelho e foram realizadas ampliações dos hotéis já existentes (Diagnóstico Social, 2014).

Tabela 13. N.º de Estabelecimentos por tipo de alojamento, 2000-2013.

	Total	Hotelaria	Alojamento Local	Turismo Espaço Rural e Turismo de Habitação
2013	13	2	7	4

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pelo INE (2000-2013).

Pela análise da Tabela 14 verifica-se em 2013 que o Alojamento Local é responsável por mais de 50% da Capacidade de Alojamento Total. Entende-se por Alojamento Local o conjunto de estabelecimentos de alojamento temporário, mediante remuneração, com licenciamento atribuído pelo respetivo município, e que se integram numa das seguintes modalidades: moradia, apartamento ou estabelecimento de hospedagem. As moradias são unidades de alojamento compostas por edifícios autónomos, de carácter unifamiliar; os apartamentos são unidades de alojamento compostas por uma fração autónoma de edifício; os estabelecimentos de hospedagem são unidades de alojamento compostas por quartos (DGADR, 2015a). Os dados incluem ainda as pensões, estalagens ou motéis que não se converteram nas modalidades atuais de alojamento local (INE, 2013).

Tabela 14. Capacidade de Alojamento Local, em número de camas^(*), 2013.

	Capacidade de Alojamento Total	Alojamento Local
2013	428	230

^(*) Considerando como duas as camas de casal.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pelo INE (2000-2013).

Analisando os dados da Tabela 15, e de acordo com os dados do INE, o número de estabelecimentos hoteleiros no Concelho de Miranda do Douro registou um aumento de 3 unidades entre 2000 e 2012. Desde 2007 que não foi realizado qualquer investimento na criação de novas unidades. Em 2013 a capacidade de alojamento, em número de camas, das unidades hoteleiras do concelho cresceu para mais de 50% relativamente ao ano 2000 em resultado do crescimento das Casas Turismo Rural em 2013, como já foi referido anteriormente. O Turismo no Espaço Rural é um aproveitamento dos recursos próprios da região, das características arquitetónicas tradicionais e das atividades desenvolvidas que serve de base ao Desenvolvimento do Turismo no Espaço Rural, “*diferenciado de acordo com a diversidade do ambiente, da economia e com a singularidade da história, das tradições e da cultura populares*” (DGADR, 2015b).

Tabela 15. Estabelecimentos e Capacidade de Alojamento, entre 2000-2013.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Estabelecimento Hoteleiro	6	6	7	7	7	7	8	9	9	9	9	9	9	13
Capacidade	278	272	316	315	315	301	340	409	429	441	387	374	397	428

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pelo INE (2000-2013).

Para caracterizar a oferta turística, será também calculada a Taxa de Função Turística de Defert (1966). Este autor propôs um cálculo deste indicador designado de 'Taxa de função turística' que descreve o número de camas existentes nos estabelecimentos hoteleiros face ao número de residentes locais. Este indicador avalia o impacto na capacidade dos equipamentos locais, na sua capacidade de resposta ao acréscimo de turistas.

A Taxa de Função Turística é dada pela seguinte expressão (Defert, 1966):

$$TaxadeFunçãoTurística = \frac{CapacidadeTotalAlojamentoLocal}{N.º ResidentesLocais} \quad [5]$$

Para o período em análise tem-se a informação que se apresenta na tabela seguinte.

Tabela 16. Taxa de Função Turística, 2000-2013.

Anos	N.º Residentes Locais	Capacidade de Alojamento	Função Turística (%)
2000	7992	278	3,48
2001	8048	272	3,38
2002	7879	316	4,01
2003	7797	315	4,04
2004	7707	315	4,09
2005	7611	301	3,95
2006	7492	340	4,54
2007	7397	409	5,53
2008	7295	429	5,88
2009	7159	441	6,16
2010	7029	387	5,51
2011	7396	374	5,06
2012	7400	397	5,36
2013	7303	428	5,86

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pelo INE (2000-2013).

A taxa de Função Turística atinge os melhores valores em 2009 (6,16%) e em 2013 (5,86%), devido, sobretudo, ao aumento da capacidade de alojamento (Tabela 16).

Em relação aos serviços de apoio ao turismo, existem 3 unidades onde a informação é facultada: o Posto de Turismo de Miranda do Douro, o Posto de Turismo transfronteiriço e a Casa da Cultura Mirandesa. Em relação ao número de visitantes do Posto de Turismo, a sua evolução e comparação com os restantes postos do distrito, são apresentadas na Tabela 17.

Tabela 17. N.º de Visitantes que recorrem aos Postos de Turismo, 2008-2013.

Postos de Turismo/Anos	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Museu da Terra de Miranda	18 306	23 141	16 929	15 648	12 316	8 614
Posto de Turismo Miranda do Douro	11 534	9 984	13 692	8 631	9 391	8 409
Posto de Turismo Mogadouro	2 274	1 455	1 341	2 115	1 363	1 300
Posto de Turismo Moncorvo	1 510	1 738	2 233	2 658	2 008	1 595
Posto de Turismo Vinhais	2 827	3 754	3 515	3 202	2 138	2 223
Posto de Turismo Alfândega da Fé	555	615	1 166	968	166	968
Posto de Turismo Bragança	15 896	16 668	17 581	21 401	23 328	-
Posto de Turismo Freixo Espada Cinta	1 957	1 634	1 351	683	1 448	1598
Posto de Turismo Macedo de Cavaleiros	2 448	2 189	-	1 086	1 984	1 085 até Agosto
Posto de Turismo Mirandela	3 873	2 822	5 868	3 724	1 287	1 177 até Agosto

Fonte: Estatística do Museu da Terra de Miranda (2008-2013).

Tendo em conta os Postos de Turismo em análise, como se pode ver na Tabela 20, o de Miranda do Douro apresenta-se como o posto de turismo com mais visitas.

Para corroborar este interesse turístico no concelho, foram calculados o Índice de Saturação Turística do Concelho, o Índice de Preferência pelo Concelho comparativamente à Região Norte e ao país, sendo apurados os resultados constantes na Tabela 18.

O Índice de Saturação Turística do Concelho é dado pela fórmula 6.

$$\text{Índice de Saturação Turística do Concelho} = \frac{N.º \text{ Hóspedes do Concelho}}{N.º \text{ Residentes Locais}} \quad [6]$$

O Índice de Preferência Turística do Concelho relativamente à Região Norte é calculado com base na fórmula 7. Para a comparação nacional utiliza-se a mesma fórmula.

$$\text{Índice de Preferência Turística} = \frac{N.º \text{ de Hóspedes}}{\text{Total do } N.º \text{ Hóspedes Norte}} \quad [7]$$

Tabela 18. Índice de Preferência e Índice de Saturação Turística (2009-2013).

Anos	Índice de Preferência do Concelho e nível nacional	Índice de Preferência do Concelho a nível regional	Índice de Saturação Turística do Concelho
2009	0,136	0,712	244,755
2010	0,156	0,832	301,252
2011	0,153	0,808	288,521
2012	0,105	0,554	196,649
2013	0,084	0,433	164,480

Fonte: Elaboração própria com base em dados facultados pela CCDR-N (2015a).

O Índice de Preferência regista um valor superior no ano 2010 quer comparativamente ao concelho quer comparativamente ao país. O índice de preferência do concelho a nível regional, revela-se, em termos médios, superior ao nível nacional. Pela análise dos dados apresentados na tabela anterior pode concluir-se que, para o período 2009-2013, o índice de saturação turística do concelho, em média, duplicou o n.º de visitantes (239%), sendo 2010, o ano em que se regista uma maior saturação turística, de aproximadamente 300%.

2.3.3. Investimento em Cultura do Município de Miranda do Douro

De seguida, observam-se as despesas de investimento realizado no setor da cultura. Na Tabela 19 apresenta-se o investimento realizado pelo Município de Miranda do Douro entre 2000 e 2013.

Tabela 19. Despesas realizadas em Cultura, 2000-2013.

Anos	Despesas Totais (milhares €)	Despesas Correntes (milhares €)	Despesas de Capital (milhares €)
2000	260	83	177
2001	841	427	414
2002	1697	1004	693
2003	2111	1214	897
2004	907	221	686
2005	1458	551	907
2006	870	471	399
2007	939	508	431
2008	823	517	306
2009	865	534	331
2010	986	461	525
2011	1321	446	875
2012	702	383	319
2013	323	150	173

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pelo INE (2000-2013).

A Tabela 19 apresenta o investimento realizado em Cultura pelo Município de Miranda do Douro, que inclui despesas correntes e despesas de capital. As Despesas Correntes são as que o Estado faz, durante um período financeiro, em bens consumíveis, ou que vão traduzir na compra de bens consumíveis. Por sua vez, as Despesas de Capital são as realizadas em bens duradouros e no reembolso de empréstimos (INE, 2000-2013). Procedendo à análise da evolução da despesa realizada, verifica-se que a despesa máxima foi realizada no período 2002-2003, em 2005 e em 2011. Procedendo à análise da evolução da despesa realizada, verifica-se que a despesa máxima foi realizada no período 2002-2003, em 2005 e em 2011. No que se refere aos períodos com maior taxa de crescimento positiva referem-se 2000-2003, 2004-2005 e 2010-2011. Situação inversa ocorre nos anos 2003-2004, 2005-2006 e 2011-2013, apresentando mesmo um valor mínimo em 2013, apontando possivelmente para um quadro político de contenção de despesas. O período entre 2006-2012 caracteriza-se por uma relativa estabilidade. É de referir que nos períodos 2004-2006 e 2010-2011 as despesas de capital superaram as correntes, o que indica maior investimento em ativos de carácter duradouro – imóveis, infraestruturas culturais.

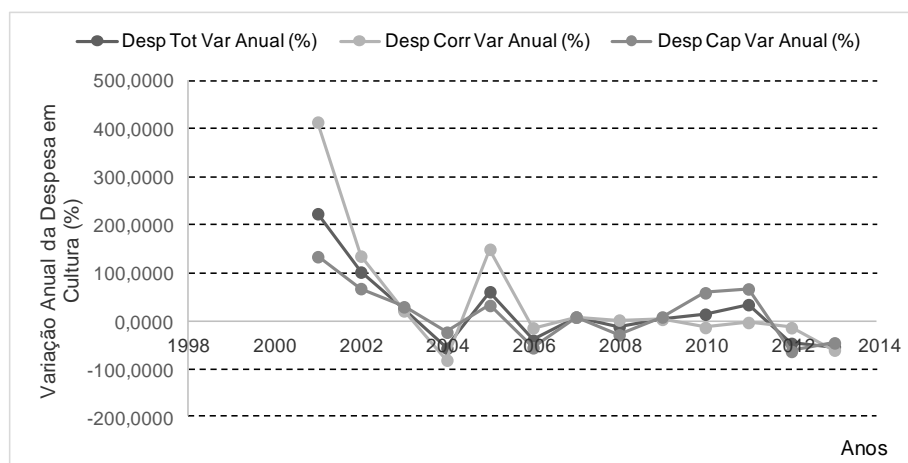


Figura 12. Variação Média Anual das Despesas Totais, Correntes e de Capital, 2000-2013.

Fonte: Elaboração própria com base em dados facultados pelo INE (2000-2013).

De acordo com a Figura 12 e a Tabela A.4. no Anexo II, entre 2000 e 2004, o investimento em Cultura sofreu uma forte oscilação, assim como no período 2004-2006 em que sofreu uma variação positiva e logo de seguida negativa, alcançando um máximo em 2005.

No período 2000-2013, a Variação Média Anual das despesas correntes realizadas pelo Município em atividades culturais foi superior às despesas de capital. A variação total das despesas apresenta um valor superior a 100%.

O investimento em bens de capital destacou-se em 2002 com uma taxa de variação positiva e valores máximos atingidos. No ano 2004 registou também uma variação positiva. No período

2006-2009 manteve-se estável e superior às despesas correntes, no ano 2011 atinge outro máximo enquanto nos últimos anos tem registado um decréscimo acentuado.

São exemplos de equipamentos culturais, integradas em bens de capital: o Auditório Municipal, o Miniauditório Municipal, a Casa da Cultura Mirandesa, o Posto de Turismo, o Posto de Vendas, o Espaço Internet, a Biblioteca Municipal, o Centro de Música Tradicional Sons da Terra, a Casa do Pauliteiro e o Museu da Terra de Miranda. Em despesas correntes incluem-se por exemplo as contribuições que o Município concede às associações culturais para a realização de festas e romarias.

As despesas correntes cresceram entre 2000 e 2003, registando um decréscimo significativo até 2004 atingindo um valor mínimo. Nos anos seguintes apresentaram um valor relativamente estável e um ligeiro decréscimo no período 2010-2013.

Para o período 2013-2015, o PENT refere que *“A instabilidade económica e financeira da Europa – que gera mais de 85% das dormidas internacionais em Portugal – e a evolução do PIB, emprego e rendimento disponível aconselha, também a uma maior prudência na projeção de fluxos turísticos”* (PENT 2013-2015, p. 2). De seguida, serão analisadas algumas destas variáveis macroeconómicas que poderão estar na origem o comportamento relativo à evolução dos indicadores apresentados nos anteriores, relativos à procura e à oferta turísticas.

Como se pode verificar na Tabela 20, regista-se uma variação negativa do Índice de Preços no Consumidor (IPC) entre 2002 e 2006 e entre 2010-2011 e 2012-2013. A maior taxa de crescimento do IPC relativo à hotelaria da região Norte regista-se entre 2011 e 2012.

Tabela 20. Variação Média Anual do IPC (%) da Região Norte relativo à Hotelaria, 2000-2013.

Anos	Variação do IPC (%)
2000	100,00
2001	4,93
2002	5,89
2003	5,53
2004	5,04
2005	1,50
2006	1,30
2007	2,00
2008	2,00
2009	2,60
2010	1,30
2011	1,30
2012	5,40
2013	1,20

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pelo INE (2000-2013).

Através da Tabela 21 verifica-se que em 2001, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* apresenta um valor mínimo de 9,10 milhares de euros para a região Norte em 2001 e de 11,30

para Portugal no mesmo período. Inversamente, o maior rendimento *per capita* é registado em 2011, com 13,11 milhares de euros e 16,14 milhares de euros para a região Norte e também para o país.

Tabela 21. Evolução do PIB *per capita* (milhares de euros) em Portugal e na Região Norte, entre 2000-2013.

Anos	Norte	Portugal
2000	9,60	11,90
2001	9,10	11,30
2002	9,90	12,40
2003	9,90	12,50
2004	10,90	13,70
2005	11,10	14,20
2006	11,70	14,70
2007	12,20	15,40
2008	13,00	16,20
2009	12,60	15,80
2010	13,06	16,25
2011	13,55	16,69
2012	13,11	16,14
2013	13,32	16,37

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pelo INE (2000-2013).

Como se pode verificar na Tabela 22, em Portugal, a maior evolução do PIB registou-se entre 2006-2007 e entre 2009-2010, sendo que a partir de 2012 começa a registar novamente uma taxa de variação positiva. Os valores mínimos foram apurados em 2009 e 2012. Entre 2009 e 2010 os países registam também recuperação e apresentam também uma tendência de crescimento a partir de 2012. O valor mínimo foi apurado em 2009. Em relação aos países Portugal, Holanda, Reino Unido e EUA, é possível constatar-se que entre 2007 a economia atravessa um progressivo abrandamento atingindo o pior valor em 2009. Sendo que a partir dessa data verifica-se uma recuperação gradual até ao ano 2010. De seguida, verifica-se uma recessão económica com o seu auge em 2012. Relativamente a este período de crise económica, note-se que os EUA apresentam uma recuperação mais antecipada que os restantes países analisados.

Tabela 22. Evolução do PIB a preços constantes, em %, 2006-2013.

Países/Anos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Portugal	1,4	2,4	0,0	-2,9	1,9	-1,3	-3,2	-1,4
Alemanha	3,7	3,3	1,1	-5,1	4,0	3,3	0,7	0,4
Espanha	4,1	3,5	0,9	-3,8	-0,2	0,1	-1,6	-1,2
França	2,5	2,3	-0,1	-3,1	1,7	2,0	0,0	0,2
Itália	2,2	1,7	-1,2	-5,5	1,7	0,4	-2,4	-1,9
Holanda	3,4	3,9	1,8	-3,7	1,5	0,9	-1,2	-0,8
Reino Unido	2,8	3,4	-0,8	-5,2	1,7	1,1	0,3	1,7
EUA	2,7	1,8	-0,3	-2,8	2,5	1,6	2,3	2,2

Fonte: Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados EUROSTAT (2006-2013).

Pela análise à informação apresentada na Tabela 23, é possível concluir que em Portugal, no período em estudo, a taxa de crescimento positiva foi mais acentuada em 2009-2010. Note-se que existe um crescimento bastante significativo entre 2012 e 2014. Os períodos entre 2003-2004 e entre 2005-2007 verificam também uma taxa de crescimento positiva. A tendência inversa regista-se entre 2004 e 2005, 2007 e 2009 e entre 2011 e 2013, apresentando valores mínimos em 2009 e 2012. Destacam-se dois períodos de visível crise económica, entre 2007-2009 e entre 2010-2012. Os países analisados seguem a mesma tendência de maior ou menor taxa de crescimento do PIB, o que traduz a influência do ciclo da economia mundial. Em Portugal é registada a menor taxa de crescimento no ano 2012, seguido do ano 2009 e 2011. Os melhores valores são registados em 2004, 2006 e 2007.

Tabela 23. Taxa de Crescimento Real do PIB, em %, (2003, 2014).

Países/Anos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Portugal	-0,90	1,80	0,80	1,60	2,50	0,20	-3,00	1,90	-1,80	-4,00	-1,60	0,90
Alemanha	-0,70	1,20	0,70	3,70	3,30	1,10	-5,60	4,10	3,60	0,40	0,10	1,60
Espanha	3,20	3,20	3,70	4,20	3,80	1,10	-3,60	0,00	-0,60	-2,10	-1,20	1,40
França	0,80	2,80	1,60	2,40	2,40	0,20	-2,90	2,00	2,10	0,20	0,70	0,20
Itália	0,20	1,60	0,90	2,00	1,50	-1,00	-5,50	1,70	0,60	-2,80	-1,70	-0,40
Holanda	0,30	2,00	2,20	3,50	3,70	1,70	-3,80	1,40	1,70	-1,10	-0,50	1,00
Reino Unido	4,30	2,50	2,80	3,00	2,60	-0,30	-4,30	1,90	1,60	0,70	1,70	3,00
EUA	2,80	3,80	3,30	2,70	1,80	-0,30	-2,80	2,50	1,60	2,30	2,20	2,40

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pelo EUROSTAT (2003-2014).

Na tabela seguinte, apresenta-se a Paridade do Poder de Compra, um indicador macroeconómico, que procura justificar o maior número de turistas provenientes de nacionalidades como Espanha, França e Reino Unido. Através da análise do Tabela 24, pode verificar-se que a nacionalidade dos turistas com peso mais relevante na economia do nosso país registam um poder de compra superior ao português, note-se que a França, os EUA, a Holanda e a Alemanha apresentam uma paridade do poder de compra superior à média da União Europeia, enquanto a Espanha e o Reino Unido apresentam um poder de compra inferior a esta.

Tabela 24. Paridade do Poder de Compra (EU=28), 2005-2014.

Países/Anos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
União Europeia	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
Portugal	0,8178	0,8131	0,8132	0,8310	0,8419	0,8281	0,8211	0,7969	0,7798	0,7779
Espanha	0,9141	0,9039	0,8978	0,9218	0,9431	0,9398	0,9330	0,9051	0,9006	0,8945
França	1,1034	1,1091	1,1005	1,1293	1,1445	1,1226	1,1190	1,1223	1,1310	1,0978
Itália	1,0357	1,0240	1,0068	1,0098	1,0361	1,0222	1,0189	1,0043	1,0088	1,0038
Holanda	1,0710	1,0666	1,0567	1,0782	1,1186	1,1129	1,1004	1,0914	1,0974	1,0924
Reino Unido	0,7603	0,7700	0,7954	0,8331	0,8720	0,9056	0,9273	0,9143	0,9250	0,9376
EUA	1,1951	1,2294	1,2325	1,2801	1,3295	1,3101	1,3253	1,3153	1,3242	1,3240

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pelo EUROSTAT (2005-2014).

Com exceção dos EUA que revela uma tendência crescente, os restantes países em estudo apresentam uma população estável entre 2005 e 2013, não se apresentando este como um fator relevante no número de turistas em Portugal (Tabela 25).

Tabela 25. População em milhares de pessoas, 2005-2014.

Países/ Anos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Portugal	10.503,30	10.522,30	10.543,00	10.558,20	10.568,20	10.573,10	10.557,60	10.514,80	10.457,30	10.401,10
Alemanha	82.464,00	82.366,00	82.263,00	82.120,00	81.875,00	81.757,00	81.779,00	81.917,00	82.103,00	82.358,00
Espanha	43.662,60	44.360,50	45.236,00	45.983,20	46.367,60	46.562,50	46.736,30	46.766,40	46.593,20	46.464,10
França	63.133,00	63.574,00	63.967,00	64.324,00	64.655,00	64.974,00	65.294,00	65.595,00	65.881,00	66.169,00
Itália	58.190,60	58.428,40	58.787,40	59.241,90	59.578,30	59.829,60	60.060,00	60.339,10	60.646,40	60.795,30
Holanda	16.317,00	16.341,00	16.378,00	16.440,00	16.526,00	16.612,00	16.693,00	16.752,00	16.800,00	16.864,00
Reino Unido	60.413,00	60.827,00	61.319,00	61.824,00	62.260,00	62.759,00	63.285,00	63.705,00	64.106,00	64.511,00
EUA	295.993,00	298.818,00	301.696,00	304.543,00	307.240,00	309.776,00	312.034,00	314.246,00	316.465,00	318.796,20

Fonte: EUROSTAT (2005-2014).

3. Identificação do Património Intangível do Concelho de Miranda do Douro

3.1. Metodologia de Investigação

No presente ponto, apresenta-se um estudo realizado para analisar a atratividade dos recursos turísticos de Miranda do Douro na perspetiva dos visitantes. O mesmo foi aplicado no evento cultural em específico - A Feira de Gastronomia e Artesanato realizada anualmente, na cidade, em meados de Fevereiro de 2015.

3.1.1. Objetivo do Estudo e Hipóteses de Investigação

Dado o objetivo central da presente dissertação, pretende-se nesta fase compreender quais os recursos intangíveis do concelho de Miranda do Douro com maior peso na escolha dos turistas, ou seja, quais os recursos que apresentam maior poder de atratividade para sustentar o modelo de avaliação dos bens intangíveis proposto. Pode dizer-se que este é o objetivo específico do presente estudo que irá suportar o objetivo central.

Neste sentido, o objetivo específico deste estudo assenta em identificar os recursos turísticos do concelho de Miranda do Douro mais atrativos quer para os visitantes quer para os residentes de forma a poder dar indicação sobre as áreas de investimento mais urgentes para que estas sejam valorizadas e para que sejam criadas novas oportunidades. Para dar resposta a este objetivo estabeleceram-se as seguintes hipóteses de investigação:

Hipótese de Investigação 1: É possível identificar quais os recursos turísticos mais atrativos para o visitante que se desloca ao concelho de Miranda do Douro.

Hipótese de Investigação 2: Existe uma relação direta e positiva entre os recursos turísticos naturais e os recursos turísticos culturais do concelho.

Hipótese de Investigação 3: Existem diferenças relativamente aos recursos turísticos naturais e recursos turísticos culturais do concelho atendendo às variáveis sociodemográficas (idade, sexo, nacionalidade e profissão).

3.1.2. Instrumento de Recolha de Dados

A recolha de informações foi realizada mediante a aplicação de um inquérito aos visitantes da Feira de Gastronomia e Artesanato realizada em Miranda do Douro. Utilizou-se uma amostra aleatória de 100 inquiridos.

O questionário integra duas partes, a primeira relacionada especificamente com o evento em estudo e a segunda referente à atratividade dos recursos turísticos do concelho de Miranda do Douro. O questionário encontra-se no Anexo I.

O inquérito caracteriza-se por respostas abertas e fechadas. Foram utilizadas variáveis de controlo que são as sociodemográficas-profissionais, e variáveis qualitativas, medidas na escala nominal e ordinal. Nestas últimas foi utilizada a escala de *Likert* de 5 pontos para a obtenção de ordem de preferências e de satisfação.

Ainda, para analisar a consistência interna do questionário quanto ao grupo de questões para analisar a satisfação e atratividade recorreu-se ao cálculo do coeficiente alfa de *Cronbach*, apresentado por Cronbach, em 1951, como uma forma de estimar a fiabilidade de um inquérito aplicado numa investigação, medindo a correlação das respostas dadas.

A classificação do *Alpha* de *Cronbach* varia tendo em conta a escala de valores apresentada por Pestana e Gageiro (2008): valores inferiores a 0,6 o grau de consistência é 'inadmissível'; entre 0,6 e 0,7 é 'fraca'; entre 0,7 e 0,8 é 'razoável'; entre 0,8 e 0,9 é 'boa'; e valores superiores a 0,9 é 'muito boa'

Assim, na Tabela 26 apresenta-se o Alfa de *Cronbach*, para o Grupo Satisfação e para o Grupo Atratividade.

Tabela 26. Alfa de *Cronbach* para o Grupo Satisfação e Grupo Atratividade.

Grupo	Número de Itens	<i>Alfa de Cronbach</i>
Satisfação	8	0,826
Atratividade	12	0,827

Através dos resultados obtidos, 0,826 e 0,827, para o grupo de satisfação e grupo de atratividade, respetivamente, pode concluir-se que a fiabilidade dos resultados é Boa, dado que apresentam valores próximos da unidade (Maroco & Garcia-Marques, 2006).

3.1.3. Técnicas de Tratamento de Dados

Para dar resposta ao objetivo específico, descrito anteriormente, em primeiro lugar procedeu-se à análise descritiva exploratória para melhor conhecer não só o perfil dos visitantes que se deslocaram ao evento - Feira de Gastronomia e Artesanato - bem como avaliar as preferências dos mesmos, tendo sido analisado o grupo de questões relativas à satisfação global relativa ao evento e, por último, foram apurados os resultados sobre as preferências dos visitantes acerca dos recursos turísticos do concelho de Miranda do Douro. Assim, produziram-se tabelas de frequências absolutas e relativas e medidas de tendência central - média - e de dispersão - desvio padrão. Em segundo lugar, para dar resposta ao objetivo específico e respetivas

hipóteses de investigação recorreu-se a uma análise inferencial. No sentido de averiguar a existência de correlações e dada a natureza das variáveis qualitativa, medidas na escala ordinal, vai utilizar-se o coeficiente de correlação de *Spearman*. Na análise de diferenças entre as variáveis sociodemográficas e as dos grupos dos recursos turísticos naturais e culturais, tendo por base sempre a não violação de pressupostos², pretende-se aplicar testes paramétricos; nomeadamente o *t-Student* no sentido de analisar se existem diferenças entre médias para uma amostra independente, *One-Way Anova*, para comparar médias entre três ou mais amostras independentes e o teste de *Tukey* para fazer análises comparativas múltiplas. Uma vez que no grupo das profissões há amostras independentes de dimensão reduzida, caso se viole o pressuposto da normalidade vai recorrer-se ao teste não paramétrico de *Kruskal-Wallis*.

Em toda a análise vai assumir-se um nível de significância de 5%, para decidir sobre a rejeição das hipóteses nulas.

3.2. Caraterização da Amostra

Neste ponto procede-se à caraterização sociodemográfica e profissional da amostra, apresentada na Tabela 27, sendo a mesma constituída por 100 inquiridos.

Tendo por base a informação apresentada na tabela seguinte é possível observar que dos inquiridos 58% são do sexo feminino e 42% do sexo masculino. Analisando a nacionalidade e a residência dos visitantes do evento gastronómico e de artesanato constata-se a relevância da presença dos turistas de nacionalidade portuguesa e de residência local e espanhola. Estes, ocupam a segunda melhor posição, o que evidencia a posição transfronteiriça que caracteriza a cidade Miranda do Douro. Os visitantes nacionais, residentes no concelho de Miranda do Douro, como seria de esperar, ocupam a melhor posição, com 51%, dado que se trata de um evento com impacto sobretudo no concelho e nos concelhos limítrofes de Vimioso, Mogadouro e Bragança, com 9%, 5% e 5% respetivamente e também da zona do Porto (5%). Conclui-se que mais de metade dos visitantes são os residentes no próprio concelho, dada a sua proximidade e o conhecimento do evento, tal como também se pode observar pela distância percorrida.

² Dimensão da amostra, por amostra independente, ser superior ou igual a 30 elementos, verificar se segue a distribuição normal, recorrendo-se ao teste de *Kolmogorov-Smirnov* ou *Shapiro-Wilk* e verificar se as variâncias são homogéneas para amostras independentes, utilizando o teste *Levene*.

Tabela 27. Perfil do Visitante que se deslocou à Feira de Gastronomia e Artesanato.

Sexo	N	%	Nacionalidade	n	%
Masculino	42	42	Portuguesa	79	79
Feminino	58	58	Espanhola	21	21
Idade	N	%	Média Km percorridos	n	%
Até 20 anos	13	13	Até 10Km	11	11
[21-25]	13	13	[11 a 15]	14	14
[26-30]	17	17	[16 a 20]	16	16
[31-35]	15	15	[21 a 25]	22	22
[36-40]	11	11	[26 a 30]	7	7
[41-45]	7	7	[31 a 35]	7	7
[46-50]	3	3	[36 a 40]	3	3
[51-55]	8	8	[41 a 45]	3	3
[56-60]	7	7	> 45 Km	17	17
> 60 anos	6	6	Residência	n	%
Profissão	N	%	Miranda do Douro	51	51
Agricultura	5	5	Vimioso	9	9
Indústria	3	3	Mogadouro	5	5
Comércio	18	18	Bragança	5	5
Turismo	6	6	Porto	5	5
Setor Público	18	18	Lisboa	2	2
Estudante	25	25	Espanha	22	22
Desempregado	16	16	Outro país	1	1
Outros Serviços	9	9			

Para terminar e tendo, ainda, por base a informação apresentada na tabela anterior 25% dos inquiridos são estudantes, 18% são indivíduos que se encontram a exercer atividades no setor público e igual percentagem no comércio, seguindo-se depois o grupo de indivíduos que não se encontram no mercado de trabalho, 16%.

3.3. Feira de Gastronomia e Artesanato

Após a caracterização sociodemográfica e profissional da amostra, procede-se agora à análise descritiva do evento cultural Feira de Gastronomia e Artesanato de Miranda do Douro.

De salientar que a Feira de Gastronomia e Artesanato é um evento de cariz cultural, que reúne num só local um conjunto de produtos turísticos regionais. Neste evento participam expositores, sobretudo da região, que apresentam os seus produtos artesanais e gastronómicos e que se associam a um conjunto de outros eventos culturais, tais como o som da música tradicional dos grupos de gaiteiros, os concursos gastronómicos, da apresentação de livros, de passeios Todo-o-Terreno e das Montarias ao Javali. A tradicional dança dos pauliteiros de Miranda do Douro é o expoente máximo do folclore transmontano. “O Pauliteiro

de Miranda quando bate os pés no terreno, ao som dos paus e da gaita de foles, faz acordar a alma transmontana, rija como as fragas e sensível como as giestas” (Arquivo de Nordeste e Tradições Milenares, 2004).

Assim, na tabela seguinte pode avaliar-se a satisfação global do evento bem como por itens, tendo por base a escala de *Likert* de 5 pontos.

Tabela 28. Avaliação do grau de satisfação global relativamente ao evento.

Itens	Muito Satisfeito 1	Satisfeito 2	Nem Satisfeito Nem Insatisfeito 3	Insatisfeito 4	Muito Insatisfeito 5	Média	Desvio Padrão
Serviço de receção (n=99)	15 15,2%	32 32,3%	33 33,3%	19 19,2%	- -	2,57	0,971
Quantidade dos produtos (n=100)	9 9,0%	44 44,0%	40 40,0%	5 5,0%	2 2,0%	2,47	0,810
Qualidade dos produtos (n=100)	22 22,0%	60,0 60,0%	17 17,0%	1 1,0%	- -	1,97	0,658
Refeições (n=97)	2 2,1%	44 45,4%	33 34,0%	18 18,6%	- -	2,69	0,795
Animação Cultural (n=100)	3 3,0%	43 43,0%	48,0 48,0%	6 6,0%	- -	2,57	0,655
Divulgação do Evento (n=100)	2 2%	42 42%	38 38%	9 9%	9 9%	2,81	0,961
Adesão dos Turistas Nacionais (n=100)	4 4%	30 30%	37 37%	23 23%	6 6%	2,97	0,969
Adesão dos Turistas Estrangeiros (n=100)	1 1%	34 34%	29 29%	27 27%	9 1,0%	3,09	1,006
Média Global						2,64	0,5704

Pode então dizer-se, atendendo ao valores apresentados na tabela anterior, que os mesmos indicam existir um grau de satisfação elevado (média de 2,64 pontos e desvio padrão de 0,5704). A qualidade dos produtos locais é o aspeto que revela maior grau de satisfação em termos médios (1,97 pontos e desvio padrão de 0,658). Por sua vez, a adesão de turistas estrangeiros coloca-se na zona da indiferença, sendo o aspeto em análise que apresenta menor grau de satisfação, seguindo da adesão de turistas nacionais. Revela-se assim que, em 2015, a feira de gastronomia e artesanato não registou uma satisfação elevada com a adesão de visitantes quer nacionais quer estrangeiros. Sendo que deve haver uma aposta em determinados aspetos do evento, de que são exemplos a sua divulgação e a aposta na animação cultural, de forma a aumentar a adesão de visitantes nacionais e estrangeiros, uma vez que qualidade dos produtos já é um objetivo atingido, como analisado.

Observando a Tabela 29 é possível concluir que, em média, concordam que as suas expetativas relativamente ao evento são satisfeitas. Apesar das críticas e sugestões apontadas, o evento correspondeu às expetativas dos inquiridos, talvez porque não se tenham verificado alterações significativas de ano para ano.

Tabela 29. Grau de Satisfação das Expetativas relativamente ao evento.

Grau de Satisfação das Expetativas (n=100)	n	%
Concordo Totalmente – 1	31	31,0
Concordo – 2	38	38,0
Não Concordo Nem Discordo - 3	15	15,0
Discordo – 4	13	13,0
Discordo Totalmente – 5	3	3,0
Média Global	2,190	
Desvio Padrão	1,107	

A divulgação da Feira de Gastronomia e Artesanato foi realizada de forma mais eficaz através de Cartazes e Panfletos e via *Internet*, com cerca de 79% do peso total. Em situação inversa está a rádio, com apenas 3%. A maior parte dos visitantes foram apenas 1 dia à Feira (58,6%) e apenas 13% foram três dias, o que pode apontar para uma necessidade em apostar na variedade de produtos e/ou eventos. Apesar disso, cerca de 68% dos visitantes verificam uma presença anual no evento, a qual é realizada maioritariamente em grupo (79%), dado que a função cultura está muito associada à função social, estamos na presença de um evento sociocultural em que se atraem grupos de jovens, de músicos, de artesãos, famílias e grupos de amigos. Esta informação pode visualizar-se na Tabela 30.

Tabela 30. Avaliação do evento em termos de divulgação, frequência e duração da visita.

Meio de Comunicação (n=100)	n	%	N.º de Dias (n=99)	N	%
Rádio	3	3	1	58	58,6
Cartazes e Panfletos	42	42	2	28	28,3
Transmissão Oral	18	18	3	13	13,1
Internet	37	37			
Frequência anual de visita (n=100)	n	%	Vinda em Grupo (n=100)	n	%
Sim	68	68	Sim	79	79
Não	32	32	Não	21	21

Analisando a informação apresentada na Tabela 31, pode concluir-se que 65% dos visitantes adquiriram produtos regionais, nomeadamente o Folar Mirandês e outros doces tradicionais como a Bola Doce, o Fumeiro e trabalhos em burel, de que são exemplos o traje da Mulher Mirandesa, dos Pauliteiros e Gaiteiros e a ilustre Capa de Honras, caracterizada pela sua complexidade artesanal e pelo seu grande valor etnográfico. A Cutelaria revela também a sua importância (13,6%), desta indústria fazem parte espadas, punhais e lanças, fabricados na aldeia mais industrial do país, Palaçoulo. A maioria dos visitantes realizaram despesas entre os

11 e os 15 euros em produtos da região e apenas 4 pessoas realizaram uma despesa acima dos 50 euros, o que indica que não houve um grande dispêndio de recursos monetários por pessoa.

Tabela 31. Aquisição de produtos e despesa realizada.

Aquisição de produtos (n=100)	n	%	Despesa (n=74)	n	%
Sim	65	65	0	13	17,6
Não	35	35	Até 5€	4	5,4
Produto Adquirido (n=66)	n	%	[6-10]	7	9,5
Folar e outros Doces	15	22,7	[11-15]	11	14,9
Fumeiro	11	16,7	[16-20]	7	9,5
Trabalhos em Burel	10	15,2	[21-25]	2	2,7
Cutelaria	9	13,6	[26-30]	8	10,8
Mel	9	13,6	[31-35]	6	8,1
Licores	6	9,1	[36-40]	3	4,1
Sabonetes de Leite de Burra	5	7,6	[41-45]	1	1,4
Pintura	1	1,5	[46-50]	8	10,8
			> 50€	4	5,4

Conforme se observa na Tabela 32, apenas 23% realizaram a refeição no próprio recinto, 29% deram preferência aos restaurantes da cidade e os restantes em casa (48%). Aproximadamente metade da amostra revela nítida preferência pelo prato de vitela mirandesa (46%), sendo mais reconhecida na tradicional Posta à Mirandesa, um sabor característico da região e que tem vindo a promover a região. Destacam-se também o Cordeiro Mirandês e o Fumeiro, com 30% e 17% de preferências, respetivamente

Tabela 32. Local de Refeição e Prato Mais Apreciado.

Local de Refeição (n=100)	n	%
Recinto da Feira	23	23
Restaurante de Miranda	29	29
Em Casa	48	48
Prato Mais Apreciado (n=100)	n	%
Vitela Mirandesa	46	46
Cordeiro Mirandês	30	30
Fumeiro	17	17
Javali	5	5
Porco	1	1
Cabrito	1	1

A Tabela 33 mostra que quase a 100% da amostra em estudo pretende frequentar novamente este tipo de evento, o que permite considerar ser um evento atrativo para os visitantes, que

oferece produtos de qualidade - gastronómicos, artesanais, culturais, de lazer - que fazem parte da identidade da região.

Tabela 33. Repetição da Experiência.

Repetição da Experiência (n=100)	n	%
Sim	98	98,0
Não	2	2,0

De seguida e para finalizar o estudo sobre este evento, são apresentadas algumas sugestões com o objetivo de melhorar a satisfação global sobre este evento, sobretudo no que respeita à atração de um maior número de turistas quer nacionais quer estrangeiros (Tabela 34).

Tabela 34. Sugestões.

Sugestões (n=33)	N	%
Alargamento do horário de funcionamento	4	4,0
Diversificação dos produtos tradicionais	7	7,0
Encontro transfronteiriço de gaiteiros	1	1,0
Maior divulgação a nível nacional	3	3,0
Maior variedade musical	2	2,0
Meio de transporte para a feira para os locais dignos de serem visitados	2	2,0
Não se realizar no fim de semana de Carnaval	1	1,0
Programas Turísticos	1	1,0
Realizar o evento mais próximo da zona histórica	3	3,0
Recinto maior	2	2,0
Representação de todas as freguesias	2	2,0
Separação entre as áreas de exposição e de espetáculos	1	1,0
Transporte turístico e atividades turísticas para pessoas com necessidade especiais	3	3,0
<i>Workshop</i> de Língua Mirandesa	1	1,0

Na Tabela 34, ressalta a evidente crítica quanto à falta de variedade dos produtos apresentados, ao horário de funcionamento, à falta de divulgação a nível nacional e, quanto ao local onde se localiza o evento, pois ao ser relativamente longe do centro histórico da cidade, impossibilita a sua visita a determinadas pessoas que não têm meio de transporte próprio para a sua deslocação. Uma solução seria a disponibilização de transporte para o evento para todo o concelho, sobretudo para as que apresentam necessidades especiais.

3.4. Atratividade dos Recursos Turísticos do Concelho

Neste ponto serão abordados os recursos turísticos do concelho pretendendo-se fazer a sua identificação. Este estudo corresponde à segunda parte do questionário aplicado.

Gastronomia, Tradição e Artesanato são três recursos importantes para a economia da região. Tal como consta na Tabela 35, no que se refere à Gastronomia, as preferências recaem sobre o Fumeiro (41%), a Bola Doce (25%) e a tradicional Posta Mirandesa (15%); a tradição mais apreciada aponta para a música tradicional e para os grupos de pauliteiros; o artesanato mais apreciado incide sobre os trabalhos em burel.

Tabela 35. Gastronomia, Artesanato e Tradição.

Gastronomia Mais Apreciada (n=100)			Artesanato Mais Apreciado (n=100)			Tradição Mais Apreciada (n=99)		
	n	%		n	%		N	%
Fumeiro	41	41	Trabalhos em Burel	52	52	Música Tradicional	43	43,4
Bola Doce	25	25	Cutelaria	25	25	Grupos de Pauliteiros	38	38,4
Posta Mirandesa	15	15	Cestaria /Tapeçaria	12	12	Grupos de Gaiteiros	18	18,2
Folar	11	11	Pintura	8	8			
Cordeiro Mirandês	4	4	Trabalhos em Madeira	3	3			
Roscas	3	3						
Económicos	1	1						

De seguida, procede-se à avaliação das preferências dos visitantes relativamente aos recursos do concelho de Miranda do Douro.

Analisando a informação apresentada nas Tabelas 36 e 38, conclui-se acerca da atratividade da paisagem natural, das tradições, festas e romarias, da língua mirandesa, da música tradicional e da gastronomia. Apesar de serem os recursos culturais aqueles que, no seu conjunto, se apresentam mais atrativos aos olhos dos visitantes (média global de 4,22 pontos e desvio padrão de 0,515), é a paisagem natural que recolhe a melhor avaliação, em termos médios, mais precisamente de 4,54 pontos (desvio padrão de 0,576). Globalmente pode dizer-se que os Recursos Naturais e os Recursos Culturais do concelho de Miranda do Douro foram considerados pelos inquiridos como muito atrativos.

A paisagem natural, a língua mirandesa, a gastronomia e os produtos artesanais são os recursos que apresentam maior atratividade, o que revela que estes recursos mediante os inquéritos aplicados, são os que apresentam melhor concordância no que se refere ao seu

elevado grau de atratividade. É também visível que o recurso com maior percentagem de inquiridos a concederem avaliação de “*Bastante atrativo*” foi a Gastronomia com 59%, seguido da paisagem natural com 58%. O clima desta região não reúne consenso de preferências, sendo o recurso que apresenta uma média de avaliação mais baixa, de 3,21, situando-se na zona da indiferença. É de referir ainda que apenas o clima e a situação geológica lhe foram atribuídas a avaliação de “1” ou seja, alguns visitantes consideram estes recursos “*Nada Atrativos*”.

Tabela 36. Avaliação da atratividade dos recursos turísticos do concelho.

	Itens	Nada Atrativo 1	Pouco Atrativo 2	Indiferente 3	Muito Atrativo 4	Bastante Atrativo 5	Média	Desvio Padrão
Recursos Naturais	Paisagem natural (n=100)	-	-	4	38	58	4,54	0,576
		-	-	4,0%	38,0%	58,0%		
	Fauna (n=100)	-	4	34	42	20	3,78	0,811
		-	4,0%	34,0%	42,0%	20,0%		
	Flora (n=100)	-	4	32	42	22	3,82	0,821
	-	4,0%	32,0%	42,0%	22,0%			
	Situação geológica (n=100)	3	5	31	51	10	3,60	0,853
		3,0%	5,0%	31,0%	51,0%	10,0%		
	Condições Climáticas (n=100)	2	21	36	36	5	3,21	0,902
		2,0%	21,0%	36,0%	36,0%	5,0%		
	Média Global						3,79	0,495
Recursos Culturais	História (n=100)	-	6	20	42	31	3,99	0,875
		-	6,1%	20,2%	42,4%	31,3%		
	Tradições, Festas e Romarias (n=100)	-	1	13	44	42	4,27	0,723
		-	1,0%	13,0%	44,0%	42,0%		
	Produtos artesanais (n=100)	-	3	13	35	49	4,30	0,810
		-	3,0%	13,0%	35,0%	49,0%		
	Língua Mirandesa (n=100)	-	-	12	38	50,0	4,38	0,693
		-	-	12,0%	38,0%	50,0%		
Música Tradicional (n=100)	-	-	7	41	52	4,45	0,626	
	-	-	7,0%	41,0%	52,0%			
	Configuração dos locais (n=100)	-	1	41	50	8	3,65	0,642
		-	1,0%	41,0%	50,0%			
	Gastronomia (n=100)	-	-	8	33	59	4,51	0,643
		-	-	8,0%	33,0%	59,0%		
	Média Global						4,22	0,515

Conclui-se, assim, a riqueza cultural e a paisagem do Douro e das suas arribas, são os pontos de atração e a mais-valia do concelho de Miranda do Douro.

Na Tabela 37, pode ver-se que se registou um sentimento de indiferença quanto à existência ou não de serviços prestados por Guias Turísticos, registando-se o mesmo quanto aos serviços de apoio ao desenvolvimento do turismo.

Tabela 37. Desenvolvimento dos serviços de apoio ao turismo e presença de guias turísticos.

Desenvolvimento dos serviços de apoio ao turismo (n=95)	N	%	Presença de Guias Turísticos (n=94)	n	%
Concordo Totalmente - 1	4	4,2	Nada Importante – 1	16	17
Concordo - 2	22	23,2	Pouco Importante – 2	20	21,3
Nem Concordo Nem Discordo - 3	36	37,9	Medianamente Importante – 3	27	28,7
Discordo - 4	24	25,3	Muito Importante – 4	18	19,1
Discordo Totalmente - 5	9	9,5	Extremamente Importante – 5	13	13,8
Média Global	3,13		Média Global	2,91	
Desvio Padrão	1,013		Desvio Padrão	1,284	

Seguidamente, na Tabela 38, apresentam-se os recursos turísticos mais atrativos, na perspetiva dos visitantes que se deslocaram ao evento, e que constituem o TOP 10.

Tabela 38. Os recursos mais atrativos - TOP 10 (n=248).

Recurso Turístico	N.º de respostas obtidas
Paisagem natural	77
Gastronomia	41
Música tradicional	27
Monumentos históricos	23
Atividades de lazer	21
Religião	21
Língua Mirandesa	14
Burro Mirandês	9
Tradições, Festas e Romarias	8
Artesanato	7

Conclui-se, assim, através da observação dos resultados presentes na Tabela 38, que a Paisagem Natural é o recurso mais atrativo sobrepondo-se mesmo aos recursos culturais, considerados individualmente. Segue-se a Gastronomia e a Música Tradicional. Esta tabela indica os mesmos resultados que a Tabela 36, comprovando a importância dos recursos naturais e culturais na atração de visitantes para o concelho.

3.5. Validação das Hipóteses de Investigação

Procede-se de seguida à discussão das hipóteses de Investigação (HI) e às conclusões sobre a investigação da atratividade dos recursos do concelho.

HI₁: É possível identificar quais os recursos turísticos mais atrativos para o visitante que se desloca ao concelho de Miranda do Douro

De acordo com a Tabela 36, obteve-se uma média de 3,79 (desvio padrão de 0,495) para os recursos naturais e de 4,22 (desvio padrão de 0,515) para os recursos culturais, o que significa que em termos globais os recursos culturais apresentam uma atratividade superior relativamente aos recursos naturais.

Registaram-se evidências da existência de atratividade, na perspetiva dos visitantes que se deslocaram ao evento, dos seguintes recursos: a paisagem natural (77%), a gastronomia (41%), a música tradicional (27%), os monumentos históricos (23%), a religião (21%), os monumentos históricos (23%), as atividades de lazer (21%) e a língua mirandesa (14%).

Como já foi referido na análise aos dados apresentados na Tabela 36, apesar de serem os recursos culturais aqueles que, no seu conjunto, se apresentam como mais atrativos aos olhos dos visitantes, é a paisagem natural que recolhe a melhor avaliação, em termos médios, mais precisamente de 4,54 pontos (desvio padrão de 0,576).

A paisagem natural, a língua mirandesa, a gastronomia e os produtos artesanais são os recursos que apresentam melhor concordância no que se refere ao seu elevado grau de atratividade. É também visível que o recurso com maior percentagem de inquiridos a concederem avaliação de “Bastante atrativo” foi a gastronomia com 59%, seguido da paisagem natural com 58%.

A paisagem natural integra elementos como o Rio Douro e as suas Arribas, o Rio Fresno, a fauna e a flora, o Parque do Douro Internacional e os fenómenos naturais como o ‘2’ do Douro; a Gastronomia com especial destaque para a Posta à Mirandesa e para o Cordeiro de Raça Churra Mirandesa, ambos produtos certificados; os Monumentos Históricos com o principal papel são a Sé Catedral, as Ruínas do Castelo, o Jardim do paço Episcopal, o Centro Histórico; a Música Tradicional que contempla a célebre dança dos pauliteiros ao som da gaita-de-foles, o folclore, e os festivais Intercéltico e “*L Burro i l’ Gueiteiro*”; as atividades de lazer contemplam a caça, os passeios de barco, os passeios Todo-o-Terreno, os passeios pedonais, os passeios de burro; e, por fim, a Religião que integra os Santuários do Naso e de N.^a Sr.^a da Luz, a Sé Catedral e o Menino Jesus da Cartolinha; o artesanato inclui os mais variados produtos da região, desde a tapeçaria, cutelaria, trabalhos em madeira, até aos trabalhos em burel, material utilizado nas Capas de honras.

A identificação destes recursos já foi apresentada nas Tabelas 36 e 38 do ponto anterior.

H1₂: Existe uma relação direta e positiva entre os recursos turísticos naturais e os recursos turísticos culturais do concelho.

Dada a natureza das variáveis ordinais, será utilizado o coeficiente de correlação de *Spearman* na análise da correlação entre as preferências assumidas relativamente aos recursos naturais e aos recursos culturais.

O coeficiente de correlação de *Spearman* mede a intensidade da relação entre variáveis ordinais. Assim, obteve-se um coeficiente de correlação de 0,542 estatisticamente significativo (valor de prova inferior a 0,001), o que permite concluir que existem evidências estatísticas suficientes para afirmar que existe uma relação direta e positiva entre os recursos turísticos naturais e os recursos turísticos culturais do concelho. Deste modo corrobora-se esta hipótese de investigação.

Passando a explicar a relação positiva entre a atratividade dos recursos naturais e dos recursos culturais.

Uma paisagem é uma consequência de um fluir de acontecimentos de ordem natural e humana sobre um determinado espaço. Tal como afirmava Bertrand (1978), é um produto social, é uma resultante da história local ou regional. A Cultura e as Paisagens interagem numa constante relação (Nassauer, 1995). Atualmente reconhece-se que as componentes das paisagens, apesar de heterogéneas na sua forma, representam um sinal de cultura. As diversidades culturais representam códigos de identidade e inserem-se num processo evolutivo numa escala múltipla - do local ao global, em que se associa o tangível ao intangível, o espacial ao temporal, a tecnologia à natureza. A relação entre paisagens e cultura ocorre em duas direções: as paisagens culturais e a cultura das paisagens (Mascari, Mautone, Molledo & Salonia, 2009). Miranda do Douro integra a "*Rota das paisagens com história*" (Rota das Paisagens com história, 2015).

Existem vários aspetos onde é possível verificar que os recursos culturais da região estão em muito ligados aos recursos naturais, pois estes são a base para o desenvolvimento de determinadas atividades - os parques naturais, os desportos de natureza, os passeios de barco no Rio Douro, os passeios de burro mirandês, a utilização de produtos naturais como medicamento, um conhecimento transmitido de geração em geração, são alguns exemplos de como os recursos naturais e culturais se encontram correlacionados.

Miranda do Douro encontra-se integrado no Parque Natural do Douro Internacional. Este parque, conjuntamente com o Parque Natural das Arribas do Douro constituem um dos maiores espaços protegidos da Europa, com uma superfície de 192.605 ha. De acordo com o ICNF (2015), aqui encontram-se traços únicos em termos geológicos e climáticos, condicionando a fauna e a flora e as próprias atividades humanas. São objetivos a sua criação a adoção de medidas com o objetivo de valorizar as características mais relevantes do ponto de ordem natural, paisagística, socioeconómica e cultural, a valorização e salvaguarda do património arquitetónico, histórico e cultural, respeitando as atividades tradicionais, designadamente a

Região Demarcada do Douro, a mais antiga região demarcada do mundo; controlar as atividades recreativas na região de forma a evitar a degradação dos elementos naturais, seminaturais e paisagísticos, estéticos e culturais da região.

Os passeios de barco no Rio Douro dão a conhecer aos visitantes as rotas das paisagens com história, de que é exemplo o Dois do Douro - Um fenómeno natural repleto de história, as arribas, entre outras descobertas da natureza. Gravado pela natureza, na margem espanhola do rio Douro em frente à cidade de Miranda do Douro, o “Dois” desperta diariamente a curiosidade dos visitantes. O Instituto da Conservação da Natureza e Florestas descreve este fenómeno natural como uma *“enorme superfície vertical de tons amarelos, ocre e pardos associados a presença de líquenes e musgos, que só com uma observação atenta se consegue detetar”*. Em resultado desta dificuldade de visualização surgem as lendas (ICNF, 2015). António Rodrigues Mourinho, um dos mais conceituados investigadores das tradições da história das *“Terras de Miranda”*, refere que tudo isto “não passa de uma ilusão ótica e de um fenómeno natural. Porém, as lendas existem *“Há quem defenda que o ‘2’ está associado aos dois reinos, ou seja, o reino de Portugal e o de Espanha. No entanto, também há quem aponte para a existência de línguas: o mirandês e o português. Outra das lendas recai sobre a junção dos rios Douro e Fresno que correm nas imediações da cidade”*, explicou. Diz a tradição, que, quem em Miranda do Douro, conseguir identificar o número 2 no rochedo fronteiro, nas arribas do Douro, já em território espanhol, não terá dificuldade em arranjar par, casará em breve e na região Explicações e lendas recaem sobre o fenómeno natural. Artur Nunes, presidente do município, refere que este fenómeno desperta *“paixões”*. Também poderá identificar-se como um símbolo do amor e da união. Segundo dados fornecido à Lusa (ano 2014), passam pela catedral de Miranda do Douro cerca de mil visitantes/ano e quase todos se mostram interessados em ver o famoso ‘2’ (Porto Canal, 2015).

O Passeio de Burro pelas Terras de Miranda é outra oferta disponível para quem visita o concelho, com a união da Natureza e da Cultura. À sua descoberta, pelas aldeias tradicionais do Planalto Mirandês, a Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino (AEPGA) propõe a realização de várias atividades relacionadas com o burro Mirandês, a uma velocidade de 3-4 km por hora, podendo fazer cerca de 15 km por dia. As atividades lúdico-terapêuticas apresentam potencial ecoturístico, permitindo proporcionar à população com necessidades especiais momentos reconfortantes de prazer e de lazer, além da curiosidade que despertam nas crianças. A associação tem um centro em Atenor, freguesia de Miranda do Douro, onde se iniciou a valorização do Burro Mirandês, e um Centro de Atividades Asinoterapêuticas na aldeia de Pena Branca.

Os Parques Naturais oferecem uma rede de percursos pedestres ou de BTT que se aconselha vivamente, pela possibilidade de contacto com as populações locais, pela beleza e diversidade da paisagem a nível arquitetónico, geológico, orográfico, hidrográfico, etc., e pela oportunidade única de observar diversas espécies da fauna e flora, praticando Desporto de Natureza. No miradouro do Castro de S. João das Arribas encontra-se uma das mais bonitas paisagens

sobre o desfiladeiro do Douro Internacional, perfeito para passeios pedonais. A AEPGA organiza também passeios ecoturísticos temáticos e generalistas, pela Região do Nordeste, que se fazem a pé, de burro, de BTT e de canoa. A abundância de recursos hídricos proporciona o desenvolvimento de atividades desportivas ligadas ao rio e aos pequenos cursos de água, que por vezes se complementam com passeios de burro. São vários os desportos realizados nesta região: Caça, Pesca, Passeios de barco, Passeios de Burro (Fauna), Avifauna - Passeios de Barco, caça, Pesca, Passeios TT, Passeios pedonais.

A Paisagem e o património histórico-cultural interrelacionam-se pelas diversas atividades quotidianas tradicionais, executadas ao longo dos tempos. O Parque Natural do Douro Internacional (PNDI) é repleto de vestígios e ocupação humana em diferentes épocas da história, desde a arte rupestre do Paleolítico Superior, aos povoados fortificados, aos castros, aos sítios romanos e medievais, às igrejas. A agricultura e a pecuária têm um papel importante. É uma zona de minifúndio, com explorações de pequena e média propriedade, do tipo familiar. Nas arribas, predominam as culturas mediterrânicas a vinha, o olival, o amendoal, o laranjal e os pequenos ruminantes autóctones - ovinos - Churra Galega Mirandesa e Churra da Terra Quente -, e caprinos - Cabra Serrana. No planalto, predominam os sistemas cerealíferos, sobretudo trigo e centeio, e forrageiros (lameiros) associados à criação de bovinos da raça Mirandesa, existindo também uma grande produção de leite; o setor secundário abrange atividades no âmbito da construção e obras públicas e de uma indústria constituída por pequenas empresas e algumas cooperativas de transformação: azeite e vinho, o comércio é constituído por pequenas unidades retalhistas de carácter familiar. A região abrangida pelo Parque Natural caracteriza-se por uma grande riqueza cultural - As atividades tradicionais ainda têm algum peso na economia das famílias residentes no território, nomeadamente a apicultura, a charcutaria e o artesanato, destacando-se os trabalhos em madeira como é o caso das rocas e cabos de navalhas bordados, flautas e gaitas de foles, até aos ferros forjados e cutelaria, passando pela cestaria, a latoaria, a tecelagem em lã, linho e seda, de que são exemplo as “capas de honras” feitas em burel e as colchas, a língua mirandesa, as festas e romarias tradicionais, as danças tradicionais e a música mantêm aqui uma forte expressão, na sua maioria, associadas a acontecimentos religiosos. Estes eventos assumem cada vez maior importância em termos do número de pessoas que mobilizam, representando um forte motivo de atração turística (ICNF, 2015).

O património arqueológico existente no território é vasto e íntegro desde gravuras rupestres e castros aos testemunhos da ocupação romana - povoados, necrópoles, pontes e estradas -, de castelos e atalaias medievais, até aos exemplares de arquitetura do ferro de finais do século XIX, estações de comboio da linha do Sabor e da linha do Douro. Uma parte deste património está classificada como Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público ou como Valor Concelhio. Ao nível do património arquitetónico do Parque Natural do Douro Internacional encontram-se em todo o território exemplos de arquitetura religiosa (igrejas e capelas), arquitetura tradicional de feição erudita (casas solarengas) ou popular (edifícios isolados ou conjuntos arquitetónicos), para além de outros elementos diversos como cruzeiros, alminhas,

pontes, etc.. Destacam-se os pombais tradicionais, cuja forma vai variando ao longo do território, à medida que nos deslocamos de norte para sul, muitos dos quais se encontram recuperados através de um projeto desenvolvido pelo PNDI e prosseguido pela Palombar, Associação de Proprietários de Pombais Tradicionais do Nordeste, criada com o apoio do Parque. O PNDI caracteriza-se, ainda, por um património geológico bastante rico, e integra-se numa das zonas mais ilustres da geologia de Portugal continental. Aqui observam-se algumas das rochas mais antigas de Portugal, os gnaisses de Miranda do Douro, da idade Pré-Câmbrica. Encontra-se, também, um património ainda inexplorado de nascentes termais e a grande riqueza mineralógica que, no passado, sustentou uma continuada tradição mineira, que remonta aos tempos romanos e cujos últimos episódios estão marcados pela corrida ao volfrâmio durante a II Guerra Mundial. A Beleza natural das grutas e zona envolvente tornam as minas um local de interesse para a Rota da Terra Fria (ICNF, 2015).

Em suma, a região norte do Parque Natural do Douro Internacional constitui um espaço com elevada riqueza paisagística devido ao contraste entre o Vale escarpado (Arribas) do rio Douro e o vasto Planalto Mirandês. A Paisagem Cultural está modelada pela Paisagem Natural A Cultura é o agente, o Natural é o meio e a Paisagem Cultural é o resultado (Sauer, 1925).

HI₃: Existem diferenças relativamente aos recursos turísticos naturais e recursos turísticos culturais do concelho atendendo às variáveis sociodemográficas (idade, sexo, nacionalidade e profissão).

Na Tabela 39 apresentam-se os testes e informação que permitem dar resposta à 3.^a hipótese de investigação.

Tabela 39. Variáveis Sociodemográficas vs Recursos Turísticos.

Variáveis Sociodemográficas	Teste	Recursos Naturais (Valor de Prova)	Recursos Culturais (Valor de Prova)
Idade	<i>t-Student</i>	0,575	0,275
Sexo	<i>t-Student</i>	0,041	0,385
Nacionalidade (Portuguesa e Espanhola)	<i>t-Student</i>	0,378	0,775
Profissão	<i>Kruskall-Wallis</i>	0,071	0,026

Tendo por base a informação apresentada na tabela anterior e para os recursos naturais apenas se registaram diferenças estatisticamente significativas para a variável sexo (valor de prova=0,041), assumindo um nível de significância de 5%. De referir que quer para os recursos naturais quer culturais foi o sexo feminino que registou valores médios mais elevados. Nos recursos naturais as diferenças estatisticamente significativas registaram-se na variável

profissão (valor de prova=0,026). Para as demais variáveis não foi possível afirmar a existência de diferenças estatisticamente significativas. Desta forma pode dizer-se que se corrobora parcialmente a terceira hipótese de investigação.

De seguida passa-se a explicar um pouco as diferenças encontradas. Começa-se pelas paisagens, pois estas caracterizam-se por um conjunto de valores estéticos, culturais, económicos e biológicos. Gautier (1995) e Filleron (1998) definem a paisagem como um espaço heterogêneo que depende da vista de um observador, utilizado por uma pequena comunidade, composta de elementos diferenciados, naturais e sociais, em interação, sendo assim a paisagem é uma consequência da relação entre a natureza e a sociedade, sendo que esta compartilha costumes, gostos, inquietudes ela não é estática e homogênea, assim consequentemente as paisagens também não são. Daí que surgem as preferências que são explicadas por sentimentos inconscientes como o bem-estar, a alegria, a tranquilidade e a beleza. Karjalainen (2006) refere que a preferência é um termo empregado dentro do estudo de paisagens que significa gostar ou apreciar.

As diferenças registadas no sexo podem ser explicadas por alguns estudos que revelam que existem não somente diferenças significativas quanto à idade, mas também quanto ao género e os conhecimentos em relação à natureza e sua biodiversidade (Lindemann-Matthies, 2005).

Existem duas teorias que explicam a origem das preferências: a primeira afirma que as preferências dependem da cultura e do período em que são estudadas e de um conjunto de fatores a nível individual - o passado, as experiências, o conhecimento, as esperanças, as necessidades, as atitudes, os valores, os estados emocionais (Kaplan, Kaplan & Brown, 1989); A segunda teoria apresenta a genética como fator explicativo das preferências (Ulrich, Simons, Losito, Fiorito, Miles & Zelson, 1991). Karjalainen (2006) complementa ainda e explica que as duas teorias podem apresentar origem genética, referindo que as diferenças individuais existem também dentro da mesma cultura.

Bourassa (1990) categoriza as preferências pelas paisagens em biológica, cultural e individual. Essas preferências podem ser descritas por normas de ordem estética, que para ele são geneticamente herdadas, as regras que dependem da cultura e as estratégias que são individuais.

Maciá (1979), no seu estudo sobre a percepção visual entre sexos e personalidades, revelou a existência de preferências diferentes consoante o género, concluindo que estas diferenças se encontram associadas ao fator personalidade. Tuan (1980) concluiu que o fator género é uma categoria que justifica determinadas atitudes humanas. Num estudo anterior, Tuan (1975) refere que certas paisagens espelham além da preferência, o sentimento das pessoas para com elas, exemplificando através da preferência pela praia a qual pode refletir o recolhimento, a tranquilidade.

A existência de preferência do sexo feminino relativamente aos recursos naturais pode ser fundada na maior sensibilidade do sexo feminino pela natureza. Canteras (1992) refere que a

percepção da paisagem é condicionada por fatores inerentes ao próprio indivíduo (capacidade imaginativa, mecanismos de associação), fatores educativos e culturais, e a fatores emotivos, afetivos e sensitivos, derivados das relações do observador com o ambiente

Dados os resultados do teste de *Kruskall-Wallis*, para a profissão, registar diferenças, para completar a análise pretende-se verificar onde é que se registam essas diferenças. Assim, vai proceder-se à análise das comparações múltiplas entre os recursos culturais e o grupo da profissão - Tabela 40 - recorrendo ao teste de *Tukey*. Apenas se apresenta a situação em que se observou onde existem as diferenças.

Tabela 40. Teste de *Tukey* - Recursos Culturais.

	Profissão	Diferença entre médias	Valor de Prova
Setor Público	Agricultura	0,16032	0,998
	Indústria	-0,46825	0,788
	Comércio	-0,28571	0,656
	Turismo	-0,15873	0,997
	<i>Estudante</i>	<i>-0,48540</i>	<i>0,038</i>
	Desemprego	-0,19147	0,947
	Outros Serviços	-0,48413	0,245
Estudante	Agricultura	0,64571	0,139
	Indústria	0,01714	1,000
	Comércio	0,19968	0,890
	Turismo	0,32667	0,823
	<i>Setor Público</i>	<i>0,48540</i>	<i>0,038</i>
	Desemprego	0,29393	0,573
	Outros Serviços	0,00127	1,000

Destaca-se um grupo em que existe uma diferença significativa que é entre Setor Público e o grupo dos estudantes pelos recursos culturais.

Os estudantes destacam-se nas preferências quanto aos recursos culturais. Esta valorização pode ser explicada por fatores de ordem psicológica e de personalidade. Caraterizam-se por uma atitude de descoberta perante a vida dada a sua faixa etária jovem e maior tempo disponível que lhe permite disfrutar das várias atividades de lazer, o que pode determinar esta valorização.

Dado que a cultura está muito associada a atividades de lazer e a tradições, os jovens estudantes conseguem conciliar melhor o tempo para poder desenvolver outras atividades, de

que são exemplo os Pauliteiros de Miranda, um traço de cultura típica mirandesa; a Fogueira do Galo realizada na época de Natal é organizada pelos jovens mirandeses e é uma tradição apontada como uma das mais atrativas. A Música tradicional é outro recurso apontado como dos mais atrativos, sendo que Schwartz e Fouts (2003) afirma que as preferências musicais podem ser uma via de acesso para a realidade interior dos adolescentes, refletindo mesmo suas personalidades. Hays e Minichiello (2005) referem que a música seria uma representação simbólica de quem os participantes eram e de como eles gostariam de ser percebidos pelos outros. Apresentam assim um maior conhecimento quanto a este tipo de recursos, uma vez que deles integram, podendo também explicar a sua preferência

Há evidências estatísticas significativas para apontar que as profissões que integram o setor público dão uma maior preferência aos recursos culturais.

A dinamização da cultura da região é uma das funções da Administração Pública (Miranda do Douro, Relatório de Gestão, 2014). Logo, dado que o objetivo principal do setor público não é o lucro mas o bem-estar social, o desenvolvimento de atividades socioculturais e simultaneamente o aproveitamento dos recursos endógenos, preservando e aproveitando os recursos naturais, está a cargo da administração pública. Desta forma, dado o seu maior conhecimento sobre as potencialidades da região e uma vez que a organização de muitos eventos está a seu cargo, dão preferência aos recursos culturais.

4. Avaliação dos bens intangíveis (Património Cultural e Histórico) do Município de Miranda do Douro

De acordo com as novas filosofias de gestão de âmbito público, baseadas no modelo da Nova Gestão Pública e assentes na adaptação dos princípios e técnicas contabilísticas do setor empresarial ao setor público, todos os elementos sob o domínio da entidade pública devem estar valorizados e registados (Buch Gómez & Cabaleiro Casal, 2008).

Alves e Lopes (2005) referem que na avaliação dos bens de domínio público das autarquias locais pode ser utilizado o método dos fluxos de caixa, quando o método de custo de aquisição ou produção se revela inadequado. Ao caso particular dos bens históricos e culturais, os autores atribuem-lhes o valor zero. Como o objetivo da contabilidade é a apresentação de informação verdadeira, útil e fiável, este estudo pretende a determinação do valor destes bens, nomeadamente do património cultural e ambiental do setor público. Dado que são bens com valor económico, atualmente a legislação prevê a sua contabilização mas, devido à dificuldade de avaliação inerente a este tipo de bens, resultante do carácter intangível, não existe nenhum método vinculativo para apurar o seu valor. Para o cálculo dos fluxos de caixa propõe-se a metodologia *EVA*, defendida por Damodaran (s.d.) e Stewart (2002) como o melhor método de avaliação da criação de valor, já mencionado anteriormente. Damodaran (s.d.), o valor de uma empresa em termos de *cash flows* descontados, pode ser escrito em termos do *EVA* dos projetos de investimento existentes e o valor atual dos projetos futuros. Por sua vez, Rappaport (2001) identifica os macro e microdirecionadores de valor de uma empresa, aspetos já referidos no ponto.1.5.

Seguindo Alves e Lopes (2005), Stewart (2002), Damodaran (2006) e Rappaport (2001), será aplicado o modelo *EVA* na avaliação dos bens de domínio público do “*Património Histórico, Artístico, Cultural e Ambiental*” do concelho em análise, com as devidas adaptações, fazendo-se referência de seguida os pressupostos assumidos para a aplicação do método.

4.1. Pressupostos para a aplicação do método *EVA*

Com a entrada em vigor do novo Sistema de Normalização Contabilística foram substituídos o Plano Oficial de Contabilidade aplicado às empresas e os restantes planos setoriais, nomeadamente o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais. Surge o Sistema de Normalização Contabilística Aplicado às Autarquias Locais que prevê uma conta específica para os “*Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural*”, reconhecendo o seu valor económico. São bens de domínio público, não transacionáveis no mercado e, por isso, de difícil avaliação. É necessário que as demonstrações financeiras dos municípios apresentem o valor económico destes bens para que transmitam uma imagem verdadeira e apropriada da sua situação financeira (SNC-AP).

No Município de Miranda do Douro, os bens intangíveis não estão avaliados bem como alguns bens tangíveis de cariz cultural. Dado que este património é responsável pela criação de riqueza na região, sobretudo através das receitas de turismo, o modelo apresentado neste estudo utiliza as receitas de turismo geradas por estes bens como o seu valor de avaliação.

Para determinar o valor dos bens intangíveis do Município de Miranda do Douro serão considerados os rendimentos atuais e os rendimentos esperados no futuro, descontados ao momento presente. Na determinação dos fluxos de caixa será utilizado o método *EVA*.

Considerando uma amostra de dados anuais com referência ao período 2008-2012, retirados da Base de dados do Instituto nacional de Estatística, do EUROSTAT e da Central de Balanços do Banco de Portugal, foram determinados como *proxy* dos *cash flows* gerados pelos bens intangíveis, os Resultados Operacionais referentes ao setor da Restauração, do Alojamento, atividades recreativas e culturais. A estes resultados será aplicada a taxa de imposto implícita do setor, calculada com base nos dados da central de Balanços (2008-2012), dividindo o imposto apurado sobre os Resultados antes de impostos das respetivas atividades. Para apurar o *EVA* é ainda necessário determinar o custo de oportunidade do capital investido para obter os resultados das atividades. A parcela do investimento será obtida, tendo em conta a base de dados do INE (2008-2012) relativa às despesas em cultura realizadas pelo município. A esta parcela será aplicado um coeficiente para medir o custo de oportunidade do capital investido. Este coeficiente será dado pela Taxa Euribor ou pela Taxa de Base Anual, utilizadas para investimentos sem risco, característica dos investimentos realizados pelas entidades públicas.

Após apurar o valor económico dos intangíveis, serão previstas as receitas geradas pelos bens intangíveis para um período de 5 anos, com base no *EVA* apurado de 2012, aplicando-lhe uma taxa de crescimento contínua, com base numa progressão geométrica crescente, tomando por hipótese 3 cenários de crescimento económico. O valor do intangível será determinado tendo em conta os respetivos cenários, através da soma do capital investido em bens culturais e da soma dos fluxos de caixa presentes e futuros atualizados a uma taxa de desconto de mercado.

Copeland, Koller e Murrin (2002) definem uma ordem de trabalhos para a avaliação de empresas: a análise do desempenho histórico, a estimativa do custo do capital, previsão do desempenho, a estimativa do valor contínuo, e o cálculo e interpretação dos resultados. Seguindo a ordem definida por este autor e recordando a fórmula do *EVA* apresentada no ponto 1.5.3., a determinação dos vetores de valor, é realizada com base no estudo de Rappaport (2001), seguindo os seguintes passos: 1 - Cálculo do Resultado Operacional Bruto; 2 - Cálculo do Resultado Operacional Líquido de Impostos; 3 - Cálculo do Investimento Bruto; 4 - Cálculo do Custo do Investimento; 5 - Cálculo do Valor Criado pelos Bens Intangíveis através da aplicação da metodologia *EVA*.

Para a determinação do valor do Património Intangível serão seguidos, por analogia a estes autores, as etapas a seguir descritas.

1 – Cálculo das Receitas Turísticas Históricas, utilizadas como *proxy* para os *EBIT* (Resultados Operacionais Líquidos de Imposto) – Equação 8.

$$EBIT = RB \times (1 - t) \quad [8]$$

Em que,

EBIT são os Resultados Operacionais Líquidos de Imposto,

RB são os Receitas Brutas do Setor da Hotelaria, Restauração e Atividades Recreativas,

t é a taxa marginal de imposto do setor da Hotelaria, Restauração e Atividades Recreativas.

2 - Cálculo do Custo do Capital, tendo por base o investimento realizado e o custo de oportunidade do capital – Equação 9.

$$Custo\ Capital = CI \times k \quad [9]$$

Em que,

k é o custo de oportunidade dos investimentos realizados pelo município em bens culturais,

CI é o capital investido em bens culturais.

3 – Cálculo do *EVA* histórico para o período 2008-2012 – Equação 10.

$$EVA = EBIT - kCI \quad [10]$$

Em que,

EBIT são os Receitas Líquidas de Imposto do Setor da Hotelaria, Restauração e Atividades Recreativas.

kCI é o custo do Investimento.

EVA é o Valor da Riqueza gerada num determinado ano.

4 – Definição de Cenários de crescimento das receitas.

Outra forma possível de calcular a taxa de crescimento anual do *EVA* seria com base nas taxas de crescimento médias históricas para o período 2008-2012. No entanto, como se trata de um período de forte instabilidade económica, não corresponde à recuperação económica que tem vindo a ser realizada.

5 – Estimação dos *EVA* futuros de acordos com os diferentes cenários.

6 – Aplicação do método para determinar o valor do bem intangível.

4.2. Cálculo das Receitas provenientes dos bens intangíveis

O Resultado Operacional Bruto é dado pelas receitas do setor turístico. Para determinar as receitas do setor turístico teremos de utilizar variáveis *proxy* pois não há um indicador direto que nos faça chegar ao seu valor exato.

De acordo com o Turismo de Portugal (2008), o Turismo é composto pelo conjunto de atividades cuja produção principal é um produto conexo do Turismo. Dada a interioridade do Concelho de Miranda do Douro e de fenómenos como a desertificação, o potencial turístico (cultura, localização transfronteiriça) do concelho é o motor principal da atividade económica (Diagnóstico Social do Concelho de Miranda do Douro, 2014). *“O território de Miranda do Douro é marcado por um tecido empresarial que se caracteriza por uma elevada concentração de empresas ligadas ao Sector Terciário (67%), demonstrando o papel preponderante deste sector na atividade económica do Município”* (Diagnóstico Social, 2013, p.63). O Turismo tem um papel determinante no desenvolvimento das áreas rurais (Ribeiro e Vareiro, 2007). *“As potencialidades de desenvolvimento turístico de uma localidade são função dos recursos mas o seu crescimento depende da capacidade de os valorizar e da criação de fatores de atração* (Cunha, 2015, p.21). *É fundamental “proceder à inventariação, classificação e avaliação dos recursos com o objetivo de estabelecer uma medida de valor que fundamente as decisões relativas ao aproveitamento de certos territórios ou recursos”* (Cunha, 2015, p.21).

Tabela 41. Setor Terciário no concelho, 2014

Comércio e Serviços	Hotelaria e Restauração	Bens essenciais	Artesanato	Indústria
5%	35%	10%	5%	10%

Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Miranda do Douro, 2014.

Como é possível verificar na Tabela 41, a Hotelaria e a Restauração são as componentes do setor terciário com maior peso na economia local – 35%. As receitas de turismo são calculadas com base nas receitas geradas pela hotelaria e restauração, tal como é referido pelo Instituto de Turismo de Portugal (2015), o total das receitas turísticas de um país de destino são as resultantes das despesas efetuadas pelos turistas não-residentes em alojamento, restauração e bebidas, combustível, transportes, entretenimento e compras. O *Banco de Portugal* (2014), inclui no setor turismo as atividades da hotelaria e restauração, as atividades recreativas e culturais e as atividades dos transportes e logística.

Para determinar os *value drivers* do setor turístico, é preciso a prévia identificação das unidades de negócio que o compõem (Rappaport, 2001 e Copeland, Koller & Murrin, 2000).

O turismo tem várias unidades de negócio, sendo que as que mais criam valor são a hotelaria e a restauração e as atividades recreativas e culturais.

Pretendendo estimar o valor das receitas de turismo, utilizar-se-á como *proxy* destas o volume de negócios do alojamento e restauração, bem como das atividades turísticas, espetáculos, desporto e recreativas, de índole cultural. Os indicadores que servirão de base a este estudo serão, os contantes na Tabela 42:

- Resultados Antes de Impostos do Setor de Alojamento e Restauração,
- Resultados Antes de Impostos do Setor de Atividades Culturais, Desportivas, Recreativas e de Espetáculos.

Tabela 42. Volume de Negócios (milhares de euros) do CAE do Alojamento e da Restauração, Atividades Artísticas, Desportivas, de Espetáculos e Recreativas, 2008-2012.

Anos	Volume de Negócios do CAE Alojamento e Restauração	Volume de Negócios das Atividades Artísticas, de Espetáculo, Desportivas e Recreativas	EBIT
2008	4560	142	4702
2009	4682	125	4807
2010	4878	154	5032
2011	5072	123	5195
2012	3549	137	3686

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Norte, 2008-2012.

A partir da Tabela 42 é possível concluir que a partir de 2011 é evidente um decréscimo no volume de negócios relativos ao CAE Alojamento e Restauração e atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas, mais uma vez denunciando a crise económica do país.

Após a determinação das Resultado Operacional Bruto, será necessário a determinação do imposto sobre o setor turístico representado pelas variáveis já referenciadas.

De acordo com Neves (2002) e Damodaran (2006), este imposto será um imposto sobre os lucros similar ao IRC aplicado às empresas do setor do alojamento, restauração e atividades desportivas e recreativas. Poderia optar-se por aplicar o método exógeno baseado no IRC, no entanto optou-se um método endógeno, baseado na taxa marginal de imposto (taxa de imposto implícita) sobre o setor a nível da Região Norte (NUTS II), uma vez não existem dados a nível de NUTS III.

Para a estimação do *EVA*, é necessário o cálculo de uma parcela que traduz o imposto sobre os lucros obtidos resultantes da atividade turística. Este imposto foi calculado com base no imposto sobre o rendimento do período e nos resultados antes de impostos a nível nacional para o setor do Turismo, como se verifica na Tabela 43.

Tabela 43. Cálculo dos Resultados Líquidos do Setor Alojamento e Restauração, Atividades Desportivas, recreativas e de Espetáculo, 2008-2012.

	2008	2009	2010	2011	2012
Imposto sobre o Rendimento da região norte relativa ao setor, em milhares de euros	2030	1927	1417	375	961
<i>ROI</i> do concelho relativa ao setor, em milhares de euros	4702	4807	5032	5195	3686
Taxa de Imposto implícita da região norte relativa ao setor	43,2%	40,1%	28,2%	7,2%	26,1%
Resultados Líquidos do concelho, relativa ao setor, em milhares de euros	2672	2880	3615	4820	2725

Fonte: Elaboração própria com base em dados facultados pelo INE, Central de Balanços do Banco de Portugal, 2008-2012.

Na secção que se segue procede-se ao apuramento das despesas de investimento em cultura (*proxy* para o capital investido).

4.3. Cálculo das Despesas de Investimento

As despesas de turismo brutas serão também calculadas com base numa variável *proxy* “Investimento realizado pelo Município no setor cultural”. Makhoul (2012) refere que o investimento efetuado no setor turístico tem dois efeitos multiplicadores: o aumento das despesas dos turistas e a construção de mais infraestruturas turísticas tendo claramente um efeito positivo na economia.

A parcela do Investimento realizado em atividades culturais será dada pelos valores apresentados na Tabela 44:

Tabela 44. Investimento realizado em atividades culturais, 2008-2012.

Anos	Despesas Totais (milhares €)
2008	823
2009	865
2010	986
2011	1321
2012	702

Fonte: INE (2000, 2013).

Procede-se de seguida ao cálculo do custo do investimento.

O custo do Investimento realizado em Turismo será dado por k , que traduz o custo de oportunidade dos investimentos realizados em atividades de cariz cultural. Dado que se pretende determinar o custo médio do financiamento por capitais alheios (assumindo que se recorre aos empréstimos bancários) de médio/longo prazo para calcular o custo do Capital Alheio utilizam-se as taxas médias dos empréstimos obtidos. Assumem-se duas alternativas (ver Tabela 45).

Alternativa A: assumindo que o custo de oportunidade do capital é a taxa de juro sem risco - Taxa *Euribor*.

Alternativa B: assumindo a taxa de custo de oportunidade do capital é a taxa de juro sem risco - Taxa de Base Anual.

A Taxa de Base Anual e a Taxa *Euribor* são as taxas usadas como taxas de representação da dívida pública direta do Estado.

Na Tabela 45 é apresentada a evolução das taxas para o período 2008-2012, tendo como referência a taxa de Janeiro de cada ano.

De seguida, procede-se ao cálculo do custo do investimento, com base na Taxa Euribor (Alternativa A) e na Taxa de Base Anual (Alternativa B), para um período de 5 anos (2008-2012).

Tabela 45. Cálculo do Custo do Investimento, em milhares de euros, 2008-2012.

Anos	Investimento	EURIBOR (%) *	Custo do Investimento (A)	Taxa de Base Anual (%) *	Custo do Investimento (B)	Diferença em (A-B)
2008	823	4,733	38,953	4,338	35,702	3,251
2009	865	3,025	26,166	2,446	21,158	5,008
2010	986	1,251	12,335	0,815	8,036	4,299
2011	1321	1,504	19,868	1,130	14,927	4,941
2012	702	1,937	13,598	1,387	9,737	4,941

*Valores da Taxa de Base Anual e da Euribor, considerando a primeira taxa de cada ano.

Fonte: Elaboração própria com base em dados facultados pelo IGCP e pela CB (2008-2012).

Analisando a Tabela acima é possível concluir que o custo do investimento é ligeiramente superior quando o custo de oportunidade respetivo é representado pela Taxa Euribor (Alternativa A). O maior custo do investimento foi registado em 2008 e 2009, sendo verificada uma tendência decrescente até 2011, registando uma nova descida em 2012. Esta descida estará possivelmente associada às condições macroeconómicas adversas.

4.4. Aplicação de Método EVA para a avaliação dos Bens Intangíveis de domínio público do concelho de Miranda do Douro

Cardao-Pito (2012) apresenta a teoria do “fluxo intangível” que se processa na sociedade através de relações económicas dinâmicas e complexas, ressaltando que o processo contabilístico deve incorporar o valor dos bens intangíveis. Assume que os métodos utilizados não são apropriados dado que não captam a complexidade das relações de mercado, ou seja, o “fluxo intangível”, tendo como consequência subavaliação do valor dos intangíveis. Este autor defende que os bens intangíveis podem ser identificados e que o seu valor pode ser aproximado mesmo nos casos de maior dificuldade. Neste trabalho vai aplicar-se a metodologia EVA para avaliar os bens intangíveis de domínio público do “Património Histórico,

Artístico e Cultural” do concelho de Miranda do Douro, os quais criam receitas para o município, sobretudo pela atração de visitantes.

Plaza (2010) avaliou o Museu de Bilbao recorrendo à combinação do método contingencial, seguida do método do fluxo de caixa descontado; este estudo, com o objetivo de avaliação do património cultural e ambiental, de natureza intangível, tem como base o método *EVA* combinado também com o método do fluxo de caixa descontado, uma vez que quer neste estudo quer no estudo de Plaza (2010) são tidos em conta os rendimentos esperados no futuro.

O valor estimado dos bens culturais e ambientais intangíveis do Município de Miranda do Douro, em 2012 obtém-se a partir da aplicação da fórmula da Equação 11, anteriormente apresentada. Ou seja, o valor destes bens é dado pela soma de duas parcelas: o investimento realizado em bens culturais e a soma dos fluxos futuros resultantes da existência ou da posse e utilização destes bens atualizados para o momento presente (2012) a uma taxa de juros de mercado (Damodaran, 2006). Neste caso, considera-se a Taxa Euribor em vigor no ano de 2012, considerando a primeira taxa do ano.

$$VI = CI_{2012} + \sum_{n=1}^{n=5} \frac{EVA}{(1+i)^n} + \frac{EVA_5/i}{(1+i)^5} \quad [11]$$

Em que,

VI é o Valor dos bens culturais e ambientais intangíveis,

CI é o Capital Investido no momento inicial (2012),

$\sum_{n=1}^{n=5} \frac{EVA}{(1+i)^n} + \frac{EVA_5/i}{(1+i)^5}$, é o Valor de Mercado Adicionado (MVA), entre 2013 e 2017, onde a segunda parcela representa o valor em continuidade.

Segue-se então o apuramento das parcelas necessárias ao cálculo do valor do intangível. A Tabela 46 exhibe o valor dos *EVA*, em cada ano, no período de 2008 a 2012, tomando em consideração as receitas do sector da restauração e hotelaria como *proxy* dos resultados operacionais líquidos de imposto, como calculados anteriormente na Tabela 43 e o custo do investimento apurado considerando as duas alternativas A e B apresentadas na Tabela 45.

Tabela 46. Cálculo dos *EVA*, em milhares de euros, de acordo com a Alternativa A e a Alternativa B, 2008-2012.

Anos	<i>EBIT</i> (1-t)	Custo do Investimento (A)	Custo do Investimento (B)	<i>EVA</i> (A)	<i>EVA</i> (B)
2008	2672	38,953	35,702	2633,047	2636,298
2009	2880	26,166	21,158	2853,834	2858,842
2010	3615	12,335	8,036	3602,665	3606,964
2011	4820	19,868	14,927	4800,132	4805,073
2012	2725	13,598	9,737	2711,402	2715,263

Fonte: Elaboração própria com base em dados facultados pelo IGCP e pela CB (2008-2012).

Em seguida é necessário estimar o valor atual acumulado dos *EVA* esperados, considerando um horizonte temporal de 5 anos, designado de valor de mercado adicionado (*MVA*).

Segundo Neves (2002) a taxa de crescimento deve ser referenciada à taxa de crescimento de longo prazo da economia ou do setor. Desta forma, exhibe-se na Tabela 47 a variação anual no PIB real no período de 2008 a 2017, que serviu de *proxy* para o crescimento esperado nos *EVA* e os cenários apresentados a seguir.

Tabela 47. Variação anual (%) do PIB real, 2008-2017 (%).

Anos	Variação anual (%)
2008	0,20
2009	-3,00
2010	1,90
2011	-1,80
2012	-4,00
2013	-1,60
2014	0,90
2015	1,50 <i>p</i> ⁽¹⁾
2016	1,60 <i>p</i>
2017	2,00 <i>p</i>

⁽¹⁾ *p* corresponde a valores projetados de acordo com as últimas revisões dos valores previstos Projeções de Março de 2015.

Fonte: Banco de Portugal (2015)

A evolução recente da economia portuguesa insere-se num cenário de reduzido crescimento e de correção de desequilíbrios macroeconómicos (Banco de Portugal, 2013). De acordo com as últimas previsões de Março de 2015 do Banco de Portugal, para 2016 e 2017, é esperado uma taxa de crescimento real e anual de 1,60% e 2,00%, respetivamente.

Para calcular os *EVA* estimados para o período 2013 a 2017, partindo do *EVA* calculado para 2012 (em cada alternativa de custo de capital), foram definidos os seguintes cenários de crescimento económico (a partir do crescimento evidenciado pelo PIB real, apresentado na Tabela 47):

Cenário 1: Taxa de crescimento anual esperada é constante e é apurada de acordo com a taxa de crescimento real do PIB prevista atualmente, considerando a taxa de 2015, de 1,5%.

Cenário 2: Taxa de crescimento anual esperada é constante e é apurada de acordo com a taxa de crescimento real do PIB prevista atualmente, considerando a taxa prevista para 2016-2017, de 2%.

Cenário 3: Taxa de crescimento anual esperada é contante e supõe-se um cenário de recuperação económica, esperando uma taxa de crescimento média e real do PIB da economia portuguesa, para 2015-2017, acima do previsto pelo Banco de Portugal, de 3%.

A Tabela 48 apresenta o valor do *EVA* em cada ano, no período de 2013 a 2017, para cada cenário acima referido e considerando como taxa de desconto a taxa Euribor (alternativa A), a partir do *EVA* apurado para 2012 nesta alternativa.

Tabela 48. Cálculo dos *EVA* de 2013 a 2017, de acordo com os vários cenários de crescimento, a partir do *EVA* de 2012 com a Alternativa A.

(Valores em milhares de Euros)			
Alternativa A	Cenário 1(g=1,5%)	Cenário 2 (g=2%)	Cenário 3 (g=3%)
2012	2711,402	2711,402	2711,402
2013	2752,073	2765,630	2791,931
2014	2793,354	2820,943	2874,851
2015	2835,255	2877,362	2960,234
2016	2877,784	2934,909	3048,153
2017	2920,950	2993,607	3138,683

Fonte: Elaboração própria com base em dados facultados pelo IGCP e pela CB (2008-2012).

A Tabela 49 apresenta o valor do *EVA*, em cada ano, no período de 2013 a 2017, para cada cenário acima referido e considerando como taxa de desconto a Taxa de Base Anual (alternativa B), a partir do *EVA* apurado para 2012 nesta alternativa.

Tabela 49. Cálculo dos *EVA* de 2013 a 2017, de acordo com os vários cenários de crescimento, a partir do *EVA* de 2012 com a Alternativa B.

(Valores em milhares de Euros)			
Alternativa B	Cenário 1 (g=1,5%)	Cenário 2 (g=2%)	Cenário 3 (g=3%)
2012	2715,263	2715,263	2715,263
2013	2755,992	2769,569	2794,006
2014	2797,332	2824,960	2875,032
2015	2839,292	2881,459	2958,408
2016	2881,881	2939,088	3044,202
2017	2925,110	2997,870	3132,484

Fonte: Elaboração própria com base em dados facultados pelo IGCP e pela CB (2008-2012).

A Tabela 50 mostra o valor de mercado adicionado (*MVA*) dos bens intangíveis (património histórico, cultural e ambiental) que resultou da soma dos *EVA* atualizados para o período 2013 a 2017, usando como taxa de desconto constante a Taxa Euribor em vigor no ano de 2012, considerando a primeira taxa do ano (1,387%), e assumindo que a partir de 2017 o crescimento será nulo e tratando o valor em continuidade como uma renda perpetua com crescimento nulo, para cada cenário e alternativa de custo do capital investido. Nesta tabela também se exhibe o capital investido em 2012.

Tabela 50. Cálculo do *MVA*, em milhares de euros, em 2012, de acordo com os diferentes cenários e alternativas.

Alternativa	Capital Investido em 2012	<i>MVA</i> - Cenário 1	<i>MVA</i> - Cenário 2	<i>MVA</i> - Cenário 3
Alternativa A	702,000	210181,035	215273,308	225757,809
Alternativa B	702,000	210480,330	215579,855	226079,285

Fonte: Elaboração própria com dados facultados pelo INE, IGCP e CB, 2008-2012.

Em suma, de acordo com os vários cenários e alternativas apresentados anteriormente e da aplicação da equação 11 acima referida, calculou-se o valor dos bens culturais e ambientais intangíveis do Concelho de Miranda do Douro, em 2012, somando o capital investido em 2012 e o *MVA* obtido na Tabela anterior. A Tabela 51 resume estes resultados.

Tabela 51. Valor dos bens culturais e ambientais intangíveis, em euros, em 2012, de acordo com os diferentes cenários e alternativas.

(valores em milhares de Euros)

Alternativa	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Alternativa A	210883,035	215975,308	226459,809
Alternativa B	211182,330	216281,855	226781,285

Fonte: Elaboração própria com dados facultados pelo INE, IGCP e CB, 2008-2012.

O valor dos bens culturais e ambientais intangíveis apurado é sempre superior considerando a Taxa de Base Anual como representativa do custo de oportunidade do investimento, o que se explica porque apresenta um valor inferior à Taxa Euribor. Tendo em conta os pressupostos admitidos, e de acordo com a Alternativa A, para o Cenário 1, os valores dos bens intangíveis estima-se em 210 883,035 milhares de euros, para o Cenário 2 em 215 975,308 milhares de euros e para o Cenário 3 em 226 459,809 milhares de euros; de acordo com a Alternativa B, o valor destes bens apresentam um valor estimado de 211 182,330 milhares de euros, 216 281,855 milhares de euros e de 226 781,285 milhares de euros, para os cenários 1, 2 e 3, respetivamente.

É também importante concluir acerca da confirmação da importância dos bens intangíveis, que apresentam um valor de avaliação muito superior quando comparados com outros bens do município, e que, conseqüentemente, se aplicadas as medidas de promoção de investimentos adequadas, resultaram num efeito multiplicador das receitas municipais, através do turismo, melhorando a posição económico-financeira do município.

Conclusões, limitações e sugestões para futura investigação

Sendo o objetivo principal deste estudo a determinação do valor do património intangível de Miranda do Douro, procedeu-se à identificação dos bens desta natureza com maior atratividade através da aplicação de um inquérito por questionário. Obtiveram-se os seguintes resultados relativamente à atratividade: paisagem natural (77%), a gastronomia (41%), a música tradicional (27%), os monumentos históricos (23%), a religião (21%), as atividades de lazer (21%) e a língua mirandesa (14%) (Hipótese de Investigação 1). Foi também detetada uma relação direta e positiva entre os recursos turísticos naturais e culturais, porque a Paisagem Natural está modelada pela Paisagem Cultural. A Cultura é o agente, o Natural é o meio e a Paisagem Cultural é o resultado (Sauer, 1925) (Hipótese de Investigação 2) e foi verificada a existência de diferença nas preferências relativamente aos recursos naturais e culturais, atendendo à profissão do setor público e dos estudantes, a primeira explicada possivelmente pela função cultural e natural estar sob a administração do poder local; a segunda ocorre na medida em que a cultura está muito associada a atividades de lazer e a tradições, sendo que os jovens estudantes conseguem conciliar melhor o tempo para poder desenvolver outras atividades, de que são exemplo a dança dos Pauliteiros, um traço de cultura típica mirandesa (Hipótese de Investigação 3).

De forma a dar cumprimento aos objetivos de gestão, análise, controlo e informação das entidades públicas, de que são exemplo as autarquias locais, estas devem inventariar e avaliar o seu património tangível e intangível (artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 192/2015). A utilização de dados históricos é uma prática de avaliação de empresas muito utilizada desde os anos 80 (Ferreira, 2002). Atualmente esta prática está ultrapassada, dado que estes valores são estáticos, não permitindo prever valores futuros. Neves (2002) refere que os métodos de determinação do valor intrínseco na teoria financeira, baseiam-se no valor esperado dos fluxos de caixa atualizados. Buch Gómez e Cabaleiro Casal (2008) referem que as novas filosofias de gestão de âmbito público assentam nos princípios da Nova Gestão Pública (*NPM*), caracterizada pela aplicação das técnicas contabilísticas do setor empresarial ao setor público, pressupondo que todos os elementos contabilísticos sob o controlo da entidade pública devem ser valorizados e registados para atingir os princípios da economia e da eficiência. Apesar das disposições legais em vigor no sentido de apresentação do valor do património global das entidades públicas, a maioria dos municípios não cumpre as suas responsabilidades legais relativamente a este aspeto (Alves e Lopes, 2005).

Globalmente existe uma forte controvérsia no reconhecimento e avaliação do património cultural, uma vez que existem diferentes tipos de valor – económico, cultural, político, estético – e, simultaneamente, existem vários métodos de avaliação. Para além disso, os valores alteram-se com o tempo e são fortemente modelados pelo contexto económico e pelas tendências culturais. De acordo com o ASB (2007), os ativos culturais não seguem a definição convencional de ativo da sua estrutura concetual, seguem a reinterpretação de ativo para entidades públicas (Elwood & Greenwood, 2015).

Os autores Alves e Lopes (2005) referem os métodos do custo de aquisição e produção como regra geral na avaliação de bens, no entanto, apresentam também a possibilidade de utilização de outros métodos, de que é exemplo o método dos fluxos de caixa descontados, quando os anteriores não se revelem adequados. Ao caso particular dos bens históricos e culturais, os autores atribuem-lhes o valor zero. Como o objetivo da contabilidade é a apresentação de informação verdadeira, útil e fiável, este estudo pretende a determinação do valor destes bens, de acordo com um dos métodos por eles referido – valor atual através dos fluxos de caixa descontados.

Este trabalho sugere uma alteração das práticas contabilísticas no sentido de integrar os ativos intangíveis nas demonstrações financeiras, representando a realidade económica das autarquias. A avaliação dos bens intangíveis implica sempre uma componente de imprecisão e subjetividade. No entanto, é preferível ter uma medida aproximada do que não ter.

O valor dos bens culturais e patrimoniais intangíveis é estimado mediante a aplicação do Valor Atual dos *Cash Flows* futuros e do valor do investimento atual em bens culturais, segundo um conjunto de pressupostos, e de acordo com diferentes cenários e alternativas. Foi comprovado o valor relativamente elevado dos intangíveis para o ano de referência.

Como autocrítica pode-se indicar que a avaliação proposta avalia os bens intangíveis e de certa forma os tangíveis, dado que os turistas visitam o concelho pela conjugação dos dois fatores, pelo que o valor do intangível abarca sempre o valor dos bens tangíveis associados.

Para pesquisas futuras sugere-se a avaliação do património tangível do município por métodos diretos de forma a determinar quais os bens tangíveis que mais contribuem para a criação de valor, auxiliando na gestão destes bens. Sugere-se, também, uma aplicação do modelo a nível nacional para que a generalidade dos municípios possa permitir a comparação de valores. Seria também importante a realização do estudo anualmente para confirmar a evolução da criação de valor acrescentado referente aos bens culturais e ambientais. Dessa forma, as entidades públicas, nomeadamente as autarquias locais, devem inventariar e avaliar o seu património tangível e intangível, para obter uma gestão mais eficiente, arrecadando o máximo de receitas e cumprindo os objetivos apresentados no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de gestão, análise, controlo e informação.

Referências Bibliográficas

- Accounting Standards Board, Discussion Paper (2006). Heritage Assets: Can Accounting do Better. Acedido em 12/11/2015, <https://frc.org.uk/Our-Work/Publications/ASB/Heritage-Assets-can-accounting-do-better.pdf>.
- Alves, J. (2004). *Bens de Domínio Público: classificação, avaliação e contabilização em Portugal*. Dissertação de Mestrado, Braga: Universidade do Minho.
- Alves, J. & Carvalho, J. (2006). *Cadastro e Inventário de Bens do Estado : CIBE – Comentado*. Lisboa: Publisher Team.
- Alves, J. & Lopes, J. (2005). *Valuation of Local Government Assets in Portugal*. In *11th CIB International Symposium. Helsinki, Finland*.
- Arquivo Nordeste e Tradições Milenares (2004). Acedido em 10/09/2015, <http://www.dn.pt/arquivo/2004/interior/nordeste-de-tradicoes-milenares-592402.html>.
- Banco de Portugal (2015). Projeções para a economia portuguesa 2015-2017. Acedido em 25/11/2015, https://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Projecoeseconomicas/Publicacoes/projecoes_p.pdf.
- Banco de Portugal (2014). Análise do Setor do Turismo. *Estudos da Central de Balanços*, 17. Acedido em 12/12/2015, https://www.bportugal.pt/pt-PT/ServicosaoPublico/CentraldeBalancos/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Estudos%20da%20CB_17_2014.pdf.
- Barney, J. (1991). Firm resources and sustained competitive advantage. *Journal of Management*, 17(1), 99-120.
- Barton, A. (1999). *A Trustee Theory of Accounting Natural Capital Assets*. *Abacus*, 35 (2), 207 – 222. Acedido em 27/11/2015, <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-6281.00041/epdf>.
- Barton, A. (2000). Accounting for public heritage facilities – assets or liabilities of the government? *Accounting Auditing and Accountability Journal*, 13 (2), 219 - 235. <http://dx.doi.org/10.1108/09513570010323434>.
- Barton, A. (2005). *The Anatomy of Accounting*, Queensland: University of Queensland press.
- Bastardo, C. & Gomes, A. (1996). *Fusões e Aquisições (M & A) – Uma abordagem de avaliação de empresas*. 4ª Edição, Lisboa: Texto Editora.
- Bertrand, J. (1978). Le paysage entre la nature et la société. *Révue Géographique des Pyrénées et SudOuest*, 49 (2), 239-258.

- Bonilla, F. (2010). El valor económico agregado (EVA) en el valor del negocio. *Revista Nacional de Administración*, 1 (1), Janeiro-Junho, 55-70.
- Bourassa, S. C. (1990). A paradigm for landscap aesthetics. *Environment and behaviour*, 22 (6), 787-812.
- Bowitz, E. & Ibenholt, K. (2009). Economic Impacts of Cultural Heritage – Research and Perspectives. *Journal of Cultural Heritage*, 10 (1), January–March, 1-8.
- Buch Gómez, E. J., & Cabaleiro Casal, R. (2008). Heritage Assets e Infraestruturas Públicas: Cómo, Dónde e por Quánto? *Investigaciones Europeas de Dirección y Economía de la Empresa*, 14 (1), 103-116.
- Canteras, J. (1992). *Introdução al paisaje: Metodologias de valoración*. Apostila da disciplina de Estudos da Paisagem do curso de pós-graduação em Engenharia Florestal da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR.
- Cardao-Pito, T. (2012). *Intangible flow theory*. *American Journal of Economics and Sociology*. Vol. 71, Nr. 2, 328-353.
- Central de Balanços (2015). Acedido em 10/09/2015, <https://www.bportugal.pt/pt-PT/ServicosaoPublico/CentraldeBalancos/Paginas/QuadrosdaEmpresaedoSetor.aspx>.
- CCDR-N (2015a). Indicadores Regionais. Acedido em 7/09/2015, <http://www.ccdr-n.pt/regiao-norte/indicadores-regionais>
- CCDR-N (2015b). Agenda Regional de Turismo – Plano de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Norte de Portugal. Acedido em 16/11/2015, <http://www.ccdr-n.pt/sites/default/files/planoaccaoturismo.pdf>.
- CMMD (2015a). Câmara Municipal de Miranda do Douro, *Çubiaco* n.º 04. Acedido em 09/09/2015, <http://www.cm-mdouro.pt/cubiaco-no04/>.
- CMMD (2015b). Câmara Municipal de Miranda do Douro. Acedido em 09/09/2015, <http://www.cm-mdouro.pt/concelho/historia/>.
- Copeland, T., Koller T. & Murrin J. (2002). *Avaliação de empresas – Valuation Calculando e gerenciando o valor das empresas*. 3.ª Edição, São Paulo: Makron Books.
- Costa, J., Rita, P. & Águas, P. (2001). *Tendências Internacionais em Turismo*. Lisboa: Lidel.
- Cunha, L. (2008). Avaliação do Potencial Turístico. *Journal of Tourism*, 21-40. Acedido em 24/11/2015, http://jts.ulusofona.pt/turismo01/pdf01/artigo_liciniocunha.pdf.
- Damodaran, A. (s.d.). *Economic Value Added*. Acedido em 25/11/2015, http://pages.stern.nyu.edu/~adamodar/New_Home_Page/invfables/eva.htm.
- Damodaran, A. (1996). *Investment Valuation, University Edition*.

- Damodaran, A. (2006). *Damodaran on Valuation: Security Analysis for Investment and Corporate Finance*, 2ª Edição. Nova Iorque: John Wiley & Sons.
- Damodaran Online (2015). Acedido em 20/11/2015, <http://pages.stern.nyu.edu/adamodar>.
- Decreto-Lei n.º 477/80, de 15 de Outubro. Inventário e Património do Estado. Acedido em 06/09/2015, <http://www.igamaot.gov.pt/reflegis/controlo-e-auditoria-financeira/capitulo-v-patrimonio/>.
- Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro. Plano Oficial de Contabilidade. Acedido em 06/09/2015, http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/site_CNC_Bloco_ContabilidadeRelato/POCP.pdf.
- Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro. Plano Oficial de Contabilidade Aplicado às Autarquias Locais. Acedido em 06/09/2015, <http://www.portalautarquico.pt/pt-PT/financas-locais/pocal/>.
- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho. Sistema de Normalização Contabilística. Acedido em 06/09/2015, http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/SNC/DL_158_2009_13Jul_SNC.pdf.
- Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Sistema de Normalização Contabilística Aplicado às Autarquias Locais. Acedido em 29/11/2015, <https://dre.pt/application/conteudo/70262478>.
- Defert, P. (1966). *La localisation touristique: problemes theoriques et pratiques*. Berna: Gurten.
- DGADR – Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (2015a). Acedido em 2/11/2015, http://www.dgadr.mamaot.pt/microempresas/entidade.asp?search_fd0=&search_fd1=alojamento+Local&multisearch_fd1=2.
- DGADR – Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (2015b). Acedido em 24/11/2015, <http://www.dgadr.mamaot.pt/diversificacao/turismo-rural/caracteristicas-do-turismo-no-espaco-rural>.
- Diagnóstico Social do Concelho de Miranda do Douro (2013). Acedido em 24/22/2015, <http://www.cm-mdouro.pt/wp-content/uploads/2013/11/Diagn%C3%B3stico-Municipal-de-IG-Documento-Final-25.pdf>.
- Diagnóstico Social do Concelho de Miranda do Douro (2014). Acedido em 26/22/2015, <http://www.cm-mdouro.pt/wp-content/uploads/2014/02/Diagn%C3%B3stico-Social-2014-FINAL.pdf>.
- Direção Geral do Tesouro e Finanças (2015), Bens do Domínio Público. Acedido em 10/19/2015, <http://www.dgaf.pt/patrimonio-imobiliario/bens-do-dominio-publico>.

- Elwood, S. & Greenwood, M. (2015). Accounting for heritage assets: Does measuring economic value 'kill the cat'? *Critical Perspectives on Accounting*. Article in Press. Base de dados do ScienceDirect.
- Esteves, E. (2002). *Oferta e procura do sector turístico no distrito de Bragança*. Acedido em 03/09/2015, https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/7792/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado_Universidade%20do%20Minho.pdf.
- Euribor-rates (2015). Acedido em 27/10/2015, <http://pt.euribor-rates.eu/euribor-taxa-12-meses.asp>.
- EUROSTAT (2015). Acedido em 20/09/2015, <http://ec.europa.eu/eurostat>.
- Faustino, I. (2015). Revisores Auditores. Acedido em 20/10/2015, <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/51/Contabilidade2.pdf>.
- Ferreira, D. (2002). *Fusões, Aquisições e Reestruturações de Empresas – Volume I*, Edições Sílabo.
- Ferri, P., & Zan, L. (2014). Ten years after: The rise and fall of managerial autonomy in Pompeii. *Critical Perspectives on Accounting*, 25(4-5), 368–387. doi:10.1016/j.cpa.2013.05.007.
- Filleron, J. (1998). Le paysage, cela existe, même lorsque je ne le regarde pas ou quelques réflexions sur les pratiques paysagères des géographes. *La Science du paysage*, Montpellier. Acedido em 22.10.2015, <<http://perso.wanadoo.fr/paysage/jcf2.htm>.
- Gautier, D. (1995). La délimitation des paysages: exemple de la Vallée française en Cévennes. *Mape Monde*, 3, 35-39.
- Hays, T. & Minichiello, V. (2005). The contribution of music to quality of life in older people: An Australian qualitative study'. *Ageing and Society*, 25, 261–78.
- Hooper, K.; Kearins, K.; Green, R. (2005). Knowing “the price of everything and the value of nothing”: accounting for heritage assets. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 18 (3), 410-433.
- IAS 38 – Ativos Intangíveis (2015). Acedido em 13/10/2015, <http://www.ifrs.org/IFRSs/IFRS-technical-summaries/Documents/IAS38.pdf>.
- ICNF (2015). Parque Natural do Douro Internacional. Acedido em 02/11/2015, <http://www.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pndi>.
- IFAC (2015). Acedido em 10/10/2015, <https://www.ifac.org/public-sector>.
- IFRS (2015). Acedido em 13/10/2015, <http://www.ifrs.org/IFRSs/IFRS-technical-summaries/Documents/IAS38.pdf>.
- IGCP (2015). Acedido em 27/11/2015, <http://www.igcp.pt/>.

- INE, Anuários Estatísticos da Região Norte de 2000 a 2013.
- Kaplan, R., Kaplan S., & Brown, T. (1989). Environmental preference a comparison of four domains of predictors. *Environment and Behavior*, 21 (5), 509-530.
- Karjalainen. E. (2006). *The visual preferences for forest regeneration and field afforestation – four case studies in Finland*. Helsinki: University of Helsinki.
- Kayo, E. K. (2002). *A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível intensivas: uma contribuição ao estudo da valoração de empresas*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, SP, BR.
- Kayo, E., Martin, D. & Nakamura, V. (2006). Ativos Intangíveis, Ciclo de Vida e Criação de Valor. *RAC*, 10 (3), Julho/Setembro, 73-90.
- Kaur, A. & Narang, S. (2009). Awareness of Economic Value Added Among Indian Corporate Managers: Evidences from a primary survey. *Journal of Applied Finance*, 14(8), 53-65.
- Lapsley, I. (2009). New Public Management: The Cruellest Invention of the Human Spirit? *Abacus*, 45 (1), 1–21. doi: 10.1111/j.1467-6281.2009.00275.x.
- Lei n.º 2110/1961, de 19 de Agosto. Regulamento Geral das Estradas e Caminhos Municipais -
Acedido em 27/10/2015, https://www.cmcoimbra.pt/dmdocuments/dmat/doe/Legislacao%20Servicoes%20e%20restricoes%2001-2011/6_infra-estruturas/6_3_4_estradas_e_caminhos_municipais/03-Lei_2110_1961.pdf.
- Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. Autarquias Locais, Competências e Regime Jurídico. Acedido em 17/08/2015, http://www.cvarg.azores.gov.pt/legislacao/Paginas/cms_Lei_n_o169-99-de-18-de-Setembro.aspx.
- Lei de Bases do Património Cultural Português (2015). Acedido em 10/10/2015, http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/portugal/portugal_law_1072001_law_cultural_heritage_pororof.pdf.
- Lev, B. (2001). *Intangibles: management, measurement, and reporting*. Washington: Brookings.
- Lev, B. (2003). *Remarks on the Measurement, Valuation, and Reporting of Intangible Assets*. *Economic Policy Review – Federal Reserve Bank of New York*, September: 17-22.
- Lindemann-Matthies, P. (2005). “Lobeable” mammals and “lifeles” plants. How children’s interest in common local organisms can be enhanced through observation of nature. *International Journal of Science Education*, 27 (6), 657-677.
- Machín, A. (1997). *Marketing Y Turismo - Gestión turística*, 2ª Edição. Madrid, 13 – 58.

- Macia, A. (1979). *Factores de personalidad y preferencias en la elecion de paisajes*. Phd Thesis. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid.
- Makhlouf, H. (2012). The Multi-Dimensional Impact of International Tourism. *International Business& Economics Research Journal*, 11(2), 233-241. USA: University of the District of Columbia. Acedido em 12/08/2015
<http://www.cluteinstitute.com/ojs/index.php/IBER/article/view/6778/6853>.
- Maroco, J. & Garcia-Marques, T. (2006). *Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas?* Acedido em 20/19/2015,
 <[http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/133/1/LP%204\(1\)%20-%2065-90.pdf](http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/133/1/LP%204(1)%20-%2065-90.pdf)>.
- Marques, J. (2004). *Análise Financeira das Empresas*. Rio de Janeiro: Editora UFR.
- Mascari, M., Mautone, L., Moltedo, P. & Salonia (2009). Landscapes, Heritage and Culture. *Journal of Cultural Heritage*, 10 (1), 22–29.
- Mautz, R. (1988). Monuments, Mistakes and Opportunities. *Accounting Horizons*, 2 (2), 123-128.
- Mautz, R. (1989). Not-for-Profit Financial Reporting: Another View. *Journal of Accountancy*. 60-67.
- Micallef, F. & Peirson, G. (1997). Financial reporting of cultural, heritage, scientific and community collections. *Australian Accounting Review*, 7 (13), 31-7.
<http://dx.doi.org/10.1111/j.1835-2561.tb00025.x>.
- Middleton, V. & Clarke, J. (2001). *Marketing in Travel and Tourism*, 3.^a ed. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Miranda, J. & Silva, J. (2015). *Constituição da República Portuguesa*, 7.^a Revisão, 5.^a Edição. Principia.
- Morricone, S., Oriani, R. & Sobrero, M. (2009). *The value relevance of intangible assets and the mandatory adoption of IFRS*. Acedido em 30/10/2015,
http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1600725.
- Município de Miranda do Douro, Relatório de Gestão (2014). Acedido em 08/09/2015,
http://www.cm-mdouro.pt/wp-content/uploads/2013/11/RelatorioGestao_2014.pdf.
- Nassuaer, J. (1995). Culture and Changing Landscapes Structure. *Landscape Ecology*, 10 (4), 229-237. Acedido em 17/09/2015,
http://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/49247/Land_Ecology_1995.pdf?sequenc.
- Navarro, D. (2015). Recursos turísticos y atractivos turísticos: conceptualización, clasificación y valoración. *Cuadernos de Turismo*, 35, 481-484.
- Neves, J.C. (2002), *Avaliação de empresas e negócios*, Lisboa: McGraw-Hill.

- NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras (2015). Acesso em 22/11/2015, http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/SNC_AP/Instrumentos%20Contabilisticos/NCP_1.pdf.
- NCP 3 – Ativos Intangíveis (2015). Acesso em 22/11/2015, http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/SNC_AP/Instrumentos%20Contabilisticos/NCP_3.pdf.
- NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente (2015). Acesso em 22/11/2015, http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/SNC_AP/Instrumentos%20Contabilisticos/NCP_4.pdf.
- NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis (2015). Acesso em 22/11/2015, http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/SNC_AP/Instrumentos%20Contabilisticos/NCP_5.pdf.
- Pallot, J. (1990). The nature of public assets: A response to Mautz. *Accounting Horizons*, June, 79-85.
- Pallot, J. (1992). Elements of a theoretical framework for public sector accounting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 5 (1), 38-59.
- PENT (2013-2015). Acedido em 10/11/2015, <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%202012.pdf>.
- Pestana, M., & Gageiro, J. (2008). *Análise de Dados para Ciências Sociais: A complementaridade do SPSS* (5ª ed). Lisboa: Edições Silabo.
- Plano Municipal de Turismo (2004). Acedido em 24/11/2015, http://www.cm-lagos.pt/NR/rdonlyres/82F26ACE-35C8-4BF8A5D04AC535B4AF37/0/4caracterizacao_procura.pdf.
- Plaza, B. (2010). Valuing museums as economic engines: Willingness to pay or discounting of cash-flows? *Journal of Cultural Heritage*, 11 (2), April–June, 155–162.
- Portaria n.º 631/2000, de 17 de Abril. Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.
- Porto Canal (2015). *Enigmático 2 gravado pela natureza desperta histórias e lendas em Miranda do Douro*. Acedido em 10/10/2015, <http://portocanal.sapo.pt/noticia/38315>.
- Rappaport, A. (2001). *Gerando Valor para o Acionista*. São Paulo: Atlas.
- Ribeiro, J. C. & Vareiro, L. (2007). Turismo e Desenvolvimento Regional: O Espaço Rural como Destino Turístico. *Actas do Congresso Internacional “Casa Nobre: Um Património Para O Futuro”*, 1, Arcos de Valdevez, Portugal, p. 470-486. Acedido em 22/12/2015, <http://hdl.handle.net/1822/6520>.
- Rota das Paisagens com História (2015). Acedido em 29/11/2015, <http://www.turismo-braganca.com/blog/rota-das-paisagens-com-historia/>.

- Rowles, T. (1992). Infrastructure and heritage asset accounting. *Australian Accountant*, 61 (6), 69-74.
- Rodrigues, J. (2015). *Sistema de Normalização Contabilística – SNC explicado*, 5.ª Edição. Porto: Porto Editora.
- Sauer, C.O. (1925). 17 *The morphology of landscape*. 297–315. Acedido em 04/09/2015, http://geog.uoregon.edu/amarcus/geog620/readings/sauer_1925_morphology_of_landscape.pdf.
- Stanton, P. J.& Stanton, P. A. (1997). Governmental accounting for heritage assets: economic, social implications. *International Journal of Social Economics*, 24 (7/8/9), 988-1006.
- Sveiby, K. (2010). *Methods for Measuring Intangible Assets*. Consultado em 19/11/2015 <http://www.sveiby.com/articles/IntangibleMethods.htm>.
- Schwartz, K.D.,& Fouts, G.T. (2003). Music preferences, personality style, and developmental issues of adolescents. *Journal of Youth and Adolescence*, 32 (3), 205–221.
- Schnorrenberger, D. (2004). Considerações gerais sobre Ativos Intangíveis. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 1(2), 11-40. Acedido em 29/11/2015, <https://dre.pt/application/conteudo/70262478>.
- Stewart, G. B. (1999). *The quest for value*. USA: HarperCollins.
- Stewart, S. & Co. (2002). *Value Creation in the Chemical Industry*. Acedido em 25/11/2015, http://www.sternstewart.com/files/39_studie_value_creation_in_chemical_industry.pdf.
- Stewart, G. B. (2005). *Em busca do valor: o guia de EVA para estrategistas*. Porto Alegre: Bookman.
- Stewart, S. & Co. (2015). Acedido em 22/11/2015, <http://www.sternstewart.com/orânea de Contabilidade, v. 1, n. 2, 11 - 40, jul./dez>.
- Tuan, Y. (1975). Place: an experiential perspective. *Geographical Review*, 65 (2), 151-165.
- Tuan, Y. (1980) (trad.Livia de Oliveira). *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel.
- Turismo de Portugal (2008). Conceitos Estatísticos. Acedido em 08/08/2015, <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/conceitosnomenclaturas/Documents/Conceitos%20Estatisticos%20para%20Turismo.pdf>.
- Turismo de Portugal, Conceitos Estatísticos Turismo (2015). Acedido em 24/11/2015, <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/conceitosnomenclaturas/Documents/Conceitos%20Estatisticos%20para%20Turismo.pdf>.

- Ulrich, R., Simons R., Losito, B., Fiorito, E., Miles, M e Zelson, M. (1991). Stress recovery during exposure to natural andurban environments. *Journal of Environmental Psychology*,11, 201–230.
- Vecco, M. (2010). Original article: A definition of cultural heritage: From the tangible to the intangible. *Journal Of Cultural Heritage*, 11321-324. doi:10.1016/j.culher.2010.01.006.
- Wernke, R. & Mendes, E. (2010). Avaliação de desempenho pelo EVA (Economic Value Added): estudo de caso em transportadora de passageiros. *Revista Brasileira de Contabilidade*, 39 (181), jan./fev, 75-89.
- White paper (2004). “*Living with cultural heritage. Government white paper to the Norwegian parliament no. 16 (2004–2005)*”, 46.
- Young, S. & O'Byrne, S. (2003). *EVA e gestão baseada em valor: guia prático para implementação*. Tradução: Paulo Lustosa. Porto Alegre: Bookman.

ANEXOS

Anexo I

Questionário - Festival de Gastronomia e Artesanato de Miranda do Douro

Este questionário realiza-se no âmbito da elaboração de uma Dissertação de Mestrado em Gestão de Organizações/Ramo de Gestão Pública realizado no Instituto Politécnico de Bragança e tem como objetivo analisar o conhecimento sobre os recursos turísticos de uma região para ajudar a determinar o potencial turístico.

Parte I – O EVENTO

1. Caracterização Sociodemográfica

Sexo:

M F

Nacionalidade:

Residência:

Idade:

Até 20 anos

Entre 21 e 25 anos

Entre 26 e 30 anos

Entre 31 e 35 anos

Entre 36 e 40 anos

Entre 41 e 45 anos

Entre 46 e 50 anos

Entre 51 e 55 anos

Entre 56 e 60 anos

> 60 anos

Profissão

Agricultura

Indústria

Comércio

Turismo

Setor Público

Estudante

Desemprego

Outros Serviços

2. Média dos quilómetros percorridos:

Até 10Km

Entre 11 e 15Km

Entre 16 e 20Km

Entre 21 e 25Km

Entre 26 e 30Km

Entre 31 e 35Km

Entre 36 e 40Km

Entre 41 e 45Km

Entre 46 e 50Km

> de 50Km

3. Meio de Comunicação que lhe deu Informação sobre a realização do evento:

Rádio

Jornais e Revistas

Cartazes e Panfletos

Transmissão Oral

Internet

4. Adquiriu algum produto:

SIM NÃO

Quais?

Trabalhos em Burel

Cutelaria

Pintura

Folar e outros Doces

Fumeiro
Licores
Mel

Sabão Leite de Burra
Mel Quais?

5. Indique a Média do Valor Monetário despendido:

Até 5€
Entre 6 e 10€
Entre 11 e 15€
Entre 16 e 20€
Entre 21 e 25€
Entre 26 e 30€

Entre 31 e 35€
Entre 36 e 40€
Entre 41 e 45€
Entre 46 e 50€
> de 50€

6. N.º de Dias de Presença na Feira

1
2
3
4

7. Vem todos os anos?

SIM NÃO

8. Refeição no Recinto ____

Refeição num Restaurante de Miranda ____

Refeição em casa ____

9. Prato mais apreciado:

Vitela Mirandesa
Cordeiro Mirandês

Fumeiro
Outro Qual?

10. Veio em grupo?

SIM NÃO

11. O quê/quem gostaria de ver presente da Feira. _____

12. Indique os três recursos mais atrativos presentes na feira. _____

13. Sugestões: _____

14. Assinale o produto mais apreciado em cada uma das seguintes categorias:

Gastronomia

Fumeiro	<input type="checkbox"/>
Roscos	<input type="checkbox"/>
Sodos	<input type="checkbox"/>
Bola Doce	<input type="checkbox"/>
Folar	<input type="checkbox"/>
Posta Mirandesa	<input type="checkbox"/>
Cordeiro Mirandês	<input type="checkbox"/>
Trajes Tradicionais	<input type="checkbox"/>

Cutelaria	<input type="checkbox"/>
Pinturas	<input type="checkbox"/>
Trabalhos em Madeira	<input type="checkbox"/>
Cestaria/Tapeçaria	<input type="checkbox"/>

Tradições/Lazer

Música Tradicional	<input type="checkbox"/>
Grupos de Pauliteiros	<input type="checkbox"/>
Grupos de Gaiteiros	<input type="checkbox"/>

15. Indique o aspeto mais positivo da Feira. _____

16. Indique o aspeto mais negativo da Feira. _____

17. A Feira dos sabores atingiu as suas expectativas?

Concordo Totalmente	<input type="checkbox"/>
Concordo	<input type="checkbox"/>
Nem Concordo nem Discordo	<input type="checkbox"/>
Discordo	<input type="checkbox"/>
Discordo totalmente	<input type="checkbox"/>

18. Avalie o grau de satisfação relativamente ao evento de acordo com a seguinte escala:

1: Muito Satisfeito; 2: Satisfeito; 3: Nem Satisfeito nem Insatisfeito; 4: Insatisfeito; 5: Muito Insatisfeito

	Muito Satisfeito	Satisfeito	Nem Satisfeito nem Insatisfeito	Insatisfeito	Muito Insatisfeito
Receção					
Quantidade dos Produtos					
Qualidade dos Produtos					
Refeições					
Animação Cultural					
Divulgação					
Adesão dos Turistas Nacionais					
Adesão de Turistas Estrangeiros					

19. Experiência a repetir?

SIM NÃO

Parte II - RECURSOS TURÍSTICOS DO CONCELHO

1. Avalie os Recursos Turísticos de maior atratividade de acordo com a seguinte escala:

1: Nada atrativo; 2: Pouco atrativo; 3: Indiferente; 4: Muito Atrativo; 5:

Bastante Atrativo

Fatores Naturais

Paisagem Natural

Fauna

Flora

Situação geológica

Condições climáticas

Fatores Culturais

História

Tradições, Festas, Romarias

Produtos Artesanais/Locais

Língua Mirandesa

Música Tradicional

Configuração dos Locais

Gastronomia

2. Indique a Tradição do Concelho mais apreciada. _____

3. Se vivesse fora de Miranda indique um evento que o faria deslocar até Miranda do Douro?

4. Mencione o local que não poderia deixar de Visitar em Miranda do Douro.

5. Se só pudesse realizar uma refeição em Miranda do Douro, indique o prato da sua seleção?

6. Mencione os três Recursos Turísticos de Maior Atratividade.

7. Acha importante a presença de Guias turísticos e Visitas Guiadas?

Concordo Totalmente

Concordo

Nem Concordo nem Discordo

Discordo

Discordo totalmente

8. Os serviços de apoio ao Turismo estão suficientemente desenvolvidos em Miranda do Douro?

Concordo Totalmente

Concordo

Nem Concordo nem Discordo

Discordo

Discordo totalmente

9. Indique um serviço de apoio ao Turismo inexistente em Miranda do Douro. _____

Obrigada pela sua colaboração.

Anexo II

Tabela A. 1. N.º de Dormidas e N.º de Hóspedes no concelho de Miranda do Douro, entre 2000-2013

Anos	N.º de Dormidas	N.º de Hóspedes
2013	17197	13696
2012	18 029	14 552
2011	25 870	21 399
2010	26 416	21 175
2009	24 967	17 522
2008	21 816	15 616
2007	22 746	17 683
2006	20 694	15 669
2005	16 958	12 892
2004	16 645	12 528
2003	14 984	10 917
2002	19 542	16 771
2001	12 233	10 322
2000	13 069	4 331

Fonte: Elaboração própria a partir de dados facultados pelo INE (2000-2013).

Tabela A. 2. Estada Média dos Turistas Nacionais e Estrangeiros, 2000-2013

Anos	Estada Média Nacionais (n.º de noites)	Estada Média Estrangeiros (n.º de noites)
2000	1,2	1,3
2001	1,2	1,5
2002	1,2	1,4
2003	1,4	1,5
2004	1,3	1,8
2005	1,3	1,4
2006	1,3	1,4
2007	1,3	1,5
2008	1,4	1,5
2009	1,4	1,3
2010	1,2	1,4
2011	1,2	1,5
2012	1,2	1,3
2013	1,3	1,3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados facultados pelo INE (2000-2013).

Tabela A.3. Taxa de Ocupação Cama-Líquida

Anos	Taxa Ocupação cama-líquida (%)
2000	12,4
2001	18,8
2002	16,1
2003	13,8
2004	16,1
2005	18,5
2006	16,5
2007	16,7
2008	15,1
2009	17,2
2010	20,1
2011	21,0
2012	13,9
2013	12,1

Fonte: Elaboração própria com base em dados facultados pelo INE (2000-2013).

Tabela A.4. Variação Anual das Despesas em Cultura, 2000-2013

Anos	Despesa Total Variação Anual (%)	Despesa Corrente Var Anual (%)	Despesa de Capital Variação Anual (%)
2000	-	-	-
2001	223,46	414,46	133,90
2002	101,78	135,13	67,39
2003	24,40	20,92	29,44
2004	-57,03	-81,80	-23,52
2005	60,75	149,32	32,22
2006	-40,33	-14,52	-56,01
2007	7,93	7,86	8,02
2008	-12,35	1,77	-29,00
2009	5,10	3,29	8,17
2010	13,99	-13,67	58,61
2011	33,98	-3,25	66,67
2012	-46,86	-14,13	-63,54
2013	-53,99	-60,84	-45,77

Fonte: Elaboração própria com base em dados facultados pelo INE (2000-2013).